

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

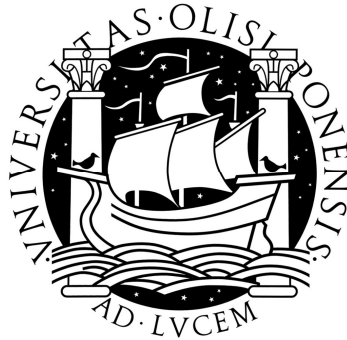


**A IDEIA FEDERALISTA REPUBLICANA EM
AUGUSTO MANUEL ALVES DA VEIGA
(1850-1924)**

Guilherme Martins Rodrigues Sampaio

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A ideia federalista republicana em Augusto Manuel
Alves da Veiga (1850-1924)**

Guilherme Martins Rodrigues Sampaio

**Dissertação orientada pelo
Prof. Doutor Ernesto Castro Leal**

MESTRADO EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
2009

Índice

- Agradecimentos	5
- Resumo/Abstract	6
- <u>Introdução</u>	7
- <u>Parte I: Biografia política de Augusto Manuel Alves da Veiga (1850-1924)</u>	10
- 1.1. <u>Da infância até à ida para a Universidade de Coimbra (1850-1869)</u>	10
- 1.2. <u>Na Universidade de Coimbra (1869-1874)</u>	12
- 1.2.1. A iniciação no publicismo republicano	12
- 1.2.2. Um aluno exemplar	19
- 1.3. <u>De Coimbra até ao 31 de Janeiro de 1891 (1874-1891)</u>	20
- 1.3.1. Ida para o Porto (1874)	20
- 1.3.2. Alves da Veiga e o meio republicano portuense (1876-1890)	22
- 1.4. <u>Alves da Veiga e o 31 de Janeiro de 1891</u>	58
- 1.4.1. O <i>Ultimatum</i> e o papel dos partidos monárquicos	59
- 1.4.2. A reacção republicana ao <i>Ultimatum</i> e o início da conspiração no Porto	65
- 1.4.3. Da entrada de Alves da Veiga na conspiração até ao 31 de Janeiro	70
- 1.4.4. O malogro da revolta e a fuga de Alves da Veiga para França	80
- 1.5. <u>O exílio político, a travessia do deserto e a implantação da República (1891-1910)</u>	84
- 1.5.1. O <i>Manifesto dos Emigrados</i>	84
- 1.5.2. Da travessia do deserto até ao 5 de Outubro (1891-1910)	86
- 1.6. <u>Diplomata e ministeriável (1911-1924)</u>	88
- <u>Parte II: A ideia federalista republicana em Alves da Veiga</u>	91
- 2.1. <u>Na Universidade de Coimbra: primeiras abordagens à temática federalista</u>	91
- 2.1.1. As novidades de Rodrigues de Brito e Emídio Garcia	91

2.1.2. O relatório de Alves da Veiga: os <i>Estudos de Filosofia Política</i>	95
- 2.2. <u>O federalismo de Alves da Veiga na fase de propaganda</u> (1873-1891)	101
- 2.3. <u>A Política Nova: ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa: o projecto federal de Alves da Veiga</u>	106
2.3.1. Organização política	107
2.3.2. Organização económica e financeira	116
- <u>Conclusão</u>	121
- <u>Fontes e Bibliografia</u>	125
1. <u>Fontes manuscritas e impressas</u>	125
1.1. Arquivos públicos	125
1.2. Textos de Alves da Veiga	125
1.3. Outras fontes impressas	125
1.4. Publicações Periódicas	126
1.5. Documentação digitalizada	127
2. <u>Bibliografia</u>	127
2.1. Obras de referência	127
2.2. Obras sobre Portugal e/ou o republicanismo no tempo de Alves da Veiga	128
2.3. Obras e estudos de filosofia política	132

Agradecimentos

Esta dissertação nunca teria visto a luz do dia caso eu não tivesse tido a oportunidade de imerecidamente beneficiar dos inestimáveis contributos de múltiplas pessoas, a quem desta forma apresento os meus mais sinceros reconhecimentos.

Inevitavelmente, agradeço primeiro que tudo ao professor Doutor Ernesto Castro Leal, que entusiasticamente me sugeriu o tema que este trabalho tomou como objecto de estudo, e que de forma ainda mais dedicada orientou o meu esforço de investigação, do qual nasceram as humildes páginas que o leitor tem nas suas mãos. Não me posso esquecer ainda da professora Mestre Teresa de Sousa Nunes, que com ânimo me convenceu a enveredar pelo caminho da História Contemporânea, e cuja voz amiga ao longo da feitura deste trabalho me forneceu múltiplas pistas de investigação. Aos estimulantes debates e investigações realizadas com o professor Doutor António Matos Ferreira e com a equipa do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, devo um contacto mais estreito com o estudo do religioso, que alargou o meu horizonte analítico e me levou a tomar, com mais clareza, consciência da complexidade da contemporaneidade portuguesa.

Ao companheirismo dos meus camaradas de estudo José Monteiro e Paulo Ferreira, a quem devo um inestimável apoio: juntos iniciámos este caminho e juntos o terminámos, por agora...

Quero estender os meus mais sinceros reconhecimentos ao sr. José Maria Azevedo e família: sem a sua republicana fraternidade e cristã solidariedade este trabalho seria muito mais pobre.

Como é da praxe, quaisquer erros e limitações desta dissertação pertencem única e exclusivamente à minha responsabilidade e jamais poderão ser imputados a qualquer uma das pessoas acima enunciadas.

Este trabalho é dedicado à minha família, mas mormente aos meus Pais e Irmão, a quem tudo devo, e cujo amor nada nem ninguém poderá substituir.

Resumo

O objectivo deste estudo consiste na análise da vida política e intelectual de Augusto Manuel Alves da Veiga (1850 – 1924). Mais conhecido como o líder civil da primeira revolta republicana ocorrida em Portugal – o malogrado 31 de Janeiro de 1891 – este advogado foi igualmente o líder político dos republicanos portuenses durante a década de 1880. Uma figura de relevo no movimento republicano português antes daquela mal planeada insurreição, foi então obrigado a um longo exílio em França. Após a instauração da I República Portuguesa, foi nomeado embaixador na Bélgica. Inspirado por autores como Henriques Nogueira e Proudhon, e na sequência da maioria dos republicanos portugueses entre 1860 e 1890, defendia a criação de uma república federalista portuguesa. O seu federalismo era concatenado com a defesa de uma economia assente no livre associativismo como base de uma república altamente descentralizada. Esta dissertação está assim dividida em duas partes: a primeira tem por objecto a vida política de Alves da Veiga, enquanto a segunda irá tratar das raízes e detalhes da sua proposta federalista.

Palavras-chave: Política, republicanismo, revolução e federalismo.

Abstract

It is the goal of this study to examine the political and intellectual undertakings of Augusto Manuel Alves da Veiga (1850 – 1924). Mostly known as the civil leader of the first republican uprising to happen in Portugal – the unsuccessful 31 de Janeiro of 1891 – this lawyer was also the political leader of the Oporto republicans in the 1880's. A key figure on the republican movement before that botched revolutionary attempt, he was then forced into a lengthy exile in France. After the instauration of the First Portuguese Republic, he was assigned the role of ambassador in Bruxelles. Inspired by the likes of Henriques Nogueira and Proudhon and on the wake of the majority of Portuguese republicans between 1860 and 1890, he advocated the creation of a Portuguese federalist republic. His federalism was coupled with an economical emphasis on free associationism as the backbone of a self-government republic. This thesis is then divided in two parts: the first intends to scrutinize the political life of our subject, and the second one will analyze the roots and main details of his federalism.

Key words: Politics, republicanism, revolution and federalism.

Introdução

*Não combatemos homens, combatemos sistemas.
Atacamos a monarquia como forma política
contrária aos interesses e à dignidade do
género humano, e atacamo-la com sinceridade,
livres de qualquer prejuízo, porque em nosso
coração nem ao menos há lugar para
ressentimentos pessoais”.*

(Alves da Veiga, *República Portuguesa*, Coimbra, n.º9, s.d., p.1)

*(...) por lá Alves da Veiga foi muito bem recebido,
sendo chamado de “o Messias da Ideia Nova”.*
(*O Século*, Lisboa, n.º1309, 17 de Abril de 1885, p.1.)

Paradigmaticamente, estas duas citações parecem encerrar em si todos os vectores da personalidade e da acção do objecto de estudo desta tese, a figura do republicano Augusto Manuel Alves da Veiga: um abnegado advogado, publicista e político republicano e federalista, movido pelo idealismo utópico que lhe alimentou a juventude. Correspondem inclusive ao retrato que nós encontrámos desta figura quando iniciámos o presente estudo. E alguns dos pressupostos que levaram à sua redacção encontram maior ou menor justificação nas pesquisas por nós realizadas. Outros pertencem mais ao domínio da propaganda do que ao da factualidade.

Para tal mitificação muito contribuiu o facto do nosso biografado ter sido o líder civil da primeira revolta republicana ocorrida em solo português. A aura de mártires que adornou as cabeças dos revolucionários do 31 de Janeiro contribuiu para obscurecer as razões pelas quais esta insurreição fracassou de forma tão estrondosa, e quais as suas contribuições para tal ocorrência. E estas não se reduzem simplesmente aos meses precedentes à revolta, encontrando antes as suas raízes nos sucessivos fracassos organizativos dos republicanos portuenses durante a década de 80 do século XIX. Eivados em múltiplas discórdias e subseqüentes facções, jamais conseguiram conquistar o apoio da opinião pública portuense, incluindo a do operariado e a da burguesia.

Nesta conjuntura, a contribuição de Alves da Veiga não é despicienda. Fundador em 1876 da primeira agremiação republicana do Porto, desde cedo assumiu um tácito papel de liderança dos republicanos portuenses. Para tal situação concorreram ainda as suas actividades de publicista e orador político.

Na senda da corrente maioritária dentro do Partido republicano português e do ideário positivista nele predominante, era um apologista do evolucionismo eleitoral como melhor via para a constituição da República. Tal como muitos dos seus contemporâneos,

das salas de aula da Universidade de Coimbra saiu munido de um ideário federalista, a que se juntava uma grande atenção dada à questão social e operária.

Este seu papel de liderança não deixou de ser acerbamente criticado, e até disputado pelos seus correligionários. Porém, Veiga conservou-se incólume a todas as tentativas de lhe disputarem o poder. Não espanta assim que, apesar de entre 1876 e 1891 se ter verificado uma decadência progressiva do PRP portuense, Veiga tivesse mantido a sua liderança. Da mesma forma, o seu nome não deixou de ser alvo de comentários justa ou injustamente depreciativos para com a sua acção no 31 de Janeiro de 1891.

Faz assim parte dos nossos objectivos traçar um retrato daquilo que foi a vida política e intelectual de Alves da Veiga, tendo como princípios norteadores questionar o porquê de ter enveredado pelo republicanismo; de saber qual a influência que teve na construção e desagregação do movimento republicano portuense, e explicando a sua passagem de um ideário evolucionista para um outro revolucionário. E daqui perceber em que medida se deu a sua participação no 31 de Janeiro; as causas do insucesso desta insurreição. E caso ela tivesse sido bem sucedida, tentar compreender que tipo de república queria Alves da Veiga instaurar; explicando para isso as raízes e peculiaridades do seu projecto federalista, atentando ainda se este teve alguma influência nas deliberações da assembleia constituinte de 1911.

Partindo destas interrogações, optámos por dividir a presente dissertação em duas partes. A primeira consiste numa biografia política de Alves da Veiga, abrangendo o seu período de estudante universitário, a sua acção de líder político, o seu papel no 31 de Janeiro, o seu exílio e actividades após o 5 de Outubro de 1910. A segunda parte tenta escarpelizar o seu ideário político e filosófico, atentando nas influências que recolheu na Universidade de Coimbra, e nas formulações teóricas que foi produzindo ao longo da sua carreira política, com destaque para a única obra de que foi autor: *Política Nova – Ideias para a reorganização nacional*.

Para cumprir estes desideratos, e à falta de um espólio privado – de que da existência não temos conhecimento – recorreremos abundantemente à imprensa republicana. Uma opção que se revelou a mais apropriada para tentar reconstruir o mundo do republicanismo portuense da década de 1880. Às informações por vezes pouco contextualizadas transmitidas por este tipo de fontes procurámos acrescentar o contributo inestimável dos livros de memórias. Uma ajuda bastante relevante, por exemplo, para melhor compreendermos as dinâmicas do 31 de Janeiro, ou o papel do nosso biografado na revolução do 5 de Outubro de 1910.

Muito dificilmente chegaremos a quaisquer respostas definitivas às interrogações acima formuladas. Nem foi essa a nossa maior preocupação. Não nos devemos esquecer que a própria ideia de dogma é antitética ao labor histórico (em particular) e científico (no geral). o que não é de espantar, dado que as ideias de totalidade e intemporalidade são contrárias às realizações da natureza humana.

Foi antes nossa preocupação não extrair dos factos conclusões apressadas, deixando antes abertos ao leitor, com o máximo de rigor e quando possível, diversos caminhos de reflexão.

Esta dissertação não constitui mais do que uma breve introdução à temática do republicanismo portuense do período de propaganda (que balizamos entre a década de 1860 e 1891). Muitos periódicos ainda aguardam uma leitura cuidada, e muitos arquivos pessoais esperam serem descobertos e trabalhados. Enfim, toda uma rede de relações societárias – e é isso que está no âmago de grande parte das ocorrências a que aludimos neste trabalho - espera ser reconstituída. É este o convite que deixamos aos presentes ou futuros investigadores que por estas temáticas se interessem ou venham a interessar.

Duas últimas notas se impõem. Após o 5 de Outubro de 1911, Alves da Veiga exerceu uma activa carreira diplomática na Bélgica entre 1912 e 1925. Contudo, centrando-se a presente dissertação numa análise do seu republicanismo federalista, entendemos que aquela sua etapa profissional foge ao escopo deste trabalho, pelo que lhe fazemos apenas uma fugaz referência. De salientar ainda, que, por motivos essencialmente de natureza prática, optámos por actualizar a ortografia de todos os documentos da época.

Parte I: Biografia política de Augusto Manuel Alves da Veiga (1850-1924)

1.1. Da infância até à ida para Coimbra (1850-1864)

Nascido a 28 de Setembro de 1850, em Izeda (localidade situada no concelho de Mirandela e no distrito de Bragança), o transmontano Augusto Manuel Alves da Veiga veio ao mundo “no seio de uma honrada e laboriosa família de lavradores abastados”, António Alves da Veiga e Ana Maria Pires.¹ Sabemos que teve um irmão, de seu nome António Manuel Alves da Veiga. Em Izeda, recebeu uma “educação exuberantemente religiosa e quase inteiramente subordinada às invenções e preconceitos teológicos”.²

A formação intelectual de Alves da Veiga é inseparável da acção tutorial de Manuel Emídio Garcia, figura chave do movimento republicano português e um dos primeiros proponentes do positivismo em Portugal. De facto, Veiga realizou os seus primeiros estudos em Bragança, tendo como tutor Emídio Garcia, que lhe ministrou as disciplinas de latim e francês. Veiga surpreendeu o seu professor pela “compleição intelectual vigorosa, revelando aspirações de saber pouco vulgares em verdes anos”.³ Foi ainda por instâncias de Garcia que o izedense rumou a Coimbra em 1864, com o intuito de continuar os estudos preparatórios no Liceu desta cidade, concluindo-os em 1869.⁴

No seu terceiro ano de estadia em Coimbra, o nosso biografado iniciou-se nas lides jornalísticas, tendo nesse ano começado a sua colaboração num jornal intitulado *O Liceu - Semanário Científico e Literário*.⁵ Tendo como responsável J. S. Moraes e Sá, este periódico – à imagem da imprensa académica em geral⁶ – conheceu uma existência

¹ Manuel Emídio Garcia, «Alves da Veiga», *Galeria Republicana*, Lisboa, n.º14, Julho de 1882, p.3 e «VEIGA, Augusto Manuel Alves da [M]», A. H. Oliveira Marques (org.), *Parlamentares e Ministros da 1ª República (1910-1926)*, Porto, Afrontamento, 2000, pp.435-436. Foram seus avós paternos André da Veiga e Helena Tomé e avós maternos João Luís e Lourença Pires. Teve como padrinhos o reverendo Manuel António da Silva e sua irmã Isabel da Silva, naturais de Calvelhe. Vide a este respeito, Raul Morais, *Augusto Manuel Alves da Veiga – Chefe civil da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Izeda, Junta de Freguesia de Izeda, 2007, p.9. Este pequeno opúsculo consiste numa compilação de referências a Alves da Veiga presentes em dicionários e livros de memórias. Destaque-se a excelente secção iconográfica, com a reprodução de vários retratos inéditos de Veiga.

² Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.

³ Idem, *ibidem*, p.3.

⁴ Refira-se, no entanto, que no Anuário do Liceu e da Universidade de Coimbra referente ao ano lectivo de 1864/65, Alves da Veiga não faz parte da lista de alunos do liceu conimbricense, porventura devido a lapso humano, visto que no anuário de 1865/66 Alves da Veiga aparece inscrito a cinco cadeiras.

⁵ Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3. Ao contrário do que é afirmado por Emídio Garcia, não encontramos provas de que Alves da Veiga tenha sido o único fundador de *O Liceu*. De facto, o cabeçalho do jornal aponta como seu “responsável” J. S. Moraes e Sá. Vide a este respeito, *O Liceu*, n.º1, 9 de Fevereiro de 1867, p.1.

⁶ Vide a título de exemplo, Ernesto Castro Leal (coord.), *Memória da Imprensa Estudantil Universitária*, 2 vols., Lisboa, Os Fazedores de Letras, 2007-2008.

efémera, tendo sido impressos apenas seis números: o primeiro veio ao público a 9 de Fevereiro de 1867 e o último a 4 de Maio do mesmo ano. Para além de Moraes e Sá e Alves da Veiga colaboraram no jornal J. V. Mascarenhas Pedroso, Campos Carvalho, César de Sá, A. de Moraes, Jorge da Circassia, M. J. Alves de Moraes e J. Palmela.

Sob a forma de crónicas, sátiras, contos ou ensaios histórico-filosóficos, *O Liceu* não deixou de fazer referência aos ideais iluministas que alimentaram as revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX (pois “na vasta oficina da Europa forja-se a chave de um porvir”): encontramos assim artigos tratando da pena de morte e das “classes agrícolas”, mesclados com pequenos contos e ficções satíricas onde a referência aos avanços tecnológicos da humanidade e à filosofia é feita sob a forma de metáforas e alegorias - como seria de esperar de um jornal literário.

Porém, o que neste semanário mormente nos interessa é um artigo redigido por Alves da Veiga (que contava então apenas dezassete anos, estando a dois anos de entrar na Universidade), intitulado *Ensaio sobre filosofia alemã - Kant e sua escola*. Neste ensaio, o jovem estudante parte da polémica filosófica entre as escolas racionalista e empirista, que dominou o século XVIII⁷, para dar a conhecer o esforço moderador de Kant nesta contenda. Importa aqui apontar, sobretudo, a rejeição que, seguindo Kant, Alves da Veiga faz do materialismo (nomeadamente da noção de que “a crença em Deus é uma superstição, porque a matéria é suficiente para se explicar a si mesma”⁸) e a importância que dá à “ideia”⁹ enquanto manifestação divina: “a ideia é o pensamento eterno de Deus. É pela ideia que Deus desce ao mundo e que o mundo se eleva a Deus”.¹⁰

Devido ao brusco fim da publicação do semanário, Alves da Veiga não chegou a terminar este ensaio, publicado ao longo dos seis números de *O Liceu* e representativo daquilo que o seu tutor, Manuel Emídio Garcia, considerava – em 1882 - ser o que impedia o seu pupilo de enveredar definitivamente pelo caminho do positivismo, visto que “a doutrina de Kant e dos seus discípulos deixou no seu espírito profundas e arreigadas impressões do subjectivismo alemão, as quais o têm impedido de entrar resoluta e definitivamente na *maioridade positiva*, para a qual reúne todas as superiores

⁷ *O Liceu*, Coimbra, n.º1, 9 de Fevereiro de 1867, pp.4-5 e *O Liceu*, Coimbra, n.º2, 16 de Fevereiro de 1867, pp.5-6.

⁸ *O Liceu*, Coimbra, n.º4, 2 de Março de 1867, p.3.

⁹ A “ideia” na sua definição hegeliana: enquanto origem de todo o conhecimento, pelo que apenas pelas ideias se pode conhecer totalmente a realidade.

¹⁰ *O Liceu*, Coimbra, n.º1, 9 de Fevereiro de 1867, p.5.

condições de capacidade e aptidão.”¹¹ Saliente-se que, apesar de neste artigo não fazer qualquer referência ao projecto kantiano da Paz Perpétua, existe sempre a possibilidade de ter sido por intermédio da filosofia do filósofo de Königsberg que Alves da Veiga tenha tomado pela primeira vez contacto com a ideia federalista, pelo menos num nível filosófico/doutrinário.¹²

Foi durante estes anos de liceu que, gradualmente (como é confirmado por este artigo de *O Liceu* em que a ideia de Deus ainda está bem presente no seu espírito), principiou o abandono dos princípios religiosos que haviam ditado a sua educação em Izedá.¹³ Como veremos de seguida, foi na Universidade de Coimbra que esse abandono em parte se consumou, e que o vazio por ele criado foi ocupado por um ideário politicamente republicano e federalista, mas espiritualmente crente nas virtudes da aplicação da ciência ao desenvolvimento dos povos.

1.2. Na Universidade de Coimbra (1869-74)

1.2.1. A iniciação no publicismo republicano

Terminado o curso preparatório, Veiga iniciou em 1869 o curso de Direito na Universidade de Coimbra. Entre os seus companheiros de vida académica ao longo desses cinco anos de curso encontramos várias figuras que viriam a desempenhar cargos de relevo na política monárquica e republicana portuguesas (caso de Sebastião de Magalhães Lima, José Trigueiros de Martel, José Frederico Laranjo, Luciano Cordeiro, Feio Terenas e Silva Pinto), assim como na literatura (Gomes Leal).¹⁴

De entre estes, aquele com quem mais terá convivido foi Sebastião de Magalhães Lima. Tal como Veiga, também este prolífero escritor republicano foi influenciado em Coimbra pelo proudhonismo e positivismo veiculados nas aulas de Rodrigues de Brito e de Manuel Emídio Garcia.¹⁵ Convém ainda esclarecer que durante os seus tempos em

¹¹ *Galeria Republicana*, *Op. cit.*, p.3. O itálico não é nosso.

¹² Luís Cabral de Moncada, *O idealismo alemão e a filosofia do direito em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938, p.15. Saliente-se, no entanto, que o estudo de Kant em Portugal estava pouco desenvolvido, não indo além de “tratados gerais de Filosofia, (...) dos *Metaphysische Anfangsgrunde der Rechtslehre* e da *Tugendlehre* na edição francesa de Tissot”.

¹³ Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.: “Em Coimbra foi-se pouco e pouco desprendendo dessas preocupações infantis e libertando da *tutela* teológica, para entrar na fase da sua *emancipação* metafísica e revolucionária, da qual não saiu inteiramente.”

¹⁴ Maria Rita Lino Garnel, *A República de Sebastião Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.16.

¹⁵ Maria Rita Lino Garnel, *Op. cit.*, p.16.

Coimbra (1870-1875), Magalhães Lima publicou dois opúsculos de feição republicana, anti-monárquicos e anti-clericais (*Padres e Reis* e *O Papa perante o século. Refutação do Ultramontanismo por Aluno do 4.º Ano Jurídico*); assim como deu à estampa em 1874 a tradução da obra de Charles Lemonnier (um discípulo de Saint-Simon, que em 1867 fundou, em Genebra, a Liga da Paz e da Liberdade), *Os Estados Unidos da Europa*. Maria Rita Lino Garnel afirma que foi ao tomar “compreensão dos riscos da conjuntura europeia – um equilíbrio instável resultante da Guerra Franco-Prussiana e da Comuna de Paris – interligados com o agravamento das condições sociais do proletariado” que Magalhães Lima se decidiu a traduzir esta obra de cariz federalista e socialista.¹⁶ Por conseguinte, não podemos descurar a possível influência de Magalhães Lima na formação ideológica de Alves da Veiga, pois – certamente - este terá lido aquilo que o seu amigo escrevia e traduzia. Julgamos que essa influência se revela com particular incidência nos vários artigos anti-jesuítas e anti-clericais que o então jovem estudante de Direito viria a escrever no decorrer da década de oitenta do séc. XIX, quando já era uma personalidade influente no meio republicano portuense.

Dada a sua relação com Magalhães Lima, não é de espantar que já na Universidade Veiga, para além dos afazeres académicos, dedicasse a maior parte do seu tempo livre à “missão de auxiliar e desenvolver a propaganda democrática republicana”.¹⁷ Os tempos, aliás, eram propícios a este proselitismo político: o izedense não deixará de ter acompanhado com vivo interesse a formação e repressão da Comuna de Paris (de 18 de Março a 28 de Maio de 1871). E não nos podemos esquecer que os seus dois últimos anos de Universidade coincidiram com os dois anos de duração da Primeira República Espanhola (de 11 de Fevereiro de 1873 a 29 de Dezembro de 1874). Foi, aliás, toda uma geração de republicanos portugueses fortemente influenciada pelas evoluções e desenvolvimentos dos sucessos de além fronteiras: seguindo atentamente os discursos e propostas nas Cortes espanholas das figuras-chave do republicanismo espanhol: Estanislao Figueras¹⁸, Francisco Pi y Margall, Nicolas Salmerón e Emílio Castelar (que em 1874 visitou a Universidade de Coimbra, com Magalhães Lima a servir-lhe de guia¹⁹).

¹⁶ Idem, *ibidem*, p.59.

¹⁷ Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.

¹⁸ Aquando do falecimento deste republicano espanhol (1819-1882), o diário republicano *O Século* dedicou-lhe uma pequena biografia política redigida pela pena de Alves da Veiga. Vide, Alves da Veiga, «Estanislao Figueras», *O Século*, Lisboa, nº568, 16 de Novembro de 1882, p.1.

¹⁹ Para a caricata história que rodeou a insólita visita de Castelar a Portugal, veja-se Sebastião de Magalhães Lima, *Episódios da minha vida*, vol. I, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985, pp.78-80.

De facto, a Comuna de Paris - juntamente com o opúsculo incendiário que o lente de Matemática, João Falcão, editou em defesa dos *communards* parisienses - motivou a fundação de muitos grupos republicanos, pelo que “a maioria da Academia era por esse tempo republicana”. Republicanização essa acrescida pelos acontecimentos espanhóis, com os estudantes conimbricenses a comemorarem vivamente a notícia da proclamação da República em Espanha.²⁰ O entusiasmo dos alunos transferiu-se por inerência aos professores (ou terá sido a doutrinação destes nas salas de aula a provocar efeito contrário?), destacando-se os nomes de Manuel Emídio Garcia e Rodrigues de Brito (ambos professores do nosso biografado), acrescidos ainda de António Jardim, Mendonça Cortez e Bernardino Pinheiro.²¹

Segundo Emídio Garcia, após a instauração da República em Espanha, a paixão de Alves da Veiga “pelas lutas da imprensa, manifestou-se com muita mais energia e maior fôlego”.²² Não foi o único. Também Magalhães Lima viveu intensamente esses anos, e terá sido a paixão destes dois homens pelos ideais do federalismo e da república – a serem realizados tão perto, mas simultaneamente tão longe – que os levou a firmar laços de amizade. Foi assim que constituíram um núcleo académico republicano e federalista, composto por estudantes de Direito, e que, tendo como pano de fundo a experiência republicana espanhola, procedeu à fundação de um jornal republicano. Como recorda Magalhães Lima nas suas memórias, “bons tempos esses de 1872, 1873 e 1874, em que os estudantes de Direito – Alves da Veiga, Alves de Moraes, Almeida Ribeiro e eu – fundávamos em Coimbra a *República Portuguesa*, o primeiro jornal republicano académico que apareceu. A República espanhola e a Comuna de Paris haviam contribuído grandemente para esta efervescência espiritual. Eram os idealistas de então.”²³

Foi assim que em 1873 surgiu o semanário *República Portuguesa*: o primeiro jornal académico republicano português, que serviu igualmente de órgão de imprensa do Partido Republicano de Coimbra até ao término da sua publicação, ainda em 1873. O semanário foi fundado por Alves da Veiga, Sebastião de Magalhães Lima, Alves de

²⁰ Idem, *ibidem*, p.78: “Quando chegou a Coimbra a primeira notícia da proclamação da República em Espanha, os estudantes, com uma filarmónica à frente, encheram o Largo da Feira, aclamando a República com entusiasmo indescritível.”

²¹ Idem, *ibidem*, pp.78-79. Para além destes quatro docentes, Magalhães Lima refere a existência de “outros”, mas sem especificar quais.

²² Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.

²³ Sebastião de Magalhães Lima, *Episódios da minha vida...*, pp.41-42.

Moraes e Almeida Ribeiro.²⁴ Colaboraram ainda no jornal Manuel de Arriaga e José Pereira de Sampaio (Bruno), assim como Lopes de Mello, Álvaro de Mendonça, Albano Coutinho Júnior, A. Brito e Azevedo, Eugenio Pelletan, Luis de Andrade, Sebastião de Seixas e Silva Pinto (enquanto correspondente em Lisboa).²⁵ O seu fim foi motivado pelas formaturas de Alves da Veiga e Magalhães Lima, tendo sido publicados apenas catorze exemplares.²⁶ Porém, enquanto existiu, o semanário serviu de agremiação a “todos os estudantes liberais daquele tempo”²⁷, o que é facilmente compreensível dada a natureza pioneira do projecto e a conjuntura política que lhe deu azo à existência. Tal é corroborado pelo testemunho de Manuel Emídio Garcia, segundo o qual o jornal foi “festejado e aplaudido, como notável acontecimento político e literário pela briosa mocidade académica de então”.²⁸ Sendo um jornal fundado, redigido e animado por estudantes, os seus destinatários não podiam ser outros que não os estudantes do Liceu e da Universidade de Coimbra: pois era na mocidade que residia o “fermento da grande obra do futuro”, e era ela que arvorava “a bandeira da dignidade humana, que é a bandeira da democracia”.²⁹

Estamos perante um jornal de feição republicana e federalista, que assume como objectivo a pedagogização dos ideais da liberdade e da democracia: a começar pela afirmação dos direitos do homem no seio da República, partindo do pressuposto que apenas a “ideia universal da democracia” era verdadeira, visto ser a “única compatível com a dignidade de um povo.”³⁰ Afere-se assim do alinhamento da redacção da

²⁴ Sebastião de Magalhães Lima, *Arquivo Democrático*, Lisboa, n.º8, Janeiro de 1909, pp.53-56.

²⁵ *Idem, ibidem*, p.53; Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3; *República Portuguesa*, Coimbra, Ano I, n.º1, 1 de Maio de 1873, p.1; «Efemeridades», *O Século*, Lisboa, n.º708, 1 de Maio de 1883, p.1, col.1.

²⁶ Sebastião de Magalhães Lima, *Episódios da minha vida...*, p.81: “Sucedeu com este jornal o que sucede com todos os jornais académicos, que, em geral, dependem da formatura daqueles que os dirigem. Concluído o curso, cada um segue o seu caminho. Alves da Veiga foi para o Porto, e lá continuou galhardamente a sua cruzada, fundando pouco depois a *Discussão*, em que revelou altas qualidades de escritor elegante e de pensador eminente. Eu vim para Lisboa e entrei como director para o *Comércio de Portugal (...)*”.

²⁷ *Idem, ibidem*, p.81.

²⁸ Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.

²⁹ *Idem, ibidem*, p.1.

³⁰ Assim, no enunciado de princípios publicado no primeiro número da *República Portuguesa*, saltam à vista as referências ao progresso da humanidade, patente na ciência, na arte, a indústria e na política sobre “as concepções dogmáticas da teologia, que, teoricamente autoritária, tem esmagado debaixo da pressão enormemente ingrata de uma potência invisível e sempre em cólera, as mais belas aspirações, as ideias mais generosas, os sentimentos mais puros e honestos que sentiu o coração do homem.” Vide, *República Portuguesa*, Coimbra, n.º1, 1 de Maio de 1873, p.1. Os propósitos pedagogizantes da *República Portuguesa* evidenciam-se ainda pelo assumido intuito de “dizer verdades amargas, derrotar muitas ilusões, acometer muitos prejuízos, descobrir muitas chagas, e, sobre tudo, derramar muita instrução, inundar de muita luz a alma do povo, já que a decrépita monarquia não nos vai preparando outro legado que a ignorância, a qual, durante tantos séculos nos serviu de capa aos seus desvarios.” Os redactores entendiam por conseguinte estar perante um dever inescusável, mais urgente ainda numa “hora em que a

República Portuguesa com a corrente evolucionista republicana, sendo o advento da república encarado como fruto da propaganda e da educação pacíficas ao invés de um golpe militar³¹; e com o federalismo, a “política que arvoramos como norma de governo”.³²

De destacar igualmente o tributo que os redactores prestavam à “ciência positiva, de que este jornal é órgão”.³³ Os nossos republicanos conimbricenses partilhavam assim da “alta crença de que o homem tem a propriedade de se transformar, de ser espírito humano, isto é, espírito progressivo”; ideia esta facilitada pela inevitabilidade do “movimento irresistível que leva os homens e as coisas em busca de um estado melhor”, sintomática da “lei da evolução progressiva que domina todas as esferas do nosso ser, como a lei do movimento rege todos os organismos”.³⁴

Encontramos ainda publicados na *República Portuguesa* abundantes artigos noticiosos tratando da evolução do processo revolucionário republicano espanhol.³⁵

Foi pois, sob estes princípios e objectivos que o jovem republicano, ainda na fase primacial da sua carreira de publicista político e divulgador do ideário republicano, deu à estampa um conjunto de seis artigos – três sobre a política interna portuguesa

imprensa se prostitui pelos lupanares da polémica soez, abandonando a missão civilizadora que lhe está destinada; quando as grandes coisas, as belas ideias, as altas aspirações da consciência social são sacrificadas às ninharias de uns tantos homens, que pretendem elevá-las á categoria de sérias”. Vide a este respeito, *República Portuguesa*, Coimbra, n.º8, s.d., p.3.

³¹ A instauração da República em Espanha – feita de modo pacífico, pela vontade parlamentar das Cortes, sem qualquer interferência do Exército, e na sequência de uma série de abdições monárquicas - deverá ter firmado mais veementemente nos fundadores da *Republica Portuguesa* esta convicção.

³² Quando questionada por um jornal lisboeta (o *Ilustrado*) sobre uma definição do republicanismo federal, a redacção da *República Portuguesa* não hesitou em remeter os “ilustrados” para alguns dos autores que formavam a base doutrinária do federalismo (são referidos os nomes de Proudhon, Tocqueville, Roque Barcia, Vacherot e Stuart Mill), permitindo-nos por outro lado ter uma ideia das leituras de Alves da Veiga e dos seus colegas de redacção. Vide a este respeito, *República Portuguesa*, Coimbra, n.º8, s.d., p.3. Faça-se ainda referência à publicação, pela *República Portuguesa*, nos números 7 e 8, do “Manifesto da União Republicana de Portugal ao País”; e, nos números 10 e 14 do “Programa do Centro Republicano Federal de Lisboa”. O manifesto da União Republicana foi fortemente criticado na *República Portuguesa* por não especificar a forma de regime pretendida (unitarista ou federalista) e por se preocupar ao invés com algo pouco compatível com a ética republicana: a outorga de empregos no Estado aos republicanos.

³³ Idem, *ibidem*, p.1. Para além de Comte, surgem na *República Portuguesa* os nomes de Voltaire, Montesquieu, Proudhon, P. Lerieux, Vacherot, Stuart Mill. Vide a este respeito, idem, *ibidem*, p.2.

³⁴ Idem, *ibidem*, p.1. Note-se a influência hegeliana, patente na referência à lei do movimento do *Weltgeist*, que afecta “todos os organismos”.

³⁵ O jornal contava com um correspondente espanhol, José Vasquez Brabo. Tal como menosprezava os diferendos surgidos entre as correntes unitarista e federalista nas Cortes espanholas (encarando-os como fruto da livre discussão de ideias possível num regime republicano), a redacção da *República Portuguesa* mostrava natural simpatia pelas revoltas cantonalistas das províncias do Sul espanhol, considerando-as como o exemplo a emular por Portugal: “Segundo nós, Portugal não é senão uma pequena face da Espanha, cuja política seguiu sempre desde que se desmembrou do tronco neasturiano como mostraremos bem breve, e hoje a única política, que lhe pode convir, é a *política republicana*.” Vide a este respeito, *República Portuguesa*, Coimbra, n.º1, p.2 e n.º14, s.d., pp.1-2.

(intitulados “Política Portuguesa”), dois sobre política internacional (com um título homónimo) e um ensaio sobre o desenvolvimento económico da monarquia - distribuídos pelos catorze números da *República Portuguesa* e sempre publicados no frontispício deste semanário.

Partindo de um apelo à necessidade de “esclarecer nossos irmãos”, de “dizer a verdade, de apresentar com toda a independência o que foi, o que é, o que pode ser a política portuguesa, inspirada pela realeza, e o que deve ser, inspirada pelos princípios da democracia”, Alves da Veiga manifesta logo no seu primeiro artigo a intenção de “pôr as mãos sobre as chagas de uma sociedade”, pois que “diante das pretensões de uns tacanhos publicistas, que no nosso país pretendem sustentar o presente estado de coisas, como traduzindo fielmente as aspirações da actualidade, não é possível ficar calado”.³⁶ Considerando que a “sociedade portuguesa está enferma”, “minada por grandes vícios”, mas “ansiosa de melhor estado”³⁷, ao longo de três artigos sobre a política portuguesa formula um conjunto de críticas àquilo que entende como as manobras monárquicas de retenção dos ideais da democracia e da liberdade e ao desprezo a que é votada a mocidade defensora desses mesmos ideais, “anatematizada em nome da ordem e bem-estar”.³⁸ Lança ainda fortes críticas ao sistema jurídico monárquico, considerando-o injusto e propugnador de desigualdades, porque “meio transitório entre duas tendências inconciliáveis – o passado e o futuro. Por isso, esse código, essa carta, essa alforria do escravo está moralmente condenado, e praticamente desprezado”. Apontando a presença da influência eclesiástica e das tradições absolutistas nos códigos civil e penal portugueses, Veiga considera que os mesmos jamais poderiam satisfazer “aquele espírito de Justiça e Liberdade”.³⁹

Por conseguinte, coloca a monarquia no grupo das instituições já moribundas, salientando que o final das monarquias é o símbolo da derrota do empirismo face ao avanço das “ocultas forças, chamadas direitos individuais, que são as bases sobre que se apoia o moderno edifício da Democracia”.⁴⁰ Para tal não deixara de contribuir o nulo

³⁶ Augusto Manuel Alves da Veiga, «Política Portuguesa», *República Portuguesa*, Coimbra, n.º 2, 8 de Maio de 1873, p.1.

³⁷ Idem, *ibidem*, p.1.

³⁸ Augusto Manuel Alves da Veiga, «Política Portuguesa», *República Portuguesa*, Coimbra, n.º3, 15 de Maio de 1873, p.1.

³⁹ Idem, *ibidem*, p.1. A referência à origem bastarda do constitucionalismo monárquico – a alegada impossibilidade de um regime fundado no direito divino poder garantir a soberania popular – é um dos lugares comuns da propaganda republicana anti-monárquica.

⁴⁰ Alves da Veiga, «Política Portuguesa», *República Portuguesa*, Coimbra, n.º6, s.d., p.1. Por “ocultas forças”, julgamos estar perante uma premissa da filosofia da História kantiana: o providencialismo oculto da Natureza subjacente à evolução da História.

“desenvolvimento moral da monarquia”, próprio de uma “sociedade sem energia de sentimentos, sem entusiasmo de convicções, sem pureza de crenças; uma sociedade ignorante e raquítica”, enfermidades que Veiga faz radicar no que considera ser a deficiente política educativa monárquica votada ao fracasso por nela presidir uma “certa e determinada ideia religiosa” e “um certo e determinado credo político, económico, jurídico, literário e artístico”⁴¹, o que redundou numa “criação miserável, eivada de prejuízos de todas as qualidades, acanhada na forma, falsificada na essência, por elementos desacreditados e visivelmente opostos às tendências mais puras e elevadas do espírito moderno”.⁴²

Por similar tom, o estudante de Direito atribui a débil situação da económica portuguesa à influência perniciosa da monarquia no Portugal oitocentista: exprobra a fragilidade do comércio, indústria e agricultura portuguesas, denuncia a inexistência de legislação regulando o mercado de trabalho, a inexistência de bancos populares e de instituições de crédito acessíveis às “classes mais necessitadas” e considera a monarquia um regime contrário ao progresso pelas suas “medidas legalmente restritivas, filhas de um poder centralizador e autoritário” ao espírito de iniciativa individual.⁴³ Praticamente comparando a monarquia constitucional a um qualquer regime absolutista do século XVIII, Alves da Veiga considera que a monarquia *per se*, não possuía “vitalidade suficiente para resolver os problemas económicos, sociais e religiosos que agitam profundamente a nossa época”, pois o “primeiro defeito do régimen monárquico para operar o desenvolvimento económico é a falta de Liberdade e de Justiça, que são as verdadeiras bases de todas as reformas sociais”, visto que “sem Justiça e Liberdade não é possível progresso industrial algum”. Mais significativamente ainda, o nosso biografado não hesita em afirmar que “a monarquia não se pode modificar até ser uma verdadeira Republica”. Afirmção curiosa daquele que viria a ser um dos expoentes do republicanismo conservador português na maior parte da década de oitenta do século XIX, mas que deixa já entrever a possibilidade da revolução: para além de mostrar o

⁴¹ Alves da Veiga refere-se à influência clerical no ensino português, por via do ensino da doutrina cristã, assim como ao facto de uma disciplina como a História se limitar a uma factologia político-militar da genealogia da Casa Real portuguesa. A ideia da inércia da sociedade portuguesa oitocentista é frequente no discurso republicano, que aponta como causas o catolicismo pós - Concílio de Trento, o absolutismo e os «vícios» do constitucionalismo monárquico. Vide a este respeito, Sérgio Campos Matos, «História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc.XIX », *Penélope*, n.º8, Lisboa, 1992, p.52.

⁴² Alves da Veiga, «Política Portuguesa», *República Portuguesa*, Coimbra, n.º6, s.d., p.1.

⁴³ Idem, «O Desenvolvimento Económico na Monarquia», *Republica Portuguesa*, Coimbra, n.º 9, s.d., p.1.

temor de Veiga por uma República que mais não fosse do que uma monarquia sem trono, ou seja, com semelhantes instituições e actores políticos.⁴⁴

A par das veementes críticas à monarquia e ao seu centralismo político, faz Alves da Veiga nos dois artigos que para o jornal *República Portuguesa* redigiu sobre política internacional vivos encómios à instauração da República em Espanha, considerando que desse modo estava assegurada a vitória sobre os carlistas. Previa igualmente que os trabalhos da Assembleia Constituinte Espanhola se traduziriam no fim em Espanha da pena de morte, da escravatura, dos privilégios sociais e judiciais; assim como conduziram à promulgação da separação da Igreja e do Estado, do sufrágio universal, do ensino elementar obrigatório, à diminuição do peso dos impostos sob o povo e ao fim dos monopólios estatais.⁴⁵ Desvalorizava ainda os conflitos que grassavam na Assembleia parlamentar da jovem República espanhola, atribuindo-os à natural existência de uma “diversidade de opiniões que professam os vários grupos republicanos”.⁴⁶

1.2.2. Um aluno exemplar

No que toca à sua vida académica, não podíamos deixar de fazer referência às duas distinções académicas que recebeu no decurso do seu bacharelato, por dois anos lectivos consecutivos: em 1870/71 foi declarado “distinto” e “premiado com distinção”, enquanto que em 1871/72 o seu nome aparece incluso na relação dos estudantes premiados na Faculdade de Direito, tendo recebido um *accessit*.⁴⁷

O bom rendimento académico era indissociável do carácter de Alves da Veiga, adjectivado por Emídio Garcia como austero⁴⁸ devido “às influencias que lhe rodearam o berço e bafejaram os primeiros anos da sua vida”, permitindo a formação de uma personalidade “pronunciadamente livre” e “sem exageros revolucionários, independente sem arrogâncias demagógicas”, que permitiu o medrar das “progressivas

⁴⁴ Idem, «O Desenvolvimento Económico na Monarquia», *República Portuguesa*, Coimbra, n.º 10, s.d., p.1.

⁴⁵ Idem, «Política Internacional», *República Portuguesa*, Coimbra, n.º 7, s.d., p.1.

⁴⁶ Idem, «Política Internacional», *República Portuguesa*, Coimbra, n.º 8, s.d., p.2.

⁴⁷ *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, p.47 e *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, p.92.

⁴⁸ O epíteto de “austero” acompanhou Alves da Veiga ao longo de toda a sua vida. Por exemplo, aquando da apresentação dos candidatos republicanos às eleições municipais do Porto de 6 de Novembro de 1883, Magalhães Lima descreve Alves da Veiga como “austero”. Vide Sebastião de Magalhães Lima, *O Século*, Lisboa, n.º 859, 27 de Outubro de 1883, p.1, cols.4-5.

tendências democráticas, que tão cedo madrugaram no seu espírito, como sendo as alvoradas anunciadoras de uma existência constantemente devotada á causa da liberdade e emancipação popular”. Porém, foi essa mesma austeridade que lhe permitiu passar incólume pelas “diversões fantasiosas”, pela “vida ruidosa e convulsa que tanto seduzem e não raras vezes pervertem na ociosidade, e, por fim, corrompem no hábito do vício, a mocidade académica”. Refractário a tais tentações, Veiga dedicava a maior parte do seu tempo ao estudo, sendo um frequentador assíduo da biblioteca da Universidade, onde lia “com avidez e meditando com paciente reflexão as obras dos mais ilustres filósofos e dos mais notáveis publicistas.”⁴⁹

Poucas distrações tinha em Coimbra. Uma delas eram os passeios pelos jardins conimbricenses, que para além de contribuírem para aplacar a nostalgia da sua Izeda natal, serviam-lhe igualmente de escape à atribulada vida citadina, encontrando assim um refúgio onde podia estar “tranquilo” e “a sós com as suas cogitações”. Emídio Garcia faz radicar neste apego à vida bucólica do campo e pouco amor pelas “desordens” urbanas o “aspecto sombrio e um certo ar de melancolia, que as intimas alegrias e as grandes comoções do entusiasmo não conseguem apagar completamente na expressiva fisionomia de sábio e tribuno eloquente”. As outras eram a “filosofia metafísica e a correlativa política revolucionária”⁵⁰. Foi assim que em 1874 o nosso biografado alcançou o grau de bacharel em Direito na Universidade de Coimbra, daí rumando para o Porto.

Certo é que nos anos da Universidade ficou já firmado o ideário político-social de Alves da Veiga: balizado pelas noções de república, federalismo e sufrágio universal.

1.3. De Coimbra até ao 31 de Janeiro de 1891 (1874-1891)

1.3.1. Ida para o Porto (1874)

Terminado o curso, não regressou à terra que o viu nascer, optando antes por se estabelecer no Porto, ainda em 1874.⁵¹ Pensamos que, para além de razões estritamente profissionais (melhores e maiores oportunidades de emprego), terá igualmente contribuído para esta decisão a vontade de dar seguimento à actividade de publicista

⁴⁹ Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p.3.

⁵¹ A. H. Oliveira Marques (org.), *Parlamentares e Ministros da 1ª República, (1910-1926)*..., p.435-436.

republicano. De facto, no Porto – com a sua burguesia e operariado - Alves da Veiga teria sempre maiores possibilidades de encontrar uma massa crítica mais receptiva ao credo republicano.

Foi já na capital do Norte que o bacharelado em Direito se casou com Joana Teixeira Alves da Veiga⁵², proveniente, segundo Emídio Garcia, de uma “respeitável família, com a qual já em Coimbra” o noivo “havia travado relações de afectuosa estima e merecida confiança”.⁵³

Profissionalmente Veiga fez da advocacia a sua principal actividade profissional, mas aproveitou as suas horas livres para dar aulas de História e da Filosofia em liceus portuenses. Viria a fundar ainda, juntamente com Azevedo de Albuquerque, Júlio Moreira e Morais de Sousa, vários cursos livres, “que obtiveram grande êxito e nos quais ele regeu as cadeiras de Literatura e Filosofia”.⁵⁴

Apesar de inicialmente ter procurado manter-se alheado do publicismo, após lhe ter sido pedida por variadas vezes a sua contribuição para jornais periódicos e “sentindo dentro em si o impulso profético de mais altos destinos, incompatíveis com o comércio forense”, decidiu conciliar o magistério da advocacia e o ensino com a propaganda republicana.⁵⁵

É assim que ainda em 1875 passou a fazer parte da equipa redactorial do jornal *Actualidade* (juntamente com Teófilo Braga), com o objectivo de preparar a formação do Centro Republicano Democrático do Porto, que viria a ser fundado em 1876. Foi neste ano que abandonou a *Actualidade*, o que segundo Emídio Garcia se deveu ao facto deste se ter convertido em “órgão de política monárquica”⁵⁶. Com efeito, enquanto

⁵² «Efemérides», *O Século*, Lisboa, nº477, 1 de Agosto de 1882, p.1.

⁵³ O falecimento em Junho de 1880 de um dos filhos de Alves da Veiga viria a ser aproveitado pelo jornal republicano *Partido do Povo* para questionar o laicismo do nosso biografado, devido ao facto do enterro do petiz ter sido católico: “Os homens de doutrinas avançadas que deviam ser os primeiros a convencer-se de que nada, absolutamente nada, vale o *latim* das sotainas; esses homens que deviam ser os primeiros a abraçar o registo civil, praticam exactamente o contrário!!! Que nos desculpe o ilustre advogado mas as nossas convicções obrigam-nos a falar com toda a franqueza que deve caracterizar os verdadeiros democratas e revolucionários.” Vide, «Ecos do Porto», *Partido do Povo*, Lisboa, n.º225, 16 de Junho de 1880, p.3. De notar que ainda nesse ano, e no mesmo jornal, Alves da Veiga publicou um artigo de teor anti-clerical, onde, para além da crítica às “famílias privilegiadas”, se diz que “padres e reis devem desaparecer da face da terra; eles são os vis que, mancomunados, têm levado esta nação ao cairal do abismo (...)”. Vide, Alves da Veiga, «A maré sobe», *Partido do Povo*, Lisboa, n.º251, 19 de Setembro, p.3.

⁵⁴ «Dr. Alves da Veiga», *O Século*, Lisboa, n.º15575, 3 de Dezembro de 1924, p.2.

⁵⁵ Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3. Não sabemos se estas afirmações de Emídio Garcia significam que Veiga tenha desistido da advocacia, o que nos parece improvável, dado que ao longo da década de oitenta do séc. XIX foi sempre referido na imprensa republicana como um advogado.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p.4. Com efeito, a *Actualidade*, apesar de ter um carácter independente, “serviu mais ou menos a política regeneradora”. O primeiro número saiu a 1 de Fevereiro de 1874, sendo seu director e proprietário Anselmo Evaristo de Moraes Sarmento e tendo como redactores Elvino José de Sousa,

redactor da *Actualidade*, Veiga aproveitou para fazer da cobertura da política externa uma defesa do credo republicano. Segundo José Pereira de Sampaio (Bruno), “a sua colaboração deu justamente nas vistas, pelo liberalismo rasgado e desprendido das apreciações, isto na época revolta das tentativas reaccionárias da maioria monárquica em França, quando o espírito obscurantista se estendia sobre toda a Europa e pesava também aqui.”⁵⁷

1.3.2. Alves da Veiga e o meio republicano portuense (1876-1890)

A formação do Centro Republicano Democrático do Porto em 1876 deve ser entendida no rescaldo do malogro da experiência federalista espanhola e dos progressivos avanços eleitorais conseguidos pelos republicanos moderados franceses na sequência da fundação da III República Francesa em 1870⁵⁸, o que levou os republicanos portugueses a tentarem aprender com os exemplos de uns e outros, tentando assim encontrar uma unidade programática e organizativa que lhes permitisse evitarem um destino semelhante ao dos seus congéneres espanhóis e reproduzirem o sucesso francês.⁵⁹

Esta busca por um consenso viu-se dificultada pelas divergências existentes entre uma corrente federalista radical e intransigente para com qualquer colaboração com os partidos monárquicos; e uma corrente oportunista, adepta do republicanismo francês. Foram os sucessos franceses e a grave conjuntura económica portuguesa que impulsionaram a fundação em Lisboa a 25 de Abril de 1876 do Centro Republicano Democrático e a constituição do primeiro (pelo menos nominalmente) Directório do

Alfredo de Matos Angra, José Caldas, Júlio Caná, Firmino Pereira e “outros jornalistas da velha guarda”. Era considerado “um dos melhores jornais diários que o Porto tem possuído”, tendo cessado a sua publicação em 31 de Julho de 1891, e sido substituído pelo *Ideia Nova*. Refira-se igualmente que os números deste jornal, por nós consultados e respeitantes aos anos de 1890 e 1891, não manifestam qualquer hostilidade para com Alves da Veiga e os restantes revoltosos do 31 de Janeiro, facto a que não será alheia a pretérita colaboração do izedense neste periódico portuense. Vide a este respeito, «Jornais da minha terra; subsídios para uma História do jornalismo portuense», *O Tripeiro*, 2.^a Série, n.º2, Porto, 15 de Janeiro de 1919, p.41. Vide ainda, Alberto Bessa, «Jornais da minha Terra; Subsídios para uma História do jornalismo portuense», *O Tripeiro*, 2.^a Série, n.º2 (110), Porto, 15 de Janeiro de 1919, p.41.

⁵⁷ José Pereira de Sampaio, *31 de Janeiro de 1891 - 31 de Janeiro de 1911: o facto e os homens*, Lisboa, Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978.

⁵⁸ Com destaque para o período de 1876-79, em que os republicanos oportunistas liderados por Jules Grévy, Jules Ferry e Leon Gambetta conseguiram a maioria na câmara dos deputados, e obrigaram à demissão do monárquico Patrice MacMahon, debelando de vez a ameaça de uma nova restauração monárquica em França e acentuando a republicanização das estruturas políticas francesas. Vide, *Les Constitutions de la France depuis 1789*, Paris, Garnier-Flammarion, 1979, pp.321-329.

⁵⁹ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp.24-25.

Partido Republicano Português. Era o temporário culminar de um processo iniciado dois anos antes, com uma reunião secreta das várias facções republicanas lisboetas realizada a 24 de Janeiro de 1874.⁶⁰

O surgimento do Centro foi acompanhado de um genuíno entusiasmo (contavam-se à partida cerca de quinhentos associados), que motivou a constituição de vários centros republicanos regionais (Alcântara, Setúbal, Tavira, Coimbra, Vila Real, Grândola, Figueira da Foz e Angra do Heroísmo). Com efeito, o Centro lisboeta havia enviado em 1876 “uma carta-circular a todos os republicanos do país noticiando a sua formação e definindo como finalidades «o desenvolvimento gradual e pacífico das ideias democráticas nas instituições do país e, em evolução natural do futuro, o estabelecimento da República em Portugal»”.⁶¹

Quem no Porto recebeu essa carta-circular foi Alves da Veiga, e das referências que a ela este faz, depreende-se que os republicanos lisboetas o incumbiram de fundar um Centro republicano portuense, encarregando-o de “reunir os elementos dispersos que aqui existiam, elementos variados e importantes, que só por inexplicável incúria dos chefes da democracia portuguesa, têm até hoje estado desorganizados, desconhecidos e sem a influência que justamente devem exercer no momento da vida política do nosso querido país.”⁶² Deveu-se assim em grande parte aos republicanos de Lisboa a iniciativa da formação do Centro Republicano Democrático do Porto.

Recebido o incentivo (ou a ordem?) de Lisboa, Veiga começou a estabelecer contactos com “algumas pessoas que me foram indicadas como afectas ao sistema republicano”⁶³, procedendo ao clássico trabalho de aliciamento e recrutamento, labor bem sucedido, visto que o número de associados foi subindo exponencialmente: de “5 ou 6 que éramos a princípio, elevou-se logo a algumas dezenas”, isto em 1877⁶⁴. Deste núcleo inicial faziam parte – para além de Alves da Veiga - Manuel Francisco Pereira de Sousa (desembargador da Relação do Porto e primeiro presidente do Centro portuense⁶⁵), José Joaquim Rodrigues de Freitas (então jornalista e professor da

⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp.24-26.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p.27.

⁶² Alves da Veiga, *Discurso pronunciado na Assembleia Geral do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto na Noite de 20 de Outubro de 1877 por A.M. Alves da Veiga*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1877, p.4.

⁶³ Idem, *ibidem*, p.4. Não deixamos de lado a possibilidade da carta-circular enviada de Lisboa conter uma lista de personalidades a contactar, mas em 1876 Alves da Veiga já se encontrava no Porto há dois anos, pelo que certamente já conhecia bem o meio republicano portuense, sabendo com que indivíduos poderia contar.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p.4.

⁶⁵ Alves da Veiga, «Rodrigues de Freitas», *Galeria Republicana*, Lisboa, n.º28, Fevereiro de 1883, p.4.

Academia Politécnica do Porto⁶⁶), José Jerónimo de Faria (engenheiro das obras públicas), Augusto Luso (professor do Liceu), Eduardo Augusto Falcão (matemático e engenheiro), Alexandre Braga, Manuel José Teixeira (os dois advogados), Joaquim Duarte Moreira de Sousa (lente da Universidade de Coimbra e o introdutor do positivismo em Portugal), Lopes da Silva, Salgado Lencart (os dois farmacêuticos), O'Neill de Medeiros (leccionista e músico de orquestra), Tito Jorge de Carvalho Malta (médico) e Prado de Azevedo (jornalista).⁶⁷ Em 1878, deu ainda entrada no Centro José Pereira de Sampaio (Bruno), aprovado sócio antes sequer de se ter proposto a tal⁶⁸.

Agrupadas as hostes, era necessário dizer ao que vinham: publicou-se com este fim a 1 de Dezembro de 1876 uma “circular-manifesto”, que oficializou publicamente a existência do Centro Republicano Democrático do Porto, com sede na Rua de S. Bento da Vitória (mais concretamente no rés-do-chão da casa habitada ao tempo por José Pereira de Sampaio⁶⁹). Esta primeira manifestação política do Centro portuense⁷⁰ vinha na linha daquilo que fora enunciado na constituição do Centro Republicano Democrático de Lisboa, inclusa na circular enviada em Agosto de 1876 às principais personalidades republicanas do país: o intuito de alcançar “o desenvolvimento gradual e pacífico das ideias democráticas nas instituições do país e, em evolução natural do futuro, o estabelecimento da República em Portugal”.⁷¹

Assim, e nas palavras de Alves da Veiga, no manifesto “acentuava-se o pensamento de fazer propaganda pelos meios legais e pacíficos, sobretudo pela eleição”, com o expresso intuito de não impressionar negativamente o eleitorado: “Estava concebido em termos tão moderados e sensatos aquele documento, que o publico, longe de se sobressaltar com a leitura dele, fez justiça às nossas intenções, julgando-as puras e considerando-nos como um partido de ordem e de progresso, que procura a realização de reformas reclamadas pelo estado da sociedade em que vivemos”.⁷² O advogado

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p.4.

⁶⁷ José de Pereira Sampaio (Bruno), *Os modernos publicistas portugueses*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1987, pp.268-273.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p.267.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p.266.

⁷⁰ Por seu turno, a primeira apresentação pública do Centro ocorreu aquando da trasladação das doze ossadas dos Mártires – executados na Praça Nova do Porto a 7 de Maio e a 9 de Outubro de 1829 - da Pátria da Igreja da Misericórdia para o cemitério do Prado do Repouso (curiosamente, o mesmo onde viria a ser sepultado Alves da Veiga a 31 de Janeiro de 1925), fazendo-se representar no cortejo por uma “delegação respeitável”. Vide a este respeito, idem, *ibidem*, pp.267-268.

⁷¹ «Para a história do Partido Republicano Português», *Partido do Povo*, Coimbra, n.º 28, 25 de Julho de 1878, p.114, col. 2. Citado por Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à República*, Viseu, Palimage Editores, 2001, p.30.

⁷² Alves da Veiga, *Discurso pronunciado...*, p.6.

transmontano não se coíbe inclusive de salientar o facto da imprensa conservadora não ter criticado a formação do Centro, reiterando a opção pela via eleitoral e evolucionista. Tal é confirmado pela análise que Amadeu Carvalho Homem faz do manifesto, considerando que “também aqui pontificavam flagrantemente os objectivos de uma doutrinação morigeradora, explicitamente divorciada de supurações revolucionárias. O documento, adoptando deliberadamente uma linguagem comedida, não deixava de censurar a falsificação do princípio electivo, por via da «ilegal influência das autoridades, ou de empenhos particulares postos ao serviço de imoderadas ambições». Mas acrescentava, logo de seguida: «Nas nossas leis acham-se já consignados direitos que tornam desnecessárias as revoluções». E o primado de uma lógica possibilista, cultora da ordem, desde que essa ordem se deixasse submeter aos supremos ditames da ética política, ressuma da passagem em que se diz que «a monarquia é admissível como transição» ou daquela outra em que se distingue entre o plano da realidade e o da utopia: «Este Centro sabe que nos trabalhos políticos há a distinguir entre o ideal e o imediatamente realizável. Muitas revoltas e revoluções provieram de não se ter feito devidamente esta importante distinção. Nós não esquecemos as condições da sociedade humana; por isso, ainda que tendo sempre em vista um ideal bem definido, iremos sem impaciência de utopistas, marchando para ele segundo as circunstâncias reais e positivas da sociedade. Reconhecendo a impossibilidade da imediata aplicação integral dos nossos princípios, preferiremos ser úteis realizando pouco a pouco a ser prejudiciais tentando tudo. Se nos é permitido empregar este termos somos relativistas, isto é, não somos partidários da violência e da revolução: atendemos às relações estabelecidas, e procuramos modificá-las dentro dos limites legais. A república democrática não se pode estabelecer dum para o outro dia, seria pretensão insensata a de transformar a sociedade em pouco tempo mas por isso mesmo é necessário preparar com perseverança o terreno social (...). Se a impaciência de uns, ou os erros de outros ou qualquer outro facto produzir perturbações sociais, consideraríamos do nosso dever unir nossos esforços aos de todos que procurassem evitar maior desordem nos negócios públicos e conseguir desse mesmo movimento algum progresso verdadeiro e sólido».⁷³

O esforço de afastar quaisquer suspeitas de actividades revolucionárias e de pretender mostrar a prossecução de uma via puramente eleitoral e pacífica levou

⁷³ Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à República*, p.31. O manifesto referido está publicado no artigo «Para a história do Partido Republicano Português», incluso no *Partido do Povo*, Coimbra, n.º32, 8 de Agosto de 1878, p.130, col.1-3.

inclusive Alves da Veiga e os seus colegas de partido a mudarem em 1877 o nome da agremiação em que militavam para Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto (doravante referido como CERDP), apenas um ano após a sua fundação.⁷⁴ Amadeu Carvalho Homem vê nesta moderação a influência de Rodrigues de Freitas, “medularmente avesso a quaisquer extremismos”⁷⁵, o que não é de admirar, visto que este nunca antes havia declarado a sua adesão a qualquer agremiação política monárquica ou republicana, sendo por todos considerado um “liberal sincero, independente dos partidos militantes”.⁷⁶

Não nos podemos ainda esquecer que a prossecução deste republicanismo evolucionista encontrava o seu fundamento teórico num positivismo que demonstrava de forma pretensamente científica a fatalidade da instauração da República num futuro

⁷⁴ Atente-se no título do discurso proferido por Alves da Veiga em 1877: *Discurso pronunciado na Assembleia Geral do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto na Noite de 20 de Outubro de 1877 por A.M. Alves da Veiga*. Amadeu Carvalho Homem afirma que o Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto viera suceder ao Centro Republicano Democrático fundado e logo abortado em 1876. Porém, diga-se que da leitura do discurso acima citado de Alves da Veiga não ressaltam quaisquer referências à existência de divergências entre os republicanos ou à criação de um novo centro de raiz. De facto, Veiga refere-se à circular acima referida de 1 de Dezembro de 1876 como tendo oficializado a fundação do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto. Julgamos assim que esta mudança de designação reflecte tão-somente o desejo de afirmar mais veementemente a feição eleitoralista, pedagógica e pacífica do Centro, tornando-o menos susceptível de ser alvo de receio por parte de um eleitorado pouco receptivo a desígnios revolucionários e radicais - falamos pois da burguesia portuense (que dependia em grande medida dos negócios com os ingleses), visto que nesta altura a penetração dos republicanos nas classes populares era ainda fragmentária - e de ser confundido com uma corrente de opinião republicana radical e afirmadamente revolucionária. Vide a este respeito: Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à República ...*, pp.73-74.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p.31.

⁷⁶ Um protegido de Passos Manuel na sua adolescência, Rodrigues de Freitas não deverá deixar de ter aferido do falhanço do radicalismo setembrista as virtudes do parlamentarismo, única forma de acção política respeitadora do credo constitucional e liberal. Eleito pela primeira vez deputado ao parlamento em 1870, ganhou igualmente as eleições do ano seguinte, tendo-se destacado pelas suas veementes críticas às frequentes dissoluções da câmara electiva e consequentes autorizações para os governos agirem em ditadura, o que, pondo em causa o princípio da separação dos poderes, comprometia o funcionamento do sistema representativo. Entre 1873 e 1874, convencido da impossibilidade de renovação do sistema político monárquico, aproveitava a questão dos elevados gastos da corte régia para expor a sua crença na república enquanto um lógico sucedâneo da monarquia. Muito lucidamente, considera contudo que a decretação da República não equivale directamente a uma vida democrática, pelo que subordina a questão do regime a um conjunto de reformas a realizar na administração do país (descentralização), no poder eleitoral (eleições livres) e no ensino. Vendo nas “instituições republicanas um modelo político mais sóbrio e mais propiciador da igualdade”, Freitas é já em 1874 republicano, embora “não assumido”, e crendo nas virtudes de uma futura república portuguesa apenas na medida em que esta respeitasse a legitimidade eleitoral da nação. Perdendo as eleições desse ano, e liberto dos vínculos que o ligavam aos seus antigos eleitores, Rodrigues de Freitas participa então no esforço criador que originou o Centro Republicano Democrático do Porto, tornando público o seu novo credo político: o republicanismo evolucionista. Tal é demonstrado por uma intervenção parlamentar (datada de 1879) em que sem pejo afirma: “Sou republicano evolucionista; entendo que às monarquias hão-de suceder repúblicas, será essa a consequência dos fenómenos sociais. (...) Ora eu não pertenço a nenhum partido que queira a revolução, a não ser (...) quando os mais santos direitos são contestados, direitos que nenhum poder deve violar.” Vide a este respeito, Jorge Fernandes Alves (org.), *Rodrigues de Freitas: Intervenções populares (1870-1893)*, Porto, Afrontamento, 1999, pp.7-39 e 405-406.

indeterminado, mas corroborado pelo progresso humano, assente na ordem. Era a crença neste evolucionismo social que levava Manuel Emídio Garcia, um dos introdutores do positivismo em Portugal, a referir em 1878 que “a monarquia está irremediavelmente decrépita e perdida, a República está iminente em toda a Europa e é inevitável em Portugal do mesmo modo que em todas as nações de origem latina. (...) E tanto que, o *Partido Republicano* é, essencialmente, e por força das circunstâncias, o partido da ordem, um partido de propaganda pacífica, de educação democrática.” O que levou os republicanos a justificarem o seu “pacifismo eleitoralista” (que incluía a defesa do sufrágio universal – posição contrária ao positivismo comteano mas não ao littreano, que servia de base à acção de Gambetta), assim como a sua estratégia demopédica à luz da doutrina positiva. Como veremos adiante, muitos dos conflitos do republicanismo portuense da década de oitenta do século XIX deveram-se à constatação das limitações da aplicação prática deste paradigma teórico positivista.⁷⁷

Durante os primeiros anos de existência do CERDP, Rodrigues de Freitas foi a sua figura proeminente, tendo sido sempre eleito presidente da sua assembleia-geral e sendo o seu candidato principal às eleições de 1878 e 1879. Estas foram as primeiras a que o Centro concorreu, tendo Rodrigues de Freitas sido apresentado como candidato pelo círculo central (n.º39) da cidade do Porto. O proponente da sua candidatura foi Alves da Veiga (que apresentou a proposta a 5 de Junho de 1878, com as eleições a realizarem-se a 13 de Outubro do mesmo ano), conseguindo Rodrigues de Freitas derrotar o candidato regenerador – o abade Ilídio Ayres Pereira do Vale – e tornando-se o primeiro deputado republicano eleito para o Parlamento.

Porém, a prova de que nesta vitória pesaram mais as qualidades, prestígio e carisma de que gozava o candidato republicano na burguesia portuense, do que o programa por si defendido, reside nesta curiosa nota de Sampaio Bruno: “Por proposta minha, que fez sua Eduardo Falcão, e com a adesão persuasiva de Alves da Veiga, consignou-se na carta aos eleitores, acompanhando a lista, que aquela candidatura não era meramente pessoal, por mais exímios que fossem, como eram, os dotes, mentais e morais, que concorriam na pessoa do proposto, antes representava uma alta significação política de princípios, o que foi aprovado calorosamente pela unanimidade da assembleia

⁷⁷ Fernando Catroga, «Os inícios do Positivismo em Portugal», *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977, pp.347-356.

presente”.⁷⁸ Ressalve-se ainda, que, ciente da popularidade de Rodrigues de Freitas e do seu moderamento político, o Partido Progressista deu àquele o seu apoio tácito, não nomeando candidato e tendo provavelmente instruído o seu eleitorado a votar no candidato republicano.⁷⁹ Deveu-se a esta mesma conjunção de circunstâncias a vitória do portuense sobre o regenerador Domingos de Sousa Moreira Freire nas eleições gerais de 1879 (pois a Câmara dos Deputados havia sido dissolvida em Junho desse ano).⁸⁰

O cariz conservador do republicanismo de Rodrigues de Freitas encontrava um émulo em Alves da Veiga, como é comprovado pelo seu já referido discurso proferido em 1877. Nesta longa alocução o izedense insiste repetidamente em defender o carácter moderado do programa republicano, avesso a jacobinismos destabilizadores da ordem pública tão detestados pela média e alta burguesia, pelos grandes proprietários rurais e pelo campesinato rural. Pragmaticamente, o nosso biografado admite que “o que a sociedade portuguesa teme, como o temem as outras sociedades, são os nossos erros, as nossas discórdias, e também os nossos exageros. O que a sociedade portuguesa não quer é que lhe tirem a liberdade de que goza, para a lançarem numa forma de governo que não seja capaz de constituir um organismo político, forte, estável e próprio para assegurar a cada cidadão o exercício dos seus naturais e imprescritíveis direitos”.⁸¹ Destarte, Veiga fundamenta o programa republicano proposto pelo Centro portuense⁸²

⁷⁸ José de Pereira Sampaio (Bruno), *Os modernos publicistas portugueses*, pp.268-269. A título de curiosidade, refira-se que no mesmo dia em que soube que fora nomeado sócio do Centro, Bruno participou numa reunião nocturna deste para tratar da apresentação da candidatura de Rodrigues de Freitas. Vide, idem, *ibidem*, p.267.

⁷⁹ Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, pp.19-20; José Joaquim Rodrigues de Freitas (autor) e Jorge Fernandes Alves (co-autor), *Novas Páginas Avulsas*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1996, p.20. Opinião contrária tem Jorge Fernandes Alves, para quem a eleição de Rodrigues de Freitas – que se candidatou pelo círculo n.º39 (a freguesia de Santo Ildefonso), deveu-se em grande parte ao eleitorado que já em 1871 havia votado nele (e que estava igualmente mais próximo do tradicional eleitorado republicano): a pequena e média burguesia constituída por caixeiros, empregados de escritório, donos de oficinas, retalhistas, empregados públicos, proprietários, detentores de cursos universitários. De facto, em 1880, Santo Ildefonso era a freguesia do Porto com o maior número de eleitores com profissões liberais: 24.4% do total; e era igualmente uma das freguesias como maior proporção de eleitores e de possíveis elegíveis. Era também um dos locais preferidos de residência de classes profissionais tão distintas como os proprietários, os capitalistas, o pessoal subalterno da administração pública e empregados de empresas privadas. Vide a este respeito, Maria Antonieta Cruz, «Os Eleitores de Rodrigues de Freitas em 1871 e 1878», Jorge Fernandes Alves et ali (coord.), *Rodrigues de Freitas – A obra e os contextos*, Porto, CLC-FLUP, 1996, pp. 173-188; e Maria Antonieta Cruz, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999, p.226 e pp.348-357.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 29.

⁸¹ Augusto Manuel Alves da Veiga, *Discurso pronunciado...*, p.6.

⁸² Composto pelas seguintes propostas: a extinção dos privilégios nobiliárquicos e clericais, a racionalização da outorga de subsídios estatais, a responsabilização civil e penal dos funcionários públicos, a reorganização da administração pública por via da descentralização e da feitura de concursos públicos, a revisão dos códigos jurídicos, a extinção dos tribunais de excepção, o imposto único, o serviço

nos exemplos dados pela História de Portugal – aludindo à figura do Marquês de Pombal (retratado como um herói pré-republicano, avesso a jesuítas e aristocratas), à célere aceitação em certos círculos intelectuais portugueses do liberalismo logo após 1789, e ao carácter progressista, quase republicano, da Constituição de 1822 – para poder aferir que o povo português não era hostil às ideias republicanas e que estas eram inerentes à sua própria identidade colectiva: receava apenas “perder a liberdade constitucional para cair num regime, que pelos nossos erros e discórdias, lhe não possa assegurar a ordem fora da qual não existem garantias de espécie alguma”.⁸³

No entanto, apesar de conscientes do que julgavam ser a caducidade da monarquia e da necessidade de a derrubar, os republicanos do Porto representavam uma minoria constantemente bombardeada pelos ataques da imprensa monárquica, desprezada pelos interesses das “altas classes privilegiadas da sociedade” e da Igreja, e desconhecida pelas classes mais baixas. Obstáculos de que Veiga estava consciente, pois afirmava que “eu sei que é muito triste militar num partido que doutrinários perseguem com toda a ORDEM DE CALUNIAS”, mitigada por uma “escola de privações e de sacrifícios que o partido republicano tem aprendido a sofrer com persistência”.⁸⁴ O foco de luz que iluminava as esperanças dos republicanos portuenses continuava a ser a França republicana e o sucesso dos republicanos oportunistas, nomeadamente Léon Gambetta.⁸⁵ Este era o exemplo inspirador da acção do CERDP: ainda que parte de um processo obrigatoriamente longo e penoso, a “luta pacífica e legal no campo da eleição” serviria para mostrar aos cépticos que os republicanos se poderiam constituir num “partido de ordem e de governo, que está resolvido a fazer vingar os seus princípios com os anos de raciocínio”, mostrando o seu sentido de dever cívico. Mesmo sabendo que sairiam derrotados da maioria dos sufrágios em que participariam, para Alves da Veiga a realização futura da República era um dado mais que assegurado, já

militar obrigatório, a liberdade de expressão escrita e falada, a liberdade religiosa, e, por último, o sufrágio universal. Vide *idem, ibidem*, pp.6-7.

⁸³ *Idem, ibidem*, p.12.

⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp.12-13.

⁸⁵ Aquando do falecimento deste político francês, Alves da Veiga, em carta a Manuel de Arriaga, afirma que “este acontecimento traz-nos enlutados e em alguns talvez tenha causado terríveis desfalecimentos. Não devemos ocultar que foi um golpe fatal que podia sofrer a democracia latina no seu actual momento histórico. Que a memória do grande batalhador nos alente para continuarmos a marcha.” Vide, Carta de Alves da Veiga a Manuel de Arriaga, Porto, 3 de Janeiro de 1883 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Correspondência política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.129.

fundamentado pelas ciências sociais. Citando Emílio Castelar, afirma que “as victórias sociais são todas pelas ideias. O futuro pertence-nos: não o duvidemos”.⁸⁶

A verdade é que apesar das suas boas intenções, o CERDP não conseguiu fazer chegar a sua propaganda aos estratos sociais mais baixos, o que se deveu, curiosamente, sobretudo a um deficit de pedagogização das classes populares, resultante de uma inactividade que viria a ser uma das marcas predominantes do meio republicano portuense da década de oitenta.⁸⁷ O republicanismo era então ainda um ideário político dirigido sobretudo a uma “burguesia urbana, letrada e auto-suficiente, ou seja, de uma burguesia que, embora timorata das distantes possibilidades de expressão das camadas populacionais economicamente mais débeis, se sentia à vontade para contestar os poderes dominantes”⁸⁸. Dificilmente podia ser de outra forma, pois, afinal de contas, era dessa mesma burguesia que provinham os principais representantes do CERDP.

As primeiras constatações da necessidade de se empreender uma propaganda mais activa são igualmente manifestadas por ocasião de um relatório do Centro datado de 11 de Maio de 1881 – e que nos obriga a relativizar o impacto da vitória da candidatura de Rodrigues de Freitas em 1879 quanto a um crescimento da ideia republicana no Porto - em que o redactor, Manuel Tavares de Sousa Brandão afirma que “o partido republicano do Porto, embora já contasse muitos adeptos, não teve vida regular até ao fim do ano de 1880; porque se existiam alguns elementos, estes não estavam agremiados, à excepção de alguns denodados propugnadores das ideias democráticas (...)”.⁸⁹

Mesmo assim, podemos afirmar que os anos que mediarão entre a fundação do Centro em 1876 e as comemorações do centenário de Camões em 1880 conheceram um

⁸⁶ Augusto Manuel Alves da Veiga, *Discurso pronunciado ...*, p.14.

⁸⁷ Revelador disto mesmo é uma carta endereçada por Júlio de Matos a Teófilo Braga, em que aquele se lamenta que “aqui não se faz nada. Uma vez falei sobre isto ao Duarte Moreira e o homem disse-me que tinha medo do povo. Nesta apatia, seria difícil provar a existência do partido republicano no Porto, se Rodrigues de Freitas não fosse deputado”. Vide a este respeito, Carta de Júlio de Matos a Teófilo Braga, de 24 de Março de 1880, Biblioteca Pública de Ponta Delgada, *Espólio de Teófilo Braga*, cx. n.º 11 de correspondência. Citado por Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à República*, p.73. Vide ainda «O Partido Republicano do Porto – Subsídios para a sua História», *O Tripeiro*, Porto, n.º84, 20 de Outubro de 1910, pp.179. Este artigo alude à fundação de um “Centro Republicano do Porto” no mês de Dezembro de 1880, apontando como seus primeiros membros os nomes de Alves da Veiga, Pedro Rocha, Sampaio Bruno, Rodrigues de Freitas, Oliveira Martins e de Emídio de Oliveira (Spada). É importante aqui salientar que o artigo menciona que o Centro liderado por Alves da Veiga teve um “grande incremento nos primeiros três meses, mas depois estacionou bastante”: apesar do desfasamento cronológico no que toca à fundação do Centro (em nenhuma outra fonte encontramos quaisquer referências à fundação deste “Centro Republicano do Porto”), a verdade é que esta menção à sua escassa actividade merece, como vimos pela missiva de Júlio de Matos, bastante credibilidade.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, pp.73-74.

⁸⁹ «Relatório da comissão de propaganda do Centro Eleitoral Republicano do Porto, apresentado pelo membro do directório Manuel Tavares de Sousa Brandão, em sessão de assembleia-geral, de 11 de Maio de 1881», *O Século*, Lisboa, n.º136, 21 de Junho de 1881, p.2.

ligeiro incremento da propaganda republicana no Porto. Só neste último ano, foram publicados os jornais *A Marselheza*, *O Estado do Norte* e *O Republicano*. Foi ainda fundado o “Clube Republicano Rodrigues de Freitas”. Tanto este clube como este último jornal contaram com o apoio de Alves da Veiga.⁹⁰ Porém, o movimento republicano portuense parece ter chegado então a um impasse, começando a surgir os primeiros sinais de turbulência no CERDP, pelo que em 1881 este levou a cabo uma reorganização, a primeira de muitas.⁹¹

Data de Janeiro desse ano uma missiva enviada pela direcção do centro portuense ao Centro Republicano Federal de Lisboa, onde se afirma que, “reorganizado sobre novas bases que prometem assegurar maior desenvolvimento aos seus trabalhos de organização democrática, este Centro deseja, de agora em diante, estabelecer relações regulares com todas as associações políticas do nosso país, dedicadas à causa republicana, a fim de realizar uma propaganda bem concertada capaz de afirmar a seriedade do partido perante a opinião pública que nos contempla”.⁹²

Poderá ler-se à luz desta vontade em imprimir um maior dinamismo à actividade do CERDP a feitura de duas reuniões tratando do jesuitismo, de onde resultou a decisão de

⁹⁰ O clube funcionou provisoriamente numa habitação emprestada pelo nosso biografado. Vide a este respeito, «O Partido Republicano do Porto – Subsídios para a sua História», *O Tripeiro*, Porto, n.º84, 20 de Outubro de 1910, p.179. Quanto ao *O Republicano*, coube a Alves da Veiga a honra de escrever o primeiro artigo deste semanário, que cessou a sua publicação a 1 de Agosto de 1880. Nele, considera que se viviam então tempos de renovação: a nível económico (fazendo a defesa do associativismo enquanto mobilizador do trabalho individual contra o asfixiante centralismo burocrático estatal), política (apontando o federalismo como remédio garantido para a guerra e os monopólios estatais inibidores da iniciativa individual) e científica (onde é visível apesar de tudo a influência do positivismo no pensamento veigueano: rejeitando a metafísica e adoptando o método experimental a ciência construía uma “teoria positiva da historia, da politica, da religião e da natureza”, garante teórico da solidariedade humana potenciada pelos princípios republicanos. Estas reformas fariam parte dum processo evolutivo que opunha ao marasmo ideológico dos velhos políticos monárquicos a pureza de princípios e métodos da juventude republicana que apenas aguardavam um momento propício para tomarem o poder. Vide a este respeito, Alves da Veiga, *O Republicano*, Porto, n.º1, 12 de Julho de 1880, p.1; Alberto Bessa, «Jornalismo republicano no Porto – Notas histórico-bibliográficas», *O Tripeiro*, Porto, n.º87, 20 de Novembro de 1910, p.237.

⁹¹ A direcção do Centro era constituída em 1881 pelas seguintes individualidades: Directório - António José Durães e Silva, António Machado da Silva, Bento Joaquim Pires Soares, José Lopes do Espírito Santo, Pedro Pinto Gonçalves Pimenta; Comissão de Propaganda - Alexandre Braga, António Augusto d’Almeida Chaves, António Faustino de Matos, Augusto Manuel Alves da Veiga, Joaquim Duarte Moreira e Sousa, José Teófilo de Oliveira Júnior, Manuel Tavares de Sousa Brandão, Pedro Augusto Martins da Roxa, Tito Jorge de Carvalho Malta; Assembleia-geral – José Joaquim Rodrigues de Freitas (presidente) e Alves da Veiga (vice-presidente). De ressaltar que profissionalmente e socialmente, os corpos dirigentes tinham uma feição claramente burguesa, sendo constituídos por cinco proprietários, cinco professores, dois advogados, um médico, um negociante e um empregado público. Vide, *O Século*, Lisboa, n.º70, 31 de Maio de 1881, p.1; e «Efemérides do Movimento Democrático em Portugal», *O Século*, Lisboa, n.º305, 8 de Janeiro de 1882, p.1.

⁹² Carta do «Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto» ao Presidente do «Centro Republicano Federal de Lisboa», de 26 de Janeiro de 1881, Biblioteca Pública de Ponta Delgada, *Espólio de Teófilo Braga*, cx. n.º 15 de correspondência. Citado por Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à República...*, p.74.

se publicar um manifesto anti-jesuíta que viria a ocupar toda uma primeira capa de *O Século*.⁹³

Da autoria de Alves da Veiga, o *Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto*, subjacente ao tema “Democracia e jesuitismo”, constitui uma súmula das críticas anti-clericalistas aos elementos constitutivos da Ordem de Jesus. Dedicado aos “homens verdadeiramente liberais deste país” e com o intuito de “protestar contra a invasão do jesuitismo que se vai operando nas terras mais importantes de Portugal com extraordinária e inacreditável rapidez”, este manifesto começa por justificar o avanço do jesuitismo com a natureza doutrinária do constitucionalismo monárquico: “filosoficamente um ecletismo sem pr  nc  pios, um sistema sem teoria, um governo sem fórmula de progresso, contraditório, próprio para as lutas pouco gloriosas dos políticos ambiciosos, e incapaz de levar a grandes e definitivas soluções.” Face    inoperância de um governo progressista e de um partido regenerador comprometidos com os “fanáticos ignorantes”, cabia assim ao partido republicano, dotado de um “corpo completo de doutrinas”, protestar contra o jesuitismo.

A ordem de Jesus surgia pois aos seus olhos como inimiga de todas as conquistas da humanidade: “a liberdade, a soberania e o sufrágio universal, na ordem política, a igualdade, na ordem social, a tolerância absoluta, na ordem religiosa, a independência do pensamento, na ordem científica, a seculariza  o de todos os actos da vida, na esfera civil, a extin  o dos privilégios, dos monopólios, na ordem económica, e a responsabilidade de todos os nossos actos como cidadãos e funcionários (...)”. Seria até inimiga do próprio cristianismo, por negar nas suas práticas os valores da fraternidade, amor, paz e caridade. Os jesuítas são assim responsabilizados pelo atraso económico-social português (visto terem inibido o inst  nto criador do povo português) e pela tentativa de destrui  o da célula familiar (dada a influência que tinham sobre as mulheres). São ainda acusados de falta de patriotismo, e de incitarem nas suas obras e actos ao regicídio, ao parricídio, ao homicídio,    usura, ao perjúrio, ao infanticídio,   

⁹³ Vide, «Centro republicano do Porto», *O Século*, Lisboa, n  21, 29 de Janeiro de 1881, p.2; e «Centro Republicano do Porto», *O Século*, Lisboa, n  26, 5 de Fevereiro de 1881, p.3. Refira-se que Alves da Veiga esteve desde o início ligado à reda  o de *O Século*, cujo redactor principal era Sebast  o de Magalhães Lima. Com efeito, Veiga começou por ser o responsável pela sec  o da política externa, aparecendo um artigo seu subordinado a esta matéria na primeira página do número-programa deste periódico. Contudo, a sua contribui  o para este diário lisboeta foi bastante irregular: entre 1880 e 1891 cerca de uma dezena de artigos. Para tal terá certamente contribuido a funda  o do seu próprio jornal em 1884, *A Discussão*. Vide a este respeito, Alves da Veiga, «Política Externa. Regenera  o de um Povo», *O Século*, Lisboa, Número-Programa, pp.1-2.

calúnia e à revolta.⁹⁴ Dado o comprometimento da monarquia constitucional com o jesuitismo, o único remédio contra este seria a assunção pelo regime da forma republicana, “a única capaz de salvar as nações actuais de uma ruína imediata”. Visando este fim, o manifesto terminava convidando todos os democratas portugueses a “organizarem uma propaganda activa contra a reacção jesuítica, livre das influências governamentais (...) e em harmonia com as doutrinas do partido republicano, que são o resultado de toda a elaboração científica dos tempos modernos.”⁹⁵

É ainda nesse propósito de incutir dinamismo às actividades do CERDP que se deve entender uma alocução feita por Veiga numa reunião realizada a 25 de Fevereiro de 1881, em que “discorreu sobre a marcha que devia seguir o partido republicano, partido político, de acção e de meios legais. Mostrou a necessidade de convocar comícios e publicar jornais, instrumentos de propaganda séria, meios excelentes para espalhar na sociedade a benéfica influência das doutrinas republicanas. (...) Mostrou as desvantagens que tinha o partido republicano nas suas lutas contra as facções monárquicas, porque não existe lei de representação das minorias, nem sufrágio universal, nem dignidade, nem eleições. Que apesar disso, todos deviam ter fé nas ideias e lutar a favor delas, unidos, como um só homem, porque assim conseguiam vencer.”⁹⁶ Daqui se depreende que para além da falta de um órgão que difundisse activamente a propaganda republicana do Centro portuense, a escolha feita por uma via evolucionista e eleitoral causava já os primeiros dissabores aos republicanos do Porto: pois os resultados políticos práticos das acções do Centro acabavam por não ser mais do que simbólicos, reduzindo-se todos os esforços empregados nos comícios a um número de votos incapaz de eleger um deputado para o Parlamento, a não ser por conivência de um dos partidos monárquicos.

Por conseguinte, por trás desta tentativa de reorganização, continuava a esconder-se a real fragilidade do partido republicano no Porto. Ou seja, a sua diminuta penetração na sociedade portuense, que é posta a nu numa missiva enviada por Alves da Veiga a

⁹⁴ Esta hostilidade para com a Companhia de Jesus deve igualmente ser entendida como paradigma de um patriotismo tendente a assumir uma feição anti-ultramontanista. Julgamos que assim se explica que o Centro do Porto faça a distinção entre clero nacional e clero romano (os jesuítas), não alargando àqueles as suas críticas anti-clericais e considerando-o “ilustrado e amante do seu povo”. Vide, “Relatório da comissão de propaganda do Centro Eleitoral Republicano do Porto, apresentado pelo membro do directório Manuel Tavares de Sousa Brandão, em sessão de assembleia-geral, de 11 de Maio de 1881”, p.1.

⁹⁵ Alves da Veiga, «A democracia e o jesuitismo. Manifesto do Centro Eleitoral Republicano do Porto», *O Século*, Lisboa, nº33, 13 de Fevereiro de 1881, pp.1-2.

⁹⁶ *O Século*, nº43, 25 de Fevereiro de 1881, p.2.

Manuel de Arriaga nesse mesmo ano. Referindo-se à organização de um comício contra o Tratado de Lourenço Marques⁹⁷ a realizar em 27 de Março, salienta que este “não pode ser adiado sem graves perigos para o partido.” A sua insistência para que Manuel de Arriaga e Magalhães Lima fossem discursar no comício pode ser lida à luz da vontade em fortalecer os laços com outros centros do país, mas atesta igualmente a dependência do CERDP de elementos exógenos para atrair audiência e assim animar e dar inclusive respeitabilidade às actividades públicas do Centro. É o que se depreende quando afirma que “não creio que tenhamos dissabores a lamentar, porque aqui o partido é muito grande e tem boa gente. Logo que os oradores empreguem uma linguagem elevada nada temos a recear. Nesse ponto esteja o Arriaga perfeitamente tranquilo que eu conheço esta gente bem”. Este optimismo era mero fogo-de-vista, e uns parágrafos a seguir volta a insistir para que “o amigo e Magalhães [Lima] não falem, porque doutro modo não teremos *meeting* e estava o partido morto”⁹⁸.

⁹⁷ O Tratado de Lourenço Marques, datado de Maio de 1879, foi o fruto da visão pragmática do ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Fontes Pereira de Melo (entre 1871 e 1878), João de Andrade Corvo. A sua política africana era definida pela necessidade de delimitar as fronteiras de Moçambique e Angola, e de se ocuparem efectivamente esses territórios, ao invés de se manter uma pretensão – baseada no direito histórico de descoberta – de possuir grandes áreas, de delimitação pouco rigorosa e grandes de mais para serem ocupadas com sucesso por um país com tão poucos recursos. Para cumprir este desiderato Corvo considerava que as colónias africanas deveriam liberalizar o seu mercado e abrir-se aos capitais e emigração estrangeiros. Segundo António José Telo, quando a Inglaterra anexou o Transval, Corvo concebeu em conjunto com o embaixador inglês em Lisboa, Morier o tratado de Lourenço Marques: “a Inglaterra teria direito à livre passagem de mercadorias, pessoas e tropas por Lourenço Marques e pelos rios, o que lhe garantia a manutenção do Transval sob seu controlo; em troca, promovia a construção do caminho-de-ferro para Pretória e das obras do porto português. Era uma visão realista. Com ela, queria-se conciliar as necessidades boéres de uma saída para o mar, os desejos ingleses de dominar a zona indirectamente e a necessidade imperiosa portuguesa de ocupar o Sul de Moçambique, bem como a sua ligação com a economia em desenvolvimento de um interior pacificado. Para Morier, era a maneira de cortar no futuro as veleidades da autonomia bóer – que não desapareceram com a anexação – e consolidar o domínio inglês na África Austral. O caminho-de-ferro sob controlo da Inglaterra permitia concretizar os objectivos de ambos, com vantagens mútuas.” Porém, o tratado foi mal recebido pela opinião pública portuguesa, que o entendeu como um abuso à soberania nacional. Em Inglaterra Morier foi criticado porque preferia-se ligar a linha do Transval às projectas linhas do Natal e do Cabo em vez de se construir uma em Lourenço Marques. Quando o Transval readquiriu a sua autonomia em 1881 o tratado perdeu a sua razão de ser, encerrando-se a questão de Lourenço Marques. Vide, António José Telo, «Um sonho cor-de-rosa? Portugal, a Europa e África (1879-1891)», *História de Portugal dos tempos pré-históricos até aos nossos dias* (dir. João Medina), Alfragide, vol.IX, Clube Internacional do Livro, 1995, pp.202-205.

⁹⁸ Carta de Alves da Veiga para Manuel de Arriaga, Porto, 24 de Março de 1881 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, pp.78-80.

O comício de 27 de Março⁹⁹ sempre contou com as comparências de Manuel de Arriaga e Magalhães Lima, a que se juntaram ainda Joaquim Rodrigues de Sousa (pelo Centro de Coimbra) e José Jacinto Nunes (enquanto presidente da câmara de Grândola e líder dos republicanos desta cidade). Todos os oradores colocaram ênfase na responsabilidade do sistema monárquico pelo desprestígio internacional de Portugal e pelo que consideravam ser uma submissão do país à Inglaterra, defendendo que “a garantia da independência e integridade da pátria estava não na monarquia (...) mas na república, em nome da dignidade e dos interesses nacionais”. Foi ainda aprovada uma moção com o intuito de desmentir quaisquer associações dos republicanos aos partidos monárquicos: “O partido republicano declara que não tem compromissos com partido algum monárquico, e convencido de que o país só encontrará remédio para os males que o afligem em novas instituições políticas afirma a intenção de continuar a desenvolver-se livre de quaisquer influências monárquicas, fiel aos princípios do seu programa.”¹⁰⁰

Algumas das causas dos problemas do Centro portuense voltam a ser enunciadas numa reunião ocorrida a 17 de Maio de 1881, em que o directório e a comissão fiscal fizeram o relatório dos trabalhos feitos no primeiro trimestre desse ano, e em que vêm à tona mais algumas das razões explicativas da fraca penetração da ideia republicana no Porto.

Após Alves da Veiga ter iniciado os trabalhos com uma exposição dos resultados políticos de uma viagem que havia feito pelas províncias, gerou-se um debate sobre a formação de novos centros republicanos no Porto. Um dos presentes, Espírito Santo, rejeitou a ideia considerando que convinha antes centralizar e unificar os trabalhos políticos dos clubes já existentes; ao invés, um outro assistente, Miguel Maria da Felicidade - partindo de um paradigma federalista - defendeu “que se formassem

⁹⁹ Este comício veio na sequência de um outro, igualmente realizado contra o tratado de Lourenço Marques e ocorrido a 9 de Março de 1881, mas envolvendo apenas os elementos do CERDP. No seu discurso, Alves da Veiga esboçou uma crítica jurídica (o tratado “vinha restaurar a ideia de servidão, condenada pelos espíritos democráticos do séc. XIX), económica e patriótica ao tratado de Lourenço Marques, não se afastando dos argumentos aduzidos pela propaganda republicana sua coetânea. O convénio luso-inglês era ofensivo aos “brios da nação”, e constituía o seguimento de acordos passados feitos com a Inglaterra e prejudiciais aos interesses políticos internos e externos, metropolitanos e coloniais de Portugal. Por último, o patriota transmontano apela a que a França reconhecesse os direitos de Portugal aos territórios consignados pelo tratado, responsabilizando por fim os partidos monárquicos “sem distinção” pela situação criada. Daqui aferindo que a “monarquia estava irremediavelmente perdida”. Vide «Centro Republicano do Porto», *O Século*, Lisboa, nº55, 12 de Março de 1881, p.2. Em Julho de 1881, o Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto não deixou de protestar contra a prisão de Gomes Leal – pela publicação do seu poema *A Traição*, uma “carta a El-Rei D. Luís sobre a venda de Lourenço Marques”. Vide a este respeito, «Efemérides do Movimento Democrático em Portugal», *O Século*, Lisboa, nº454, 5 de Julho de 1882, p.1.

¹⁰⁰ «Comício Republicano no Porto», *O Século*, Lisboa, nº69, 30 de Março de 1881, pp.1-2.

comités republicanos em todas as freguesias desta cidade”, sugestão bastante apoiada pela maioria dos sócios presentes. O mesmo Miguel Felicidade deu ainda a conhecer ao correspondente de *O Século* no Porto a seguinte proposta, a ser discutida numa futura reunião, que nos ajuda a perceber as razões da inoperância do Centro: “1º Proponho que o Centro Republicano do Porto se declare por uma das formas republicanas: unitarismo ou federalismo, isto é, república imperfeita ou república perfeita”. 2º Que o centro reúna pelo menos uma vez por semana e que nessas reuniões se discutam largamente os princípios em que se baseia o credo republicano. 3º Que o centro promova a formação de *comités* democráticos em todos os três círculos da cidade e auxilie por todas as formas a criação dos novos centros republicanos. 4º. Que crie um jornal ou auxilie mesmo qualquer jornal já criado por republicanos, de modo que o nosso partido tenha um órgão nesta cidade”.

Indefinição doutrinária, indefinição estratégica, inexistente periodicidade dos trabalhos do Centro e ausência de meios de propaganda: eram estes os principais óbices ao frutificar da ideia republicana no Porto, que, como vimos, contribuíam igualmente para criar cizânias entre os republicanos portuenses. O próprio correspondente de *O Século* no Porto não se coíbe de desabafar que a “nova reunião do directório não sabemos quando será. Bom seria que o Centro saísse da apatia em que sempre se tem conservado e entrasse finalmente numa fase activa de propaganda séria.”¹⁰¹

Por outro lado, o CERDP não via as suas actividades limitadas apenas por questões doutrinárias ou decisórias. Os seus poucos recursos económicos levavam a que, por exemplo, não se anunciassem com “os cinco dias de antecedência” as suas reuniões (de modo a “vista economizar despesas”), e obrigaram igualmente a que as custas da impressão e distribuição do manifesto anti-jesuítico fossem rateadas por todos os associados.¹⁰² É ainda provável que tenham sido dificuldades de ordem financeira ou logística a impedir a prossecução do intento de fundar um jornal – que se intitularia *A República Portuguesa*, à imagem do fundado por Veiga em 1874 - que servisse de órgão.¹⁰³

¹⁰¹ «Reunião do Centro Republicano do Porto», *O Século*, nº109, 17 de Maio de 1881, p.3.

¹⁰² «Relatório da comissão de propaganda do Centro Eleitoral Republicano do Porto, apresentado pelo membro do directório Manuel Tavares de Sousa Brandão, em sessão de assembleia-geral, de 11 de Maio de 1881», *O Século*, Lisboa, nº138, 23 de Junho de 1881, p.2.

¹⁰³ «Efemérides do Movimento Democrático em Portugal», *O Século*, Lisboa, nº995, 6 de Abril de 1884, p.1; e «Relatório da comissão de propaganda do Centro Eleitoral Republicano do Porto, apresentado pelo membro do directório Manuel Tavares de Sousa Brandão, em sessão de assembleia-geral, de 11 de Maio de 1881», p.2.

Ainda em 1881, destaque para a candidatura do advogado izedense às eleições legislativas, pelo círculo central do Porto, substituindo Rodrigues de Freitas, que doente, decidira não se recandidatar. No comício de apresentação da sua candidatura, defendeu a construção de linhas férreas que atravessassem Minho, Douro e Trás-os-Montes, reiterando ainda que “os republicanos não desejam vencer as eleições, mas, acima de tudo, manter-se homens de bem.” Alves da Veiga cumpriu à risca aquilo que prometera,¹⁰⁴ e para além de si, pelo Porto candidataram-se ainda Manuel Emídio Garcia e Augusto Rocha, nenhum dos três conseguindo ser eleito.¹⁰⁵

Atrás referimos que em missiva dirigida ao “Centro Republicano Federal de Lisboa”, o CERDP expressou o seu desejo de “estabelecer relações regulares com todas as associações políticas do nosso país”. É nesse âmbito que o activo papel que desempenhou na formação do Partido Republicano Português (PRP) a partir de 1882, na sequência de prévios trabalhos desempenhados por iniciativa dos republicanos lisboetas: primeiro pelo Clube Henriques Nogueira e depois por uma assembleia de delegados de todos os centros de Lisboa, que nomeou uma comissão encarregada de “levar a efeito a confederação dos centros e de proceder à elaboração de um projecto de organização geral do Partido Republicano.”¹⁰⁶ Um grupo de republicanos portuenses e conimbricenses, desejoso de secundar os seus correligionários da capital, fez então a 2 de Abril de 1882, uma reunião – presidida por Manuel Emídio Garcia e onde se encontravam Alves da Veiga e Júlio de Matos – de onde saiu uma “proposta para a convocação de um congresso de todos os republicanos portugueses a fim de serem aprovadas as bases orgânicas e o programa político do agrupamento”. Foi criada uma comissão composta por três elementos do Porto (Alves da Veiga, Júlio de Matos e Manuel José Teixeira) e dois de Coimbra (Manuel Emídio Garcia e José Falcão), com a tarefa de contactar imediatamente todos os centros do país, de modo a que estes elessem os seus representantes, que depois se juntariam aos seus congéneres conimbricenses e portuenses.

¹⁰⁴ Assim como nunca haveria de ser eleito em qualquer eleição de nível oficial em que tenha participado. Vide *O Século*, Lisboa, nº176, 9 de Agosto de 1881, pp.1-2.

¹⁰⁵ Nas eleições legislativas de 21 de Agosto de 1881, concorrendo pelo Porto (círculo ocidental n.º39), Veiga conseguiu 995 votos, ficando atrás do regenerador Licínio Pinto Leite (1426 votos); enquanto no círculo oriental (n.º40) recolheu apenas um voto, ficando em sexto lugar numa eleição vencida pelo regenerador Francisco José Patrício (1910) votos. Vide, Maria Antonieta da Conceição Cruz, «Repercussões eleitorais da revolta de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto», *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Porto, vol.VIII, Faculdade de Letras, 1991, p.217.

¹⁰⁶ Joana Gaspar de Freitas, *Manuel de Arriaga: percurso intelectual e político de um republicano histórico (1840-1917)*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, Policopiada, 2005, p.48.

Ora, a 17 de Julho de 1882 os delegados dos Centros Republicanos de Lisboa decidiram reunir-se para analisar os trabalhos da comissão, sem a presença dos seus correligionários das províncias. Nessa reunião foi eleito um directório provisório incumbido de dirigir o partido até à feitura de um congresso geral, e aprovado um projecto para a estruturação do PRP da autoria de Teófilo Braga, em detrimento do de Manuel de Arriaga. Contudo, não se julgue que os republicanos do Porto, nomeadamente Alves da Veiga, se tenham mantido alheados dos trabalhos dos seus congéneres lisboetas. Aliás, esperavam destes “a solução final da unificação partidária”.¹⁰⁷

Isto está patente na correspondência trocada entre Arriaga e o advogado transmontano. Nesta, este expressa àquele várias considerações sobre o processo de constituição do PRP, mostrando-se bastante céptico quanto ao poder eventualmente excessivo que os clubes teriam na condução dos destinos do PRP. Revelava-se preocupado em não afastar da vida política do PRP todos os indivíduos republicanos que não estivessem filiados num centro republicano, crendo “muito na vitalidade e salutar energia desses elementos estranhos aos vícios que mais ou menos afectam as populações das cidades”. Desejava ainda impedir quaisquer dissidências e conflitos entre os centros republicanos, federando-os (segundo proposta de Teófilo) e fazendo com que dirimissem as suas questões em congressos constituídos por “delegados dos centros organizados e de representantes do Partido Republicano das localidades, sobretudo cidades e vilas de províncias, onde puder constituir-se uma assembleia eleitoral para nomear um delegado”. O sufrágio universal deveria pois ser o meio de eleição da direcção do partido, pois o PRP não era “constituído unicamente pelos membros dos centros mas sim por todos os democratas que são numerosos, espalhados pelas diferentes terras do país. E uma direcção, para ter força, para ser bem respeitada, é necessário que seja a expressão do sufrágio universal da colectividade que ela dirige”.¹⁰⁸ O seu empenho na constituição do PRP é asseverado pelas constantes invectivas que fazia a Manuel de Arriaga e aos “meus amigos de Lisboa” para que os trabalhos de organização do partido fossem apressados, visto que “os acontecimentos precipitam-se e posso afirmar-lhe que se trabalha e activamente para acabar com esta ordem de coisas que nos degrada e arruína”. Para tal pedia a Arriaga que empregasse “toda a sua

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p.48.

¹⁰⁸ Carta de Alves da Veiga para Manuel de Arriaga, Porto, 19 de Maio de 1882 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, p.90.

influência com os republicanos de Lisboa para que quanto antes nos possamos reunir a fim de converter em lei orgânica do partido o seu projecto com as emendas que se julgarem convenientes”.¹⁰⁹ Em várias outras missivas trocadas com Arriaga antes do congresso do Clube Henriques Nogueira, Alves da Veiga continuou a insistir na necessidade premente “de organização, unidade e disciplina, no Partido Republicano”¹¹⁰.

Esta unidade foi efectivamente atingida num congresso geral realizado em Junho de 1883, onde participaram delegados dos centros de Lisboa e do restante país, tendo sido aprovados os *Artigos Orgânicos do PRP* (que tiveram por base o projecto de Manuel de Arriaga e não o de Teófilo Braga) e eleito um directório definitivo. Contudo, a disciplina permaneceu uma utopia, pois, como afirma Fernando Catroga, o PRP, sendo “uma organização nascida da federação de centros, de personalidades e de jornais, assumindo-se como uma frente socialmente interclassista e ideologicamente heterogénea, só muito dificilmente poderia seguir uma via sempre ascendente e linear na sua progressão”¹¹¹: ou seja, o republicanismo português, mesmo congregado no PRP após 1883, continuou a ser permeável em demasia aos conflitos pessoais entre as chefias dos vários centros.

Entretanto, a juntar às contrariedades económicas já acima referidas, o CERDP via ainda a sua acção limitada pela hostilidade das autoridades monárquicas, materializada em acto quando a 6 de Maio de 1882, uma reunião foi interrompida - logo após Alves da Veiga dar início à sessão - pela invasão da polícia, liderada pelo próprio governador-civil do Porto.¹¹²

O ano de 1882¹¹³ testemunhou ainda a inauguração no Centro de aulas de instrução primária destinadas aos seus sócios.¹¹⁴ Em Março, foi publicado um novo manifesto - desta feita redigido pela mão de José Pereira de Sampaio (Bruno) - protestando contra

¹⁰⁹ Carta de Alves da Veiga para Manuel de Arriaga, Porto, 26 de Julho de 1882 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, p.90.

¹¹⁰ Carta de Alves da Veiga para Manuel de Arriaga, Porto, 3 de Janeiro de 1883 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, p.129.

¹¹¹ Fernando Catroga, *História do Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, pp.38-39.

¹¹² *O Século*, Lisboa, nº409, 12 de Maio de 1882, p.2.

¹¹³ Para este ano a direcção do Centro era constituído por: Assembleia-geral – Rodrigues de Freitas (presidente), Alves da Veiga (vice-presidente), José António Lopes da Silva (1º secretário), Manuel Tavares de Sousa Brandão (2º secretário); Comissão de propaganda - Alves da Veiga, Alexandre Braga, Augusto Flaviano Teixeira, Eduardo José Coelho Viana, Emílio Acácio Esteves Monteiro, Joaquim Duarte de Matos Júnior, José Pereira de Sampaio, Júlio de Matos, Tito Jorge de Carvalho Malta; Comissão administrativa – Bento Francisco de Oliveira e Silva, Francisco Fernandes de Sousa Paula, José Maria Durão, Luís José Ribeiro de Freitas, Manuel Pinto Canedo. Vide, «Centro eleitoral republicano do Porto», *O Século*, Lisboa, nº319, 25 de Janeiro de 1882, p.3.

¹¹⁴ Os professores eram Pantaleão Cadina Faria e José Lopes do Espírito Santo Júnior. Vide «Centro Republicano do Porto», *O Século*, Lisboa, nº321, 27 de Janeiro de 1882, p.2.

um conjunto de novos impostos (sobre géneros como o sal e o açúcar) lançado pelo governo de Fontes Pereira de Melo.¹¹⁵

O CERDP não deixou igualmente de secundar as comemorações lisboetas do centenário da morte do Marquês de Pombal, organizando a 23 de Abril uma conferência¹¹⁶ em que Veiga foi o único a discursar. Atribuindo aos centenários o carácter de “modernas canonizações dos grandes homens” – equiparáveis às “antigas canonizações dos santos feitas pela Igreja” – o advogado transmontano considerava ainda que tais comemorações tinham o fim de preservar na memória das gentes “os feitos maravilhosos da sua raça, porque não são os exércitos que podem sustentar sua autonomia e independência”. Esta palestra é representativa, a nosso ver, do teor e estruturação dos seus discursos: principiava a exposição dos factos recorrendo a uma pequena resenha de cariz histórico-filosófico, e depois relacionava-os com um manancial de exemplos retirados da História e da Filosofia, o que dava ao discurso um tom erudito.¹¹⁷ Após ter traçado um resumo da história político-económica e da filosofia dos séculos XVII-XVIII, condenou o jesuitismo, e “com tal brilho e energia pintou a seita de Loyola, que o publico electrizado levantou-se em massa para aplaudir em alguns períodos por mais de cinco minutos”. Posto que o conferencista republicano descreveu a expulsão dos jesuítas de Portugal e as reformas pombalinas relativas à instrução, organização do exército (mencionando o papel do conde de Lippe) e

¹¹⁵ Publicado na primeira página de *O Século*, trata-se de um documento crítico do despesismo crónico do Estado português e das acções de um governo “filho de uma ditadura odiosa”. Protestando contra “a pretensão imoralíssima do Estado de demandar um aumento de receita sem ter mostrado previamente uma diminuição crónica de despesa”, Bruno critica os gastos desnecessários “em festas de aparato, na sustentação de classes inactivas, em sinecuras, prebendas e benesses”, numa “diplomacia estéril” e num exército incapaz de cumprir a função para que fora criado. Por fim, termina pedindo aos portugueses que protestassem contra a medida governamental - sempre “dentro da máxima ordem e da estrita legalidade” próprias de um Centro que advogava o evolucionismo democrático-eleitoralista. Vide «Manifesto que ao país dirige o Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto contra os novos impostos. Lido e aprovado em sessão de assembleia-geral do mesmo Centro, na noite de 17 de Março de 1882», *O Século*, Lisboa, nº371, 28 de Março de 1882, pp.1-2; e «Efemérides do Movimento Democrático em Portugal», *O Século*, Lisboa, nº978, 18 de Março de 1884, p.1.

¹¹⁶ A conferência foi realizada no teatro Baquet, que viria a arder em Março de 1888, provocando vários mortos e fazendo órfãs muitas crianças. Alves da Veiga adoptou então duas crianças órfãs, acto que, ironia das ironias, lhe valeu ser visitado em sua casa pela rainha D. Maria Pia. Vide, *O Século*, Lisboa, nº2222, 30 de Março de 1888, p.1. É provável que este não tenha sido o primeiro manifesto anti-impostos publicado pelo CERDP: a 30 de Janeiro de 1881, foi distribuído num “meeting” realizado no Porto um manifesto anónimo, mas de cariz republicano, “contra o imposto do rendimento e outros actos do governo progressista”. Vide a este respeito «Efemérides», *O Século*, Lisboa, nº324, 31 de Janeiro de 1882, p.1.

¹¹⁷ Nesta alocução, Veiga fez anteceder uma caracterização do governo do Marquês de Pombal por um resumo da história dos séculos XVII e XVIII, abrangendo matérias tão díspares como Descartes, Bacon, a paz de Vestefália, a indústria e o comércio, a administração financeira dos Estados europeus, Rousseau e a influência de *Emílio* na educação, para além de ter narrado as causas do declínio do Império português.

economia. Contudo, o que mais agradou à audiência foi a questão das “reformas sociais”, nomeadamente a condenação veigueana da questão da escravatura.¹¹⁸

Alves da Veiga e os seus correligionários não deixaram ainda de mostrar o seu descontentamento aquando da questão da Salamancada¹¹⁹. O publicista transmontano escreveu mesmo no *Século* um trio de artigos criticando a decisão do governo em não marcar presença na festa portuense de 9 de Agosto – evocativa do fim do cerco miguelista ao Porto aquando da guerra civil – pelo facto do contrato entre o governo e o sindicato não ter sido ainda aprovado, o que levou ao adiamento das festividades. Por isso considerava que as festas desse ano mais não eram do que “uma miserável especulação organizada à sombra de uma data gloriosa, pelos homens do sindicato, com o fim de pagarem ao rei e ao seu governo os bons serviços dispensados a propósito da questão já célebre do contracto Salamanca”, representando “uma afronta ao povo que sofre e geme debaixo do peso dos mais exorbitantes impostos”. O chefe republicano do Porto não deixa de comparar os festejos monárquicos com as comemorações dos centenários de Camões e de Pombal, “glorificações espontâneas, consagração sincera de duas glórias nacionais. Quem foi grande nesses dias não deve aceitar hoje o papel de cortesão servil”.¹²⁰

Quando se tornou pública a notícia da ida do Rei ao Porto por ocasião das festas, o bacharel em Direito passou então a caracterizar estas como uma mera tentativa de “fazer crer aos tímidos que a monarquia ainda tem prestígio entre nós”, avisando ainda D. Luís

¹¹⁸ «Conferência sobre o marquês de Pombal e o seu tempo pelo sr. dr. Alves da Veiga no teatro Baquet do Porto», *O Século*, Lisboa, nº396, 27 de Abril de 1882, p.2.

¹¹⁹ A questão de Salamanca nasce do conflito entre duas correntes: uma nacionalista, representada pela Associação dos Engenheiros Cíveis e que insistia numa organização racional dos caminhos-de-ferro portugueses; e uma outra, embandeirada pela Associação Comercial do Porto, que pretendia construir e explorar linhas em Espanha, de modo a marcar presença no mercado ibérico. O objectivo consistia em construir uma linha entre o Porto e Salamanca, por entre a Beira Alta. O caminho-de-ferro substituiria assim o Douro (um rio dificilmente navegável). Os empresários portuenses tinham ainda medo que a construção da linha da Beira Alta (por um outro consórcio), permitisse à Figueira da Foz tornar-se um dos maiores portos da Europa, reduzindo a cultura vitícola do Douro à miséria. Este segundo lobby, correspondente aos interesses da burguesia comercial portuense, venceu, na sequência da formação, por volta de 1880, de um Sindicato constituído por sete bancos portuenses, a que depois se juntou o banqueiro Henry Burnay. Este dirigiu todas as operações e mais tarde esteve por trás da construção de uma outra linha ligando Vilar Formoso a Salamanca, em 1886. O preço de construção das linhas foi muito elevado, ultrapassando-se o orçamento previsto, esgotando a capacidade de investimento dos bancos portuenses e obrigando-os a pedir um empréstimo ao Estado e ao banco francês Comptoir d'Escompte. Como seria de esperar, os lucros não compensaram a enorme dívida contraída pelo Sindicato e pelo Estado português. Pelo que os resultados desta empresa, segundo Magda de Sousa, foram catastróficos: “ébranla les finances du pays, la prospérité des banques de Porto et contribue même à jeter le discrédit sur le régime monarchique parlementaire.” Vide a este respeito, Magda Pinheiro de Souza, *Chemins de Fer, structure financière de l'État et dépendance extérieure au Portugal (1850-1890)*, vol.I, Paris, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Paris I – Pantheon-Sorbonne, Policopiada, 1986, pp.45-74, 124, 323, 383, 421- 428, 483- 484.

¹²⁰ Alves da Veiga, «Festas ou especulação?», *O Século*, Lisboa, nº456, 7 de Julho de 1882, p.1.

que “não há defensores sinceros da monarquia em Portugal. Os próprios membros do sindicato que hoje o festejam com tanto entusiasmo, serão os primeiros a abandoná-lo na hora do perigo; o que os preocupa e faz mover não são as instituições, mas os seus interesses particulares; não é a afeição pura pela pessoa do rei, é a ganância realizada à sombra da protecção deste «irresponsável».”¹²¹

Apesar da ocasião a isso ser favorável, o CERDP não organizou quaisquer comícios ou manifestações públicas¹²² – certamente pelo medo de represálias governamentais – preferindo ser um “espectador tranquilo para que os actores pudessem desempenhar à vontade os seus papéis e a nação observar as sortes de que são capazes os homens da monarquia”. Para o propagandista bacharelado em Coimbra, a ida do Rei ao Porto servira para revelar “o que ainda nenhum facto político nos tinha mostrado, (...) a força do partido republicano português”, que obrigara as autoridades “a porem em acção todos os elementos conservadores”, desta feita, com o propósito de “se fazer uma demonstração ruidosa de confiança na dinastia brigantina e nas instituições vigentes”, contra “um partido republicano que cresce diariamente de uma maneira prodigiosa”. Deste modo, as festas foram para Alves da Veiga mais um anúncio da decadência e fim próximo da monarquia: poderia ela “resistir à corrente que impele os homens para diante? Seria loucura acreditá-lo.”¹²³

Ainda nos anos de 1882 e 1883, destaque para a inauguração de duas novas agremiações de cariz republicano no Porto – o Grémio Familiar e Instrutivo do Porto¹²⁴

¹²¹ Idem, «A monarquia e as festas do sindicato», *O Século*, Lisboa, nº473, 27 de Julho de 1882, p.1.

¹²² Limitando-se a fazer publicar uma declaração em que se dissociava das comemorações, criticando ainda a sua ocasião – quando o povo português passava por uma grande carestia de pão. Vide, «Declaração», *O Século*, Lisboa, nº484, 9 de Agosto de 1882, p.2.

¹²³ Alves da Veiga, «Depois das festas», *O Século*, Lisboa, nº491, 18 de Agosto de 1882, p.1.

¹²⁴ Em cuja inauguração Alves da Veiga fez um discurso defendendo o princípio associativo na educação: “Comparou a acção do Estado no desenvolvimento da instrução nacional com a acção individual, mostrando que esta é mais importante e fecunda quando secundada pela associação, como sucede na Bélgica, Suíça e Estados Unidos da América, povoados de escolas e bibliotecas populares organizadas à custa da iniciativa particular. A associação é um dos poderes mais revolucionários das sociedades modernas, assinalada à face de todos os continentes por monumentos imorredouros (...). Mas não é só nas obras materiais que se manifestam as vantagens do princípio associativo; também na ciência, na economia e na instrução se manifestam pela fundação de escolas, organização de bibliotecas, publicação de jornais e desenvolvimento, por todas as formas, da educação popular.”. Considerava ainda o conferencista que “se antigamente o homem valia pelo nascimento, pela força e pela riqueza, hoje vale pelo talento e pela educação, e os povos que outrora se impunham pelos seus exércitos e generais, hoje tiram a sua força dos trabalhadores, dos sábios, dos filósofos, dos poetas, dos artistas e de todos os que procuram realizar algum progresso, alguma condição de vida”. Vide, «Discurso de Alves da Veiga», *O Século*, Lisboa, nº665, Ano III, 10 de Março de 1883, p.2. O interesse de Veiga pela educação, para além de exercido através do magistério do ensino, assevera-se ainda pela sua participação na formação ou divulgação de várias associações dedicadas ao ensino durante a década de oitenta do séc. XIX: foi em 1883 o presidente da assembleia-geral da “Campanha propagadora de ensino *democrático* do Porto”; marca presença na inauguração da “Escola Gambetta” (01/03/84); discursa na inauguração das escolas do

e o Clube Eleitoral Republicano «Soberania Popular»¹²⁵ – e da candidatura de Alves da Veiga às eleições municipais do Porto de Novembro de 1883¹²⁶.

Não obstante estas iniciativas, aparentemente reveladoras de alguma actividade político-partidária, certo é que no seio do meio republicano portuense o descontentamento motivado pelas causas já acima apontadas se agudizou crescentemente, indo desembocar num sintoma da organização clubista dominante no republicanismo português: a luta entre personalidades.

Convém afirmar que já em 1881 Veiga era descrito por Sampaio (Bruno) como o “elemento mais pronunciado e dominante da democracia nas províncias do norte, que ele tem percorrido como propagandista sem tréguas.”¹²⁷ Nas páginas de *A Discussão*, diário republicano fundado pelo nosso biografado e do qual era o director político, aparecia referido como o “chefe” dos republicanos do Porto. O advogado transmontano possuía ainda algum prestígio político pelo restante norte do país, patente nas frequentes viagens que fazia pelo Minho e Trás-os-Montes, com o intuito de divulgar o credo republicano, e estabelecendo redes de amizades com o objectivo de criar clubes republicanos regionais.¹²⁸ Esse trabalho propagandístico – cuja eficácia não deixou de ser posta em causa pelos seus contemporâneos – viria a ser aproveitado por Alves da Veiga aquando do 31 de Janeiro para constituir pequenos núcleos revolucionários em Trás-os-Montes, de questionável operacionalidade e que, aliás, nunca chegaram a entrar em acção.

Ora, entre 1884 e 1885 o Porto republicano assistiu a uma grave cisão entre Emídio de Oliveira e Veiga, que na prática originou a desagregação do PRP portuense, seis anos antes do 31 de Janeiro. Esta luta fratricida teve o natural resultado de descredibilizar as lideranças existentes e afastar da política activa elementos de valor. Julgamos ainda que

“Clube Democrático de Barcelos” (4/05/84). Vide, *O Século*, Lisboa, nº964, 1 de Março de 1884, p.1; *O Século*, Lisboa, nº979, 19 de Março de 1884, p.1; *O Século*, Lisboa, nº964, 8 de Maio de 1884, p.1.

¹²⁵ *O Século*, Lisboa, nº872, Ano III, 5 de Dezembro de 1883, p.1.

¹²⁶ *O Século*, Lisboa, nº857, Ano III, 25 de Dezembro de 1883, p.1. A lista republicana era composta por Rodrigues de Freitas (1659 votos), Oliveira Martins (1358 votos), Alves da Veiga (1276 votos), Joaquim José Marques Marinho (1232 votos) e Joaquim Bessa de Carvalho (1216 votos): nenhum deles foi eleito. Vide, Maria Antonieta da Conceição Cruz, «Repercussões eleitorais da revolta de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto», p.222. Apesar de nenhum dos candidatos republicanos ter sido eleito, os resultados foram considerados positivos pelo CERDP. Vide, «O partido republicano no Porto», *O Século*, Lisboa, nº872, 11 de Novembro de 1883, p.1.

¹²⁷ José Pereira de Sampaio (Bruno), «Dr. Alves da Veiga», *O Norte Republicano*, Porto, nº12, 4 de Julho de 1881, p.1.

¹²⁸ São várias as referências existentes às viagens de Alves da Veiga por Trás-os-Montes e pela Beira Alta, onde se envolveu na organização de centros e comissões de propaganda republicanas em Alijó, Vila Flôr, Mirandela, Pinhão, São Pedro do Sul, Viseu, Guarda. Vide: *O Século*, Lisboa, nº517, 17 de Setembro de 1882, p.1; *O Século*, Lisboa, nº1295, 31 de Janeiro de 1885, p.1; *O Século*, Lisboa, nº1312, 21 de Abril de 1885, p.1;

traduziu de certo modo o confronto entre uma estratégia de acção política oportunista e uma outra radical, de intransigência para com o poder instituído.¹²⁹ As consequências, como veremos, foram que a história do PRP do Porto entre 1886 e 1890 ficou marcada pela quase total inactividade dos seus clubes – intercalada por trabalhos eleitorais sempre com parcos resultados - e por sucessivas mas sempre falhadas tentativas de reorganização.

Ora, no cerne deste conflito encontra-se a contestação à figura de Alves da Veiga, tida pelos seus contemporâneos como contemporizadora e inactiva, dos quais, pela ferocidade das suas críticas, se destacou Emídio de Oliveira. Porém, o facto de este ter sido acompanhado por antigos membros do CERDP - Basílio Teles e José Pereira de Sampaio – na formação do novel Clube de Propaganda Democrática do Norte (doravante, CPDPN) mostra que o desagrado pela forma como os negócios do PRP portuense iam sendo conduzidos pelo nosso biografado não se limitava à sua pessoa. De facto, Heliodoro Salgado viria a afirmar em 1889 que havia acompanhado a guerra de Oliveira contra Veiga, porque, “embora reconciliado hoje com este, não deixo de confessar que os seus processos políticos são pouco activos, e como tais pouco produtivos em conquistas para a Democracia”.¹³⁰

Assim, o aparecimento desta nova agremiação explica-se pela vontade do redactor principal do diário *A Folha Nova* em dar um novo impulso à propaganda republicana no Porto, mas não devemos colocar de lado a bem mais prosaica hipótese de que ele pretendesse disputar a posição predominante do advogado transmontano no meio republicano portuense.

O nosso biografado tomou esta ocorrência como uma tentativa deliberada de pôr em causa a sua condição de “chefe” – tal como era designado no seu jornal *A Discussão* - tendo-se sentido particularmente ofendido quando o seu amigo Manuel de Arriaga (membro do Directório e desde 1882 deputado ao parlamento pelo círculo do Funchal) se comprometeu a participar na sessão de abertura do centro de Emídio de Oliveira, quando não havia feito o mesmo para a inauguração do novel Clube Comercial Democrático Portuense, de que Veiga foi um dos promotores.¹³¹ Por seu lado, Emídio

¹²⁹ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p.28.

¹³⁰ Heliodoro Salgado, «O senhor Emídio de Oliveira», *A Democracia*, Porto, nº378, 14 de Novembro de 1889, p.1.

¹³¹ Carta de Marinho José de Matos Castela para Manuel de Arriaga, Porto, 24 de Outubro de 1884 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, p.215. Nesta mesma epístola, Castela assegura a Arriaga que “ao lado de Augusto Manuel Alves da Veiga estão todos os partidários do Norte do país, e estão todos os republicanos do Porto, com dois nomes sem importância partidária (...), José

de Oliveira acusava este de “desenvolver intrigas mesquinhas” contra si.¹³² Face a tudo isto, Manuel de Arriaga acabou por desempenhar um papel moderador, procurando por via epistolar apaziguar a hostilidade existente entre Veiga e Oliveira, que teve a inerente consequência de descredibilizar as chefias republicanas do Porto¹³³, dividir os seus correligionários, e de paralisar as actividades dos centros portuenses.¹³⁴

Com efeito, Emídio de Oliveira fez diversas referências no seu jornal *A Folha Nova* a uma reunião ocorrida por volta de Outubro de 1884, em que Alves da Veiga teria dissolvido o CERDP: esta teria sido a razão para que José Pereira de Sampaio e José Maria Durão transitassem para o clube de Oliveira. No diário *A Discussão* não é feita qualquer menção a esta ocorrência, e ainda em 1885 voltam a surgir notícias na imprensa republicana referentes a reuniões do CERDP. Contudo, não se deve por de lado a hipótese – especialmente à luz de acontecimentos posteriores – que Veiga tenha utilizado tal reunião para afastar elementos contestatários do seu poder. Tanto mais que, ainda em Setembro de 1885, o CERDP aprovou uma proposta de “reconstituição do centro”¹³⁵, quando ainda não tinha sequer elegido os seus corpos gerentes.¹³⁶

O impacto que este desaguado teve no Porto é narrado em pormenor por Marcos Guedes numa missiva dirigida a Manuel de Arriaga: concluiu que “está uma lástima,

Durão e Emídio de Oliveira.” Vide ainda, «Inauguração do Clube Democrático Comercial no Porto», *O Século*, Ano IV, nº 1167, 28 de Outubro de 1884, p.1.

¹³² Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à república*, p.75.

¹³³ Marcos Guedes, em carta a Manuel de Arriaga, afirma que a “questão está nestes termos. Veiga e Emídio são completamente incompatíveis: ou sai um ou outro – ambos não podem ficar. *Discussão* e *Folha Nova* interromperam a troca: estão irreconciliáveis. O partido divide-se em três grupos: os veiguistas, os emidistas e os indiferentes. Por ordem: o primeiro tem mais do que os dois e o segundo mais do que o 3.º”. Guedes refere ainda uma reunião realizada na redacção d’ *A Discussão* que levou à expulsão de Emídio de Oliveira do PRP “em virtude do que ele naquele dia tinha escrito”. Vide, Carta de Marcos Guedes para Manuel de Arriaga, Porto, 17 de Dezembro de 1884 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, pp.229-230.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, p.230. Guedes salienta que “Nos clubes (de Propaganda e Comercial) a frequência às noites pode regular, a média, 6 pessoas, o máximo. Trabalhos... não há nenhum: nem fizeram no Clube de Propaganda ainda eleição dos corpos gerentes (funciona a mesma comissão interina) nem ao menos mandaram os estatutos aos sócios e creio bem que nem na impressão estão. Falam em que vão haver conferências... mas nada vejo por enquanto.” Vide, «O senhor Alves da Veiga e o partido republicano», *A Folha Nova*, Porto, nº129, 26 de Outubro de 1885, p.2.

¹³⁵ Vide, «Reunião republicana», *A Discussão*, Porto, nº538, 9 de Setembro de 1885, p.1; e «O senhor Alves da Veiga e o partido republicano», *A Folha Nova*, Porto, nº129, 26 de Outubro de 1885, p.2.

¹³⁶ Que foram eleitos em Novembro do mesmo ano, sendo compostos por: Mesa da assembleia-geral – presidente: Alves da Veiga; vice-presidente: Joaquim Duarte Moreira de Sousa; 1º secretário: António Joaquim Salgado Lencart; 2º secretário: Paulo Mariano Goulart; Comissão executiva: Rodrigues de Freitas, Alexandre Braga, Manuel José Teixeira, Tito Jorge de Carvalho Malta, Cândido Augusto Correia de Pinho, Júlio de Matos, Domingos agostinho de Sousa, Francisco Ferreira da Cunha, Joaquim Rodrigues de Carvalho, Jerónimo Pinto d’Almeida Brandão, António Machado da Silva, Joaquim José Marques Marinho, Luís António da Costa, Joaquim Bessa de Carvalho, José Lopes do Espírito Santo. Vide a este respeito, «Centro Eleitoral Republicano», *A Discussão*, Porto, nº606, 27 de Novembro de 1885, pp.1-2.

uma miséria, uma desgraça, uma vergonha, o Partido Republicano no Porto. Ou o Directório daí, que tem à sua frente homens muito mais conspícuos e sensatos do que os daqui, deita mão disto ou então o partido vogará para ali sem ter norte nem rumo, à mercê dos acontecimentos até que surja um indivíduo de bom senso que o dirija”, pois “não é com o Alves da Veiga e o Emídio que o Partido Republicano no Porto há-de tomar grande incremento, como aí. Era preciso um homem de talento e tática, honesto e digno e que gozasse de simpatias: nenhum deles possui todas estas qualidades.” Esta disputa fragilizou inerentemente a propaganda republicana do Porto, referindo ainda Guedes que “podíamos ganhar mais se trabalhassem com mais união e ordem: mas cada um trabalhou para o seu lado... o Dr. [Alves da Veiga] queixou-se do Emídio e este se queixava do Dr. (...)”.¹³⁷

Podemos entender como forma de superar este clima de discórdia a iniciativa de Emídio de Oliveira – ocorrida a Abril de 1885 - de proceder à organização federal de todos as agremiações republicanas portuenses.¹³⁸ Essa federação seria feita de “forma diversa do que estão realizando os clubes de Lisboa, tomando a federação do Porto um carácter de directório do partido do norte do país”.¹³⁹ Os presidentes de todos os clubes republicanos do Porto deram o seu apoio a esta proposta federativa, e sabemos que foram realizadas várias reuniões, tendo-se chegado a nomear uma comissão composta por um membro de cada clube¹⁴⁰, encarregada de elaborar o projecto de federação e que reuniu pelo menos uma vez. Dada a ausência de ultteriores notícias após Abril de 1885 respeitantes a esta matéria, julgamos poder aferir do falhanço desta iniciativa, porventura devido aos desagrvos entre Veiga e Oliveira.¹⁴¹

¹³⁷ Carta de Marcos Guedes para Manuel de Arriaga, Porto, 1 de Junho de 1885 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, pp.244-246. Ideia corroborada por Júlio de Matos, que em epístola dirigida a Teófilo Braga asseverava que “a vaidade pessoal (...) invalida toda a tentativa de disciplina. Isto é muito pequeno; as personalidades e as *cotteries* enchem tudo. As questões entre Veiga e Emídio chegaram à expectoração da recíproca injúria, sendo baldados todos os esforços para uma reconciliação... Como quer que seja, o exemplo de Lisboa frutificou na província”. Vide, Carta de Júlio de Matos a Teófilo Braga, Porto, 11 de Dezembro de 1885, Biblioteca Municipal de Ponta Delgada, *Espólio de Teófilo Braga*, cx.nº11 de correspondência in Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana*, p.35.

¹³⁸ «Federação dos clubes republicanos do Porto», *A Folha Nova*, Porto, nº262, 9 de Abril de 1885, p.2.

¹³⁹ *O Século*, Lisboa, nº1313, 22 de Abril de 1885, p.1.

¹⁴⁰ Existiam então cinco clubes republicanos no Porto: o CERDP, o CPDPN, o Clube Democrático Comercial Portuense, o Clube Guilherme Braga e o Clube Soberania Popular.

¹⁴¹ É de referir no entanto que em Setembro de 1885, surge uma referência ao facto do CERDP ter aprovado uma proposta para a “eleição do directório do partido republicano no Porto”. Não sabemos se este directório nasce da exclusiva iniciativa do CERDP, ou se constitui ainda um seguimento do processo de Abril desse mesmo ano. Vide, «Reunião Republicana», *A Discussão*, Porto, nº538, 9 de Setembro de 1885, p.2.

Com efeito, a ruptura final entre os dois homens ocorreu ainda nesse mesmo ano, por instâncias das eleições municipais de 2 de Novembro. Com o apoio de todos os clubes¹⁴², os republicanos aceitaram formar uma coligação com o partido regenerador a fim de derrubar do poder o progressista Correia de Barros, cuja governação tinha vindo a ser bastante contestada pela oposição, não só pelo despesismo do executivo camarário, mas mormente após dois agricultores terem sido mortos pela guarda municipal aquando de uma manifestação contra novos impostos municipais.¹⁴³

Como candidato republicano pela coligação, alguns republicanos sugeriram – entre os quais Emídio de Oliveira - o nome de Ricardo Jorge.¹⁴⁴ Porém - e pelos dados que dispomos, injustificadamente¹⁴⁵ – este foi anonimamente acusado de conluio com os progressistas, pelo que foi realizada uma reunião na redacção de *A Discussão* (que funcionava também como local de reunião do CERDP), em que se contestou, da forma o mais rasteira possível, a escolha de Ricardo Jorge, acto em que se destacou Felizardo de Lima.¹⁴⁶ O eminente médico portuense, quiçá acossado pelos boatos que corriam no Porto, tornou pública a sua recusa de se candidatar às eleições, sob a justificação de ter de cumprir com os seus compromissos profissionais. Sob a iniciativa de Alves da Veiga, realizou-se então uma nova reunião a 3 de Outubro, desta feita nas salas do Clube Democrático Comercial Portuense, com o propósito de se nomear um substituto para o lugar vago deixado por Ricardo Jorge. Por unanimidade dos presentes na reunião, o escolhido foi Joaquim Bessa de Carvalho, um industrial, tendo-se assim decidido, em nome de todos os clubes republicanos do Porto, entrar na coligação com esse candidato, o que foi amplamente divulgado pela *Discussão*, e depois por Alves da Veiga num comício eleitoral realizado no teatro dos Recreios.¹⁴⁷

¹⁴² «É falso», *A Folha Nova*, Porto, nº128, 24 de Outubro de 1885, p.2.

¹⁴³ Trata-se do “massacre da estrada da Ariososa”, ocorrido a 4 de Janeiro de 1885, e que vitimou “Manuel Sales e Manuel o Policia”. Vide Alves da Veiga, «Na estrada da Ariososa», *A Folha Nova*, Porto, nº extraordinário, 1885, p.3.

¹⁴⁴ «A coligação e o “chefe”», *A Folha Nova*, Porto, nº132, 29 de Outubro de 1885, p.1.

¹⁴⁵ *A Folha Nova*, Porto, nº142, 10 de Novembro de 1885, p.2.

¹⁴⁶ Alberto Bessa de Carvalho, então redactor de *A Discussão*, afirmou que Alves da Veiga não assistira à reunião e dela nada sabia, o que parece improvável, dado que se tratava de uma reunião do clube a que presidia, cuja convocatória havia sido publicada no jornal de que era proprietário e director político e realizada nas salas da redacção deste. Vide, Alberto Bessa de Carvalho, «À Folha Nova», *A Discussão*, Porto, nº536, 6 de Setembro de 1885, p.1.

¹⁴⁷ «O comício eleitoral», *A Discussão*, Porto, nº576, 23 de Outubro, p.1.

No entanto, acontece que a essa reunião apenas assistiram os delegados de dois dos quatro clubes republicanos do Porto (e de dois dos cinco jornais republicanos¹⁴⁸): Alves da Veiga em nome do CERDP e Manuel Pinto Canedo, director do Clube Democrático Comercial Portuense, mas que declarou ter assistido apenas a título individual. Faltavam assim os delegados do centro de Oliveira e do Clube Guilherme Braga. Ora, apesar do projecto de federação não ter ido avante, é certo que as decisões respeitantes à vida política colectiva dos republicanos – caso dos processos eleitorais - deveriam ser decididas em conjunto por todos os clubes, pelo que, sem surpresa todos os clubes republicanos do Porto à excepção do CERDP emitiram comunicados em que se demarcavam da decisão tomada na reunião de 3 de Outubro, declarando a sua abstenção às eleições mas dando aos seus associados liberdade de voto.¹⁴⁹ Ficava assim publicamente desfeita a coligação entre republicanos e monárquicos, na prática reduzida ao centro de Veiga e aos regeneradores. Isto, apesar de *A Discussão* continuar a pretender o contrário, justificando a coligação com o argumento de que nessas eleições não havia “questão política”, “tratando-se de combater a imoralidade municipal e o desperdício dos rendimentos municipais”, estando republicanos e monárquicos unidos no amor pelo município, pela “terra onde nascemos”. Porém, dadas as circunstâncias que rodearam a sua formação, não espanta que a coligação se tenha absterido de ir a votos, inerentemente assegurando a vitória de Correia de Barros.¹⁵⁰

Todos estes sucessos motivaram uma série de artigos de Emídio de Oliveira altamente críticos da figura do advogado natural de Izeda, onde, apesar da dificuldade em distinguir o que é fruto da verdade do que é produto da maledicência¹⁵¹, são enunciados alguns argumentos que ajudam a melhor compreender as vicissitudes que

¹⁴⁸ Nomeadamente *A Discussão* e a *Democracia Comercial*. Os outros três jornais republicanos eram o *Zé Barros* (um jornal ilustrado do qual foram editados apenas doze números, entre Agosto e Outubro de 1885), *A Folha Nova* e a *Justiça Portuguesa*.

¹⁴⁹ «O Partido Republicano e as eleições – Declarações dos Clubes», *A Folha Nova*, Porto, nº129, 26 de Setembro, p.1.

¹⁵⁰ *A Discussão*, Porto, nº595, 15 de Novembro de 1885, p.1.

¹⁵¹ Ou seja, a diferença entre o que constituía a tentativa de denegrir o carácter de Alves da Veiga com fins políticos, e as legítimas críticas que se pudessem fazer às suas culpas na incipiente progressão do trabalho dos clubes republicanos do Porto. Entre outras coisas menos agradáveis, Emídio de Oliveira acusa Alves da Veiga de ter constituído fortuna pela usura, e de ter contratado um grupo de assassinos para o agredir.

Heliodoro Salgado fez em 1889 uma leitura destes acontecimentos à luz do percurso político de Emídio de Oliveira, concluindo que “aquilo que a nós, os ingénuos, se afigurara zelo partidário, era tão-somente a mais miserável ambição!”. Refere-se pois à campanha promovida por Oliveira contra Alves da Veiga. De facto, em 1888, Oliveira - que havia começado por ser regenerador - abandonou de vez o partido republicano, aderindo à Esquerda Dinástica de Barjona de Freitas, para depois passar a ser o procurador de Serpa de Freitas à junta de Vila Nova de Gaia. Vide, Heliodoro Salgado, «O senhor Emídio de Oliveira», p.1.

sofreu a propaganda republicana no Porto e que, por virem no seguimento do que temos vindo a tratar, convêm aqui ser apresentados.

Para o director de *A Folha Nova*, Alves da Veiga, pela sua personalidade centralizadora, pelo seu desejo de ser a figura preponderante entre os republicanos do Porto, constituía um entrave à progressão do republicanismo no Norte do país. Considerando que “em parte alguma há *chefes* no Partido Republicano”, Oliveira exprobrava que “o único indivíduo que se considera *chefe* no partido, e que assim o escreve no seu jornal para mais claramente fazer prova da sua modéstia, é o sr. Alves da Veiga. O resto, os Arriagas, os Consiglieri, os Magalhães Lima, os Rodrigues de Freitas (...) nunca se lembraram de se considerar *chefes* de coisa nenhuma”. Esta posição é explicada, em parte, por Fernando Catroga, que atenta no facto dos “republicanos, por razões que se prendiam com o democratismo que perfilhavam, contestatário de todas as formas de poder pessoal e apologista de métodos descentralistas de organização, opunham resistências a lideranças individuais e reivindicavam a autonomia dos centros.”¹⁵² Por outro lado, não podemos deixar de fazer novamente menção à hipótese de Emídio de Oliveira pretender simplesmente substituir Alves da Veiga na sua condição de chefe.

O diferendo criado à volta da figura de Ricardo Jorge era explicado por Oliveira como derivativo do medo que o advogado transmontano tinha de ver a sua influência diminuir no seio do meio republicano portuense, o que o levava a urdir intrigas contra todos aqueles que considerava uma ameaça ao seu poder. Segundo ele, teria sido por esta razão que o núcleo inicial do CERDP (entre 1876 e 1878), constituído entre outros por José Pereira de Sampaio, Eduardo Falcão, Basílio Teles, Júlio de Matos, Rodrigues de Freitas, José Maria Durão e Alexandre Braga, se tinha desagregado, com os seus membros a abandonarem o CERDP (rumando ao CPDPN), ou então abandonando a vida política activa. Oliveira faz assim um retrato de um partido que, sujeito aos desígnios pessoais de Veiga, sofria na prática com a liderança deste. Alegava, por exemplo, que o nosso biografado, “para conseguir lançar uma tal poeira aos olhos dos nossos correligionários da capital, fantasiava influências espantosas em Trás-os-Montes, onde ele ou algum dos seus tem propriedades, intrujando o partido de que à sua voz se erguiam todas as povoações daquela província. No Porto as derrotas que o seu nome tem chamado sobre o partido republicano são de tal ordem que não havia fingimento

¹⁵² Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p.20.

possível para mascarar a lentidão com que se avançava na propaganda republicana. Nas últimas eleições em que se entrou o seu nome teve uma votação vergonhosa na província *que ele tinha na mão*.”

Porém, a acusação mais grave de Oliveira constitui a de que o izedense, fruto da sua natureza contemporizadora, estava em conluio com os monárquicos, o que na sua opinião explicaria o porquê de Veiga se querer coligar com os regeneradores mesmo sem o apoio de todos os clubes republicanos, daí aferindo que se o partido republicano “não tem progredido tanto quanto era de esperar da propaganda dos jornais e dos livros (...) é porque o senhor Alves da Veiga com a sua personalidade totalmente absorvente e desacreditada é o grande espantinho que nós apresentamos ao público que se ri da nossa doutrina quando a vê capitaneada por tal *chefre* [sic]”. Punha ainda em causa o recrutamento de novos republicanos feito pelos clubes, considerando “urgente não tolerar, nem admitir a malandragem que taberneia e que, expulsos de todos os partidos monárquicos, se acolhem ao partido republicano”. E terminava, ironizando: “façam-se mais pasquins e recrutem-se mais *bravos*, desses que ficam pelo cais das tabernas quando há cheia eleitoral”.¹⁵³

Face às acusações redigidas por Emídio de Oliveira, consideradas como graves, foi decidido, ainda em 3 de Outubro e em nome de quase todos os clubes republicanos do Porto (à excepção do CPDPN e do Clube Guilherme Braga) formar uma comissão destinada a expor o caso ao Directório.¹⁵⁴ Apesar de não termos conhecimento das resoluções tomadas pelo Directório, sabemos que Emídio de Oliveira abandonou o clube que havia fundado, continuando porém politicamente activo, dada a sua condição de director político de *A Folha Nova*, um diário republicano, o que lhe dava direito a assento nos congressos do PRP.¹⁵⁵

As consequências deste conflito fizeram-se notar, em primeira instância, no afastamento de várias personalidades da política activa. Assim, quando apenas oito dias

¹⁵³ Vide, «O senhor Alves da Veiga e o partido republicano do Porto», *A Folha Nova*, Porto, nº128, 24 de Outubro de 1885, p.2; e «O senhor Alves da Veiga e o partido republicano», *A Folha Nova*, Porto, nº129, 26 de Outubro de 1885, p.2.

¹⁵⁴ «Acta da reunião efectuada às nove horas da noite de 3 de Outubro de 1885, na sala do Clube Democrático Comercial Portuense, na Praça de Carlos Alberto nº80», *A Discussão*, Porto, nº579, 27 de Outubro de 1885, p.1. A decisão de se informar o Directório partiu da iniciativa de Aureliano Cirne, do qual partiu igualmente uma moção – que foi aprovada – em que se pedia à *Discussão* que “em nome da dignidade da imprensa e da disciplina do partido se abstenha completamente de ventilar a questão pendente”. Esta moção ia contra uma outra apresentada por Felizardo de Lima, que defendia a imediata expulsão de Oliveira do PRP, e a prossecução de uma campanha na imprensa republicana contra o director da *Folha Nova*.

¹⁵⁵ «O partido republicano e as reuniões da rua do Almada», *A Folha Nova*, Porto, nº87, 7 de Setembro de 1885, p.2.

antes das eleições municipais de 1886 resolveu “o partido republicano do Porto” apresentar uma lista sua, composta por figuras de relevo tais como Rodrigues de Freitas, Alexandre Braga e Ricardo Jorge, estas tentaram esquivar-se às suas nomeações, o que levou a comissão eleitoral do PRP portuense a pedir aos republicanos do Porto que votassem “de chapa sem exclusão de nenhum nome a lista da oposição (...)”.¹⁵⁶

Apesar das desistências acima referidas¹⁵⁷, a lista republicana conseguiu uma boa votação¹⁵⁸, o que impulsionou uma nova tentativa de finalmente levar avante a federação dos clubes republicanos portuenses. Com efeito, *A Folha Nova* afirma mesmo que o sufrágio representou “o alargamento da esfera democrática nesta cidade”.¹⁵⁹ Esta convicção – apesar dos métodos caciquistas de Correia de Barros, o líder dos progressistas do Porto¹⁶⁰ – fez reiterar a ideia de que “é perfeitamente certo que o partido republicano, quer nas suas acções dentro da cidade, quer pela sua influência nas províncias do norte, dada uma boa organização das suas forças pode conquistar, na representação nacional, o lugar que lhe compete (...). Neste intuito vão congregarem-se todos os elementos democráticos do Norte do Reino, votando uma Junta Republicana que terá a seu cargo promover o engrandecimento da sociedade democrática (...)”¹⁶¹, assumindo “a direcção geral do movimento republicano do Porto”.¹⁶²

Tomando o nome de Junta Republicana do Norte, foi em 5 de Dezembro de 1886 eleita para a comissão executiva desta federação uma boa parte da fina-flor do republicanismo portuense: Alves da Veiga, Emídio de Oliveira, Joaquim Bessa de Carvalho, José Maria Durão, José Pereira de Sampaio, José Vitorino Ribeiro e Marcos Guedes. Os seus objectivos eram simples: coordenar a acção dos clubes republicanos do

¹⁵⁶ «Partido Republicano do Porto» e «Declaração política», *A Discussão*, Porto, nº895, 13 de Novembro de 1886, p.1; e «Partido Republicano do Porto – Exposição», *A Discussão*, nº904, 24 de Novembro de 1886, p.1.

¹⁵⁷ E que motivaram um áspero comunicado da comissão eleitoral do PRP portuense, pondo em causa os motivos pelos quais alguns dos candidatos haviam recusando concorrer às eleições. Vide, «Partido Republicano do Porto – Exposição», *A Discussão*, Porto, nº902, 24 de Novembro de 1886, p.1.

¹⁵⁸ A lista republicana – que não conseguiu eleger ninguém – tinha como objectivo imitar os seus correligionários lisboetas e alcançar a minoria na Câmara Municipal. A sua composição consistia em Joaquim José Marques Marinho (2164 votos), Alexandre José da Silva Braga (2146 votos), António Rodrigues Padim (2058 votos), Júlio Xavier de Matos (2052 votos), Manuel Monteiro de Sousa (2052 votos), Cândido Augusto Correia de Pinho (2051 votos), Tito Jorge de Carvalho Malta (2043 votos), Bruno Teles de Menezes e Vasconcelos (2037 votos), José Pereira Sampaio (2026 votos), Emídio José Oliveira (1978 votos), Ricardo de Almeida Jorge (1936 votos), Joaquim Bessa de Carvalho (1920 votos), Alves da Veiga (1920 votos) e António Plácido da Costa (1912 votos). Vide, Maria Antonieta Cruz, *Repercussões eleitorais da Revolta de 31 de Janeiro na cidade do Porto*, p.223.

¹⁵⁹ *O Século*, Lisboa, nº1824, 18 de Dezembro de 1886, p.2.

¹⁶⁰ *O Século*, Lisboa, nº1824, Ano VI, 18 de Dezembro de 1886, p.2.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, p.2.

¹⁶² «Partido Republicano do Porto», *A Discussão*, Porto, nº914, 5 de Dezembro de 1886, p.2.

Porto e Vila Nova de Gaia, servindo ainda de “tribunal supremo” para resolver quaisquer contendas entre estes.¹⁶³

A 9 de Fevereiro de 1887, a Junta fez a sua primeira manifestação pública, por via da publicação de um manifesto protestando contra o monopólio dos tabacos. Dado o estilo em que está escrito, é de crer que o autor do manifesto seja Sampaio (Bruno).¹⁶⁴

Ainda no mesmo mês, Alves da Veiga foi nomeado pela Junta Republicana do Porto candidato do PRP por acumulação às eleições gerais de deputados de 6 de Março de 1887.¹⁶⁵ Recolhendo cerca de 6000 votos por todo o país (865 dos quais no Porto), o candidato natural de Izeda fez publicar, após terem sido divulgados os resultados eleitorais, uma mensagem que marca, no nosso entender, o ultrapassar definitivo de um paradigma de acção política de cariz evolucionista/eleitoralista – por si julgado como caduco - pela predisposição de enveredar pela via revolucionária. Pela primeira vez desde os seus tempos de juventude, aceita a revolução como uma hipótese viável de se fazer a República, pondo de lado o discurso legalista que caracterizou até então a sua actividade política.

Em artigo publicado a 20 de Março em *A Discussão*, assevera que “os seis mil votos que obtive, apesar dos roubos, das violências e doutros atropelamentos da lei, cometidos pelos partidos monárquicos coligados, representam uma brilhante afirmação da vitalidade democrática do Norte, onde principalmente foi apurada aquela votação. Eles provam quanto têm progredido as ideias políticas no espírito do povo, e se não foram os processos cabralinos empregados na maior parte dos círculos, tanto eu como os meus ilustres colegas propostos pelo Directório Republicano estaríamos agora eleitos. A soberania nacional, é neste país uma garantia irrisória, convertida por todos os partidos monárquicos em instrumento de conservação ministerial, mercê das actividades administrativas em que se empregam exclusivamente em falsear recenseamentos, para

¹⁶³ «Partido Republicano do Porto», *A Discussão*, Porto, nº917, 10 de Dezembro de 1886, p.1.

¹⁶⁴ Este começa por atestar – numa posição algo discordante do que a medicina actual aconselha - que “nenhum progresso representa no progresso de um modo de ser da produção fabril de uma espécie que, pela diferenciação nervosa de nossa civilização, quase se tornou um género de primeira necessidade, o que destrói pela base o ridículo argumento de que o monopólio é o imposto a um vício, hipótese, quando não cientificamente reduzida e atrasada, inadmissível igualmente, pois que o imposto não deve ter qualquer base reputada imoral”. O manifesto assume a defesa do consumidor (pois o monopólio impedia a livre concorrência e o benefício da consequente correlação preços altos/baixos – melhor/menor qualidade do tabaco), do vendedor (tornado “empregado da companhia, a quem, como no antigo monopólio poderá por ventura ser retirada a faculdade de vender tabaco”) e dos operários, que nada tinham a beneficiar da nacionalização da produção e comercialização do tabaco. Vide «Manifesto da junta republicana do Porto», *O Século*, Lisboa, nº1869, 9 de Fevereiro de 1887, pp.1-2.

¹⁶⁵ Decisão que parece ter sido tomada sem o seu consentimento. Vide, «Declaração», *A Discussão*, Porto, nº974, 18 de Fevereiro de 1886, p.1.

afastar da urna os votos independentes e conscienciosos. Por isso eu digo também como o meu amigo Jacinto Nunes¹⁶⁶: “Se queremos salvar o país da odiosa exploração de que ele está sendo vítima; se queremos poupar-lhe a desgraçada e humilhante situação do Egipto, pensemos noutros meios”.¹⁶⁷ Porém, apesar de já em 1887 o encontrarmos predisposto a enveredar pela via revolucionária - o que ajuda a explicar a sua condição de chefe civil dos revoltosos do 31 de Janeiro de 1891, diga-se que esta sua atitude não se reflectiu a curto prazo nos seus comportamentos políticos.

Por outro lado, a “Junta Republicana do Porto” parece ter conhecido uma breve existência: depois de Março os periódicos republicanos quedam-se mudos em relação a quaisquer actividades dela. O fim da Junta marca o início de um período em que o partido republicano entrou no Porto num período de quase total desagregação, patente no fim da publicação dos dois grandes diários republicanos da cidade: *A Discussão* e *A Folha Nova*.¹⁶⁸ O primeiro cessou a sua publicação em Outubro de 1887, devido ao reduzido acolhimento que teve na sociedade portuense, e já após Alves da Veiga o ter vendido a um outro empresário que adoptou um novo formato, com um teor menos republicano e fazendo do diário um jornal de Lisboa e do Porto. O segundo terminou em 1888, quando Emídio de Oliveira decidiu abandonar o PRP e abraçar o projecto político de Barjona de Freitas – a Esquerda Dinástica.¹⁶⁹

Este grupo político não deixou de soar apelativo a algumas sensibilidades republicanas do Porto, quiçá buscando uma agremiação que lhes proporcionasse uma maior representação junto do eleitorado e, logo, maiores possibilidades de atingir o poder. Tentação essa que terá produzido inerentes turbulências na vida política dos clubes republicanos portuenses.¹⁷⁰ Com efeito, em Dezembro de 1887, Alves da Veiga viu-se obrigado a negar n’ *O Século* que estivesse filiado “no grupo político do sr. Barjona de Freitas”, assegurando ainda a todos os republicanos que “hoje, como ontem,

¹⁶⁶ Jacinto Nunes que em Outubro de 1885 rejeitava a linha oportunista francesa liderada por Jules Ferry e declarava o seu apoio ao radicalismo de Clemenceau, atestando que “nas suas linhas gerais a política radical é a nossa política, e por isso desejamos vivamente o seu triunfo.” Vide, José Jacinto Nunes, *Reivindicações Democráticas*, Lisboa, Tipografia Nacional, 1886, pp.162-164.

¹⁶⁷ Alves da Veiga, «Aos eleitores republicanos», *A Discussão*, Porto, nº999, 20 de Março de 1887, p.1.

¹⁶⁸ Continuaram ainda a ser publicados *A Democracia Comercial*, órgão do Clube Democrático Comercial Portuense, e a *Justiça Portuguesa*, de António Santos Cardoso.

¹⁶⁹ Heliodoro Salgado, «O senhor Emídio de Oliveira», p.1.

¹⁷⁰ Veja-se para o efeito o seguinte excerto de um comunicado do Clube Democrático Comercial Portuense, emitido por ocasião das eleições para os corpos dirigentes desta agremiação: “Pena é que às vezes o enfraquecimento de alguns os não deixe cooperar com toda a força na obra a que se dedicam. A solidariedade é indispensável, é o principal motor para a proficuidade dos grandes empreendimentos. Lembrem-se que a união faz a força, e que escrúpulos mal cabidos são às vezes o princípio do entravar da máquina que deve ser sempre regular em associações como esta. (...)” Vide, «Clube Democrático Comercial», *A Discussão*, Porto, nº1012, 6 de Abril de 1887, p.2.

estou na política republicana, animado da mesma fé, do mesmo entusiasmo, do mesmo patriotismo. Nunca me cansarei de pregar as virtudes reformadoras dessa política única que pode salvar este desgraçado país da situação calamitosa a que o levaram todos os partidos monárquicos, sem distinção de cores. Como eu penso e sinto, pensa e sente o partido republicano português, que está unido e firme no pensamento de não enrolar a sua bandeira luminosa aos pés de qualquer facção dinástica.”¹⁷¹ O jornal *O Radical*, de Felizardo de Lima, não deixou igualmente de aludir à adesão de Emídio de Oliveira à Esquerda Dinástica, comentando aquando de uma reunião eleitoral do Clube de Propaganda Democrática do Norte em Março de 1888, que “foram dali banidos os barjonaceos”.¹⁷²

Na imprensa republicana do Porto são por esta altura bastante escassas as notícias referentes à vida dos clubes republicanos: caso de eleições de corpos gerentes, conferências, publicação de manifestos. Igual situação ocorre no *Século*, pois entre 1887 e 1890, os republicanos do Porto apenas constituem notícia aquando dos períodos eleitorais, ao contrário do que acontecia até 1885.

Este marasmo não deixou de ser atribuído a Alves da Veiga por Felizardo de Lima, que em Julho de 1888 discorria no seu semanário *O Radical* sobre a inactividade das chefias republicanas, entendendo-a como um resultado do apego destas à estratégia eleitoralista, e efectuando ainda sérias críticas ao comportamento político do nosso biografado, que entroncam-se naquelas que já Emídio de Oliveira havia feito. O redactor principal do *Radical* aferia que “quando temos entendido que os mais ilustres correligionários, por inércia, por desânimo, por iludidos, não seguem o que nós entendemos ser o verdadeiro caminho [leia-se, a revolução], não hesitamos nunca em recriminá-los, porque acima de todas as considerações pessoais, temos o cumprimento do nosso dever e os direitos da Humanidade. Algumas vezes e, ainda ultimamente com relação à campanha anti-jesuítica do Porto temos estranhado o procedimento do nosso

¹⁷¹ *O Século*, Lisboa, nº2137, 21 de Dezembro de 1887, p.2. Este desmentido vem na sequência do surgimento na imprensa do boato de que Barjona de Freitas, líder do grupo monárquico *Esquerda Dinástica* se havia comprometido a oferecer pastas ministeriais a Consiglieri Pedroso e José Elias Garcia e de um congresso republicano em que uma moção de Jacinto Nunes (em que este advogava que a Comissão Executiva do PRP pudesse “empregar quaisquer outros meios indispensáveis para o desenvolvimento do partido”) foi derrotada por uma escassa margem pela oposição liderada por Manuel de Arriaga e Felizardo de Lima. Isto apesar da proposta de Jacinto Nunes, dado o seu percurso político, apontar para uma aposta na via revolucionária e não para um eleitoralismo que ele ainda nas eleições desse ano havia posto em cheque. Esta ideia é corroborada pelo testemunho de Heliodoro Salgado, que atribui a Emídio de Oliveira a tentativa de “sofismar” a proposta de Nunes, de modo “a aplanar o caminho à sua transição política”. Vide, Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana (1870-1910)*, pp.36-37; e Heliodoro Salgado, «O senhor Emídio de Oliveira», p.1.

¹⁷² «O partido republicano no Porto», *O Radical*, Porto, nº3, 18 de Março de 1888, p.4.

amigo Dr. Alves da Veiga que queríamos ver mais enérgico e de mais solidariedade com aqueles que, embora humildes, têm provado já, numa vida longa de dedicação e serviços ao povo, a firmeza das suas convicções e a tempera do seu carácter”.

Este artigo surge a propósito da participação do advogado transmontano num comício realizado em Aveiro contra a presença nesta cidade de uma casa das Irmãs da Caridade.¹⁷³ Felizardo de Lima considerava que a participação do nosso biografado neste comício marcava o fim da sua inactividade e o seu regresso à política activa, esperando ainda que este se fizesse sob os auspícios da revolução. Por isso afirma que “este passo do nosso amigo, que no Porto tem dirigido o partido republicano, augura-nos que este firme democrata, compreendeu finalmente que a sua missão revolucionária o obriga a desprezar os tíbios republicanos que se envergonham de desempenhar o seu dever, preferindo tolerar toda a imoralidade monárquica a deixarem de ser tidos pela burguesia *pançada* como pacatos e homens de *ordem*. Um Gambetta, um Rochefort, um Clemenceau não alcançaram a sua reputação, nem serviram a democracia francesa com esse proceder ordeiro e pacato, meticoloso, que em Portugal se tem querido fazer acreditar ser o meio de *fazer república*. Estamos certos, que os nossos correligionários de Aveiro e o chefe do partido radical, o nosso amigo dr. Manuel de Arriaga insuflarão no nosso particular amigo dr. Alves da Veiga, o espírito revolucionário bastante, para este notabilíssimo orador do nosso partido e seu dirigente aqui no Porto, voltar a esta cidade resolvido a chamar à vida revolucionária todos os seus amigos sem desdenhar a cooperação dos mais humildes ou dos que a burguesia egoísta, classifica de *doidos*. (...) A burguesia chama *seriedade* à indolência, à tolerância de toda a opressão de todas as artimanhas dos governos, e nós a isso chamamos traição à própria consciência. Se o comício de Aveiro, além do seu fim, trouxe aos republicanos do Porto uma nova energia revolucionária do dr. Alves da Veiga, bem diremos eternamente essa jornada política do nosso amigo; mas se tornar a cair na apatia, contemporizando por meio de processos calmantes, então nós seremos não só indisciplinados, como revoltosos e diremos ao povo: quem não pode caminhar, que fique, nós avançaremos sem necessidade dos que ficarem! Alves da Veiga é um convicto; mas nós precisamos que ele seja um bravo”.

¹⁷³ Participação que se explica pelo facto de, em Maio de 1888, Alves da Veiga ter sido nomeado para a “comissão auxiliar nas províncias” do “Clube Escolar Eleitoral Fraternidade Republicana” – juntamente com José Falcão, Jacinto Nunes e Rodrigues de Freitas -, tendo a função de secundar os seus correligionários de Lisboa e iniciar um “movimento contra o jesuitismo” no Porto. Vide a este respeito, *O Século*, Lisboa, nº 2261, 15 de Maio de 1888, p.1; e «Comício de Aveiro contra o jesuitismo», *O Século*, Lisboa, nº2327, 21 de Julho de 1888, pp.1-3.

Por isso, Felizardo de Lima concluía: “o partido não tem organização no Porto, está desmantelado e Alves da Veiga, terá, perante a história, a responsabilidade do atraso democrático do Norte” – a sua única esperança de renovação constituía a revolução.¹⁷⁴ Contudo, e pelo menos a curto prazo, o apelo lançado por Lima não parece ter surtido qualquer efeito no nosso biografado.

Existiam então quatro clubes republicanos no Porto – o CPDPN, o Clube Guilherme Braga, o Clube Democrático Comercial Portuense, o Clube Puritano Escolar dos Artistas Republicanos do Norte e o CERDP - mas como já referimos anteriormente, as suas actividades, a julgar pelo seu reflexo na imprensa, eram praticamente nulas, restringindo-se aos períodos eleitorais.

Foi apenas em Julho de 1889 que foi realizada uma reunião, envolvendo todos os clubes¹⁷⁵, com o intuito de proceder a uma nova tentativa de reformação do PRP portuense. Para o efeito foi nomeada “uma comissão composta de um representante de cada um dos Clubes e jornais republicanos, desta cidade, e de um membro estranho a estas entidades, mas republicano, com carácter de Directório provisório, para estudar e resolver sobre a reorganização do partido republicano no norte do país”. Estas eram medidas necessárias dada “a indisciplina do partido, nesta região do país”. Tal como já o havia feito Felizardo de Lima em 1888, um ano depois Heliodoro Salgado¹⁷⁶ volta a aferir de um PRP portuense “moribundo pela indolência condenável dos chefes, desaproveitando as melhores oportunidades de se robustecer e organizar fortemente para a conquista do seu triunfo.”¹⁷⁷

Estas recriminações surgidas na imprensa republicana, quanto às oportunidades que os chefes deixavam passar, não constituíam meros exercícios de estilo. Essa inactividade tinha repercussões práticas bem notórias, o que ficou bem exposto aquando das eleições legislativas de 26 de Outubro de 1889 e das eleições municipais de 3 de Novembro de 1889. Ambas constituem um exemplo do grau de fragmentação análogo a que havia chegado o partido republicano tanto em Lisboa como no Porto.

Com efeito, os candidatos republicanos pelo Porto – Alves da Veiga e Latino Coelho - para as eleições para deputados desse ano foram “sugeridos à última da hora pelo

¹⁷⁴ «Aveiro e Alves da Veiga», *O Radical*, Porto, nº21, 23 de Julho de 1888, p.1.

¹⁷⁵ «Clube Eleitoral Democrático Portuense», *O Radical*, Porto, nº76, 30 de Junho de 1889, p.3.

¹⁷⁶ Então a dirigir o diário da tarde *A Democracia*, que constituiu, a partir de 13 de Maio de 1889, a continuação do semanário *A Democracia Comercial*, órgão do Clube Democrático Comercial Portuense.

¹⁷⁷ «Movimento Republicano», *A Democracia – Diário da Tarde*, Porto, nº270, 8 de Julho de 1889, p.1.

directório”.¹⁷⁸ E nas eleições municipais, pela primeira vez desde a fundação do Centro Eleitoral em 1876, a candidatura republicana foi lançada não a título oficial, ou seja, não representando qualquer clube ou partido. Com efeito, tratou-se de uma lista organizada apressadamente e sem um prévio trabalho de propaganda, “espontânea e resultante de uma deliberação estranha ao directório do partido.”¹⁷⁹

Por conseguinte, não é de estranhar que a votação “altamente respeitável”¹⁸⁰ alcançada por esta improvisada lista, tenha levado um auto-intitulado “grupo de republicanos do Porto” a dirigir a seguinte missiva ao *Século*: “se em vez de ser apresentada à última hora, e por um grupo isolado, a lista republicana que, além dos nomes já indicados [Alves da Veiga, Rodrigues de Freitas, Alexandre Braga, M. Marinho, Bessa de Carvalho, Salgado Lencart, F. Gonçalves], apresentava os do dr. Júlio de Matos, do prof. Basílio Teles, e outros de idêntico valor, fosse apresentada oficialmente e com antecedência, a lista republicana do Porto obteria pelo menos cinco vezes mais votos.”¹⁸¹ A similar conclusão também chegou o diário *A Democracia*, que não deixou de tomar a boa votação alcançada como “significativa para decidir o partido a organizar-se devidamente”, pois a “organização é a base essencial de um partido político.”¹⁸²

Como já atrás atentamos, esta situação de passividade das lideranças republicanas portuenses estendia-se à do Directório lisboeta. Segundo Amadeu Carvalho Homem, o republicanismo português debatia-se então entre “«um estado-maior pacífico e desconexo de velhos doutrinários» (...) e um arraial assomadiço e iconoclasta, pouco ou nada estruturado, irreverente para com esse Directório gasto e cansado, e depositando, numa palavra, o seu manancial de esperanças no troar justiceiro de espingardas vingadoras.”

A primeira tentativa de estruturar esse “arraial” ocorreu no Porto, onde a facção radical organizou-se primeiro à volta do semanário (mais tarde diário) *O Radical*,

¹⁷⁸ *A Democracia*, Porto, nº357, 19 de Outubro de 1889, p.1.

¹⁷⁹ «A lista republicana», *A Democracia*, Porto, nº371, 6 de Novembro, p.2.

¹⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.2.

¹⁸¹ *O Século*, Lisboa, nº2783, 8 de Novembro de 1889, p.1.

¹⁸² «A lista republicana», p.2. Refira-se que nas eleições de 26 de Outubro de 1889, Alves da Veiga foi candidato por acumulação e recolheu em Lisboa 2977 votos e no Porto 397. Nas eleições municipais do Porto de 3 de Novembro de 1889, Veiga conseguiu recolher 283 votos, sendo o segundo candidato republicano mais votado (o primeiro sendo Rodrigues de Freitas com 301 votos). O candidato natural de Izeda concorreu ainda às eleições legislativas de 30 de Março de 1890, tendo recolhido um total de 2971 votos, dos quais 629 conseguidos no Porto. Vide, *O Século*, Lisboa, nº2766, 22 de Outubro de 1890, p.1; *O Século*, Lisboa, nº2925, 1 de Abril de 1890, p.1; e Maria Antonieta Cruz, *Repercussões eleitorais da Revolta do 31 de Janeiro no Porto*, pp.217-249.

fundado por Felizardo de Lima, e cuja redacção se constituiu em Setembro de 1888 numa comissão organizadora do Partido Republicano Radical. Esta formou um Centro Radical, publicou um projecto de programa e nomeou um directório.¹⁸³ Esta iniciativa foi depois emulada por Manuel de Arriaga, que fundou em Lisboa o Partido Republicano Radical de Lisboa.¹⁸⁴

No entanto, o esforço de Felizardo de Lima – não sabemos por que motivos – acabou por se revelar infrutífero. O *Ultimatum* de 1890 foi encontrar um republicanismo portuense nas ruas da amargura, e a afirmação de João Chagas de que “a sua chefatura, se a havia, era apenas assumida pelo Dr. Alves da Veiga, que, no entanto, não presidia a qualquer agrupamento regular”¹⁸⁵, leva nos a crer que o CERDP ou fora entretanto dissolvido ou constituía uma entidade meramente nominal.

1.4. Alves da Veiga e o 31 de Janeiro

Como veremos, o 31 de Janeiro apenas se pôde dar em consequência da celeuma levantada pelo *Ultimatum* inglês na sociedade portuguesa, mais propriamente, em Lisboa, daí inflamando os ímpetus revolucionários de uma minoria republicana no Porto e Coimbra. Apesar de ter existido uma capitalização republicana do descontentamento popular, coube aos monárquicos o papel de principais instigadores do mesmo. Porém, estes, ao privilegiarem a luta partidária face aos interesses nacionais, permitiram o aumento de popularidade do PRP. Ora, em Lisboa, os republicanos, liderados por velhas chefias e eivados por lutas internas derivadas quer de motivos ideológicos quer pessoais, não aproveitaram a oportunidade revolucionária que se lhes deparou à frente.

Face à inactividade dos seus líderes e impulsionados pelas aspirações corporativas da baixa oficialidade da guarnição militar do Porto, coube então aos republicanos do Porto tentarem a sua sorte, para o que contaram com o apoio dos estudantes de Coimbra.

O republicanismo portuense havia desperdiçado uma década frutuosa em oportunidades de crescimento (a eleição de Rodrigues de Freitas, a questão de Lourenço Marques, o centenário do Marquês de Pombal), encontrando-se praticamente moribundo. Em 1890 os clubes estavam paralisados e os republicanos desagregados e inactivos. A sua ambição excedia a sua real influência política, pelo que os acontecimentos do 31 de

¹⁸³ «Programa», *O Radical*, Porto, nº32, 8 de Outubro de 1888, p.1; e «Politica republicana», *O Radical*, Porto, nº45, 7 de Janeiro de 1889, p.1.

¹⁸⁴ *O Radical*, Porto, nº63, 20 de Maio de 1889, p.1.

¹⁸⁵ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1978, p.57.

Janeiro (nomeadamente o seu falhanço) ao invés de serem considerados uma manifestação de vitalidade, devem antes ser entendidos como decorrentes de uma década gasta em discórdias e reestruturações falhadas.

Com efeito, note-se que as origens do 31 de Janeiro são externas ao republicanismo do Porto, devendo-se a aspectos sobretudo conjunturais: um *Ultimatum* que conheceu a sua maior contestação em Lisboa, as baixas patentes militares dispostas a reivindicar activamente pelos seus interesses corporativos, e o voluntarismo de um jornalista lisboeta recém-chegado ao campo republicano, João Chagas. É certo que este encontrou entre os republicanos do Porto a necessária predisposição para enveredar a título definitivo pela via revolucionária: o caso de Alves da Veiga. Porém, em última instância, a natureza militar – que não deve ser confundida com popular – do 31 de Janeiro constitui uma aferição do fracasso da propaganda republicana em conquistar um real apoio junto da população portuense. E o péssimo planeamento deste movimento revolucionário acaba por decorrer de todas as dissensões ocorridas no Porto, que afastaram da política activa vários homens de valor que poderiam ter dado aos conspiradores uma maior força organizativa.

Feito este intróito, procuraremos em seguida compreender qual a reacção de monárquicos e republicanos ao *Ultimatum* inglês, e como daí se chegou até à revolta do 31 de Janeiro de 1891.

1.4.1. A reacção ao *Ultimatum* e o papel dos partidos monárquicos.

O final da década de oitenta do século XIX ficou marcado pela viragem do quadro político e do rotativismo inerentes à Regeneração. Ou seja, a estabilidade política necessária ao fomento industrial do país havia motivado a existência de um pacto de tolerância assumido entre as correntes partidárias que se iam sucedendo no poder. E por tolerância entendia-se “uma espécie de acordo de cavalheiros entre todos os líderes políticos para manterem a luta pelo poder dentro do decoro parlamentar”, resistindo “à tentação de ser intolerante e de monopolizar o Poder para sempre”.¹⁸⁶ As primeiras brechas neste consenso político ocorreram aquando da campanha realizada entre 1877 e 1878 pelo então recentemente fundado Partido Progressista contra o governo de Fontes Pereira de Mello, e que ficou marcada pela violência dos ataques verbais contra o

¹⁸⁶ Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, vol. VI de *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso), 1.^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.108.

próprio Rei.¹⁸⁷ Contudo, o que realmente motivou o fim desse acordo tácito de equilíbrio de poder foi o falecimento do líder histórico do Partido Regenerador em 1887. Ora, os anos que antecederam o *Ultimatum* ficaram marcados pelas lutas internas entre as várias facções regeneradoras, cada uma buscando alcançar a liderança do partido. Falecido Fontes Pereira de Mello, tomou as rédeas do poder António de Serpa Pimentel, encarado como uma solução temporária pelas duas facções rivais: uma agrupada à volta de Lopo Vaz de Carvalho e outra à de Hintze Ribeiro. Por sua vez, apesar de estarem no governo, os progressistas de José Luciano de Castro tiveram de enfrentar em 1889 as dissidências de Emídio Navarro e de Mariano de Carvalho. Assim, à continuação do combate político entre regeneradores e progressistas, acrescentaram-se os embates entre as várias facções de cada partido. Em 1890, a grande pedra arremessada por cada partido contra o seu adversário foi a questão do *Ultimatum*. Todas estas querelas tiveram o condão de fragilizar a olhos vistos a autoridade do Estado, o respeito pela Monarquia e pela sua cabeça, o Rei.¹⁸⁸

Isto foi visível na reacção à notícia do *Ultimatum* imposto por Inglaterra a Portugal, relativo aos diferendos existentes entre os dois países no tocante às fronteiras dos domínios portugueses em África¹⁸⁹. Como é afirmado por Nuno Severiano Teixeira, “contrariamente ao que seria de esperar num momento grave em que o interesse nacional deveria sobrepor-se a todos os outros – sejam do Governo ou da Oposição -, os

¹⁸⁷ Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço de história política*, Lisboa, Portugalíia, 1968, pp.48-57.

¹⁸⁸ Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, pp.178-181; e Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, 1.^a ed., Círculo de Leitores, 2006, pp.54-65.

¹⁸⁹ Resumidamente, estava então em funções desde 1886 um governo progressista liderado por Luciano de Castro que contava como ministro dos Negócios Estrangeiros Henrique de Barros Gomes (1843-1898). Ora, na sequência da Conferência de Berlim (1884-1885) ficou estabelecido como garante do domínio de um qualquer território africano não o direito histórico, mas sim o direito de ocupação. Barros Gomes, para fazer face às aspirações inglesas de estabelecer uma ligação terrestre entre o Cairo e o Cabo, procurou reafirmar o domínio português do espaço compreendido entre Angola e Moçambique (o espaço pintado a cor-de-rosa no célebre mapa homónimo). Para esse efeito foram enviadas várias expedições científicas para essa zona. Quando a liderada por Serpa Pinto combateu e derrotou uma tribo africana ligada “diplomaticamente” à Inglaterra em Setembro de 1889, esta - desistindo de prolongar anteriores e infrutíferos esforços diplomáticos no sentido de chegar a um acordo envolvendo a delimitação de fronteiras com Portugal - enviou a 11 de Janeiro a Barros Gomes uma nota onde ultimava o governo português a mandar retirar Serpa Pinto da terra dos Macololos (assim se denominava a dita tribo) sob pena de eventuais represálias inglesas sobre Portugal: o célebre “Ultimatum”. Percebendo a dimensão do perigo, o ministério progressista, após se ter reunido em conselho de Estado, ainda nesse mesmo dia mandou retirar Serpa Pinto do território dos Macololos. Vide a este respeito, Nuno Severiano Teixeira, «Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês», *Análise Social*, vol. XXIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp.687-697; e José Calvet de Magalhães, *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1990, pp.196-201.

partidos políticos apressam-se a retirar para si os dividendos partidários que a conjuntura política oferece.”¹⁹⁰

Assim, logo que se soube na manhã de 12 de Janeiro que o governo progressista havia anuído às exigências inglesas, o Partido Regenerador levantou a opinião pública contra o governo, obrigando José Luciano de Castro no dia seguinte a pedir a demissão do seu ministério. Para tal contribuiu igualmente o amplo destaque dado pela imprensa republicana ao sucedido, salientando-se o papel do jornal *O Século* e do seu redactor principal, Sebastião de Magalhães Lima. Na noite do dia 12, deram-se amplos distúrbios na capital, causados por uma multidão (cujo número estava compreendido entre 1500 e 5000 pessoas¹⁹¹) que, em jeito de cortejo, começou por apedrejar a redacção do jornal *Novidades* (dirigido por Emídio Navarro), para depois aclamar o jornal regenerador *Gazeta de Portugal* (que havia publicado nesse dia que os “traidores e os cobardes têm o seu castigo neste mundo”¹⁹²) e os republicanos *O Século* e os *Debates*. Foi ainda apedrejada a residência de Barros Gomes e arrancado do consulado inglês o escudo com as armas reais inglesas. No entanto, apesar das aparências, por trás da manifestação patriótica não estava a chefia republicana de Lisboa, apanhada desprevenida pelo sucedido: segundo Basílio Teles, quem liderou este cortejo foi Eduardo Abreu, um deputado progressista.¹⁹³

A 15 de Janeiro foi formado um novo governo regenerador liderado por Serpa Pimentel e que incluía os seus rivais Hintze Ribeiro e Lopo Vaz: o primeiro ficou com a pasta dos Negócios Estrangeiros, o segundo com o da Justiça. Praticamente um mês depois, a 11 de Fevereiro, a iniciativa do “Clube Henriques Nogueira” – um clube republicano – de depositar um crepe na estátua de Camões em Lisboa fez aglomerar novamente uma grande multidão.¹⁹⁴ Desta feita, o governo reagiu prontamente, lançando a guarda municipal contra os manifestantes e prendendo Manuel de Arriaga e Jacinto Nunes. Ainda no mesmo dia, à noite, foi desbaratada por um esquadrão de lanceiros a multidão que aguardava junto da estátua de Camões pela chegada dos republicanos que iriam encetar a cerimónia simbólica.¹⁹⁵

No entanto, tal não impediu que, um pouco por todo o país, surgissem várias manifestações de patriotismo: desde as autoridades municipais de várias localidades,

¹⁹⁰ Nuno Severiano Teixeira, *Op. cit.*, p.698.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p.705.

¹⁹² João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.21.

¹⁹³ Basílio Teles, *Op. cit.*, p.99.

¹⁹⁴ Idem, *ibidem*, p.113.

¹⁹⁵ Nuno Severiano Teixeira, *Op. cit.*, p.712.

passando pela hierarquia eclesiástica¹⁹⁶ e pelos estudantes universitários de Porto, Coimbra e Lisboa, até às unidades militares do Exército e da Marinha. Abriu-se ainda uma grande subscrição nacional para comprar um couraçado.¹⁹⁷

Contudo, o governo conseguiu apaziguar os ânimos na capital até Agosto, por meio de um conjunto de decretos governamentais - um de 11 de Março e os restantes datados de 29 de Março e publicados a 7 de Abril – onde se proibiram as “reuniões públicas em ruas e praças sem prévia autorização do governador civil, nas capitais de distrito”. Estes decretos, que regulamentaram a liberdade de imprensa, prevendo a suspensão e supressão, respectivamente, dos jornais culpados e reincidentes, assim como a responsabilização criminal dos autores dos artigos considerados ilegais, ficaram conhecidos como a “Lei da Rolha”, sendo o seu autor Lopo Vaz (à época ministro da Justiça). Foram ainda aumentados os efectivos da Guarda Municipal e respectivos vencimentos.¹⁹⁸

Porém, nas eleições de 30 de Março – vencidas pelos regeneradores (que até aí haviam governado em ditadura) – os republicanos conseguiram, pelo círculo de Lisboa, eleger para as Cortes os deputados Latino Coelho, Manuel de Arriaga, Elias Garcia e o independente Fernando Palha. Podemos ver nesta eleição uma capitalização republicana do sentimento patriótico e descontentamento populares¹⁹⁹, mas é preciso ter em conta que os progressistas deram ordens às suas clientelas para votarem nos republicanos como forma de desacreditar os regeneradores e a própria monarquia.²⁰⁰

¹⁹⁶ No que toca à reacção da Igreja portuguesa ao *Ultimatum*, vide: António Matos Ferreira, «Repercussões do Ultimatum no Meio Católico», *Lusitania Sacra - Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Tomo VI, Lisboa, UCP, 1994, pp.31-45.

¹⁹⁷ Nuno Severiano Teixeira, *Op. cit.*, p.707. Destaque ainda para a criação, a 1 de Fevereiro, da Liga Patriótica do Norte, sob a iniciativa de Basílio Teles e Sampaio Bruno, entre outros. Foi presidida por Antero de Quental e pretendia ser uma associação não partidária, “destinada a ser uma verdadeira escola de civismo e a criar uma opinião reformadora, consciente de si própria”, que “devia coordenar os seus esforços e recursos em volta dum directório constituído por diversas comissões, uma das quais executiva, as outras de estudo, de subscrição e de propaganda”. Tratava-se de canalizar aquilo que Basílio Teles designava de “patriotismo extreme” e “sectarismo jacobino” para um organismo capaz de influir na vida política portuguesa a longo prazo, ao invés das fugazes explosões de fúria patriótica. No entanto, logo que começou os seus trabalhos de elaboração de um programa de acção (que envolvia um levantamento dos problemas nacionais e consequentes reformas a implementar), a Liga foi vítima da sua própria natureza apartidária, visto que tanto republicanos, como regeneradores e progressistas deixaram as suas divergências partidárias tomar conta das reuniões liguistas. Devido às múltiplas divergências entre os seus membros, a Liga foi neutralizada, terminando oficialmente as suas actividades com a publicação dos decretos de Março. Segundo Basílio Teles, a principal razão pela qual a Liga acabou foi o medo dos seus membros monárquicos de que a associação fosse utilizada pela PRP como uma plataforma revolucionária. Vide a este respeito, Basílio Teles, *Op. cit.*, pp.121-133.

¹⁹⁸ Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.65; e Basílio Teles, *Op. cit.*, p.121.

¹⁹⁹ Fernando Catroga, *História do Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p.75

²⁰⁰ Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.64.

Entrementes, cabia agora a Serpa Pimentel resolver o imbróglio diplomático com a Inglaterra, tentando chegar a um acordo pelo qual os territórios portugueses em África ficassem salvaguardados, quer de possíveis futuras disputas territoriais, quer dos desígnios anexionistas de Cecil Rhodes, o líder do governo da colónia do Cabo. Falhadas as tentativas em se dirimir o conflito recorrendo ao artigo 12 da Conferência de Berlim (que previa para casos semelhantes a mediação internacional), foi necessário negociar directamente um convénio com a Inglaterra. Foram incumbidos dessa missão Barjona de Freitas (que voltou à política regeneradora com um lugar de embaixador em Londres) e Hintze Ribeiro.

A 20 de Agosto foi finalmente assinado o Tratado com a Inglaterra. Na oposição, os progressistas – que apeados do poder logo assumiram o papel anteriormente desempenhado pelos regeneradores - rejeitaram prontamente o acordo firmado por Barjona e Hintze, para logo serem seguidos pelos republicanos.²⁰¹ A surpresa deu-se na abertura da nova sessão legislativa (15 de Setembro), quando os protestos e vetos das bancadas progressista e republicana foram secundados pela regeneradora: Lopo Vaz, tentando eliminar os seus rivais Hintze e Barjona e ficar com o ministério do Reino para si (a pasta mais importante do ministério), deu ordens aos deputados que lhe eram fiéis para protestarem contra o governo do seu próprio partido, vetando o Tratado. Chumbado este nas cortes e sentindo-se desapoiado, Hintze demitiu-se e Serpa ocupou o seu lugar. Para tal desfecho não terão deixado de contribuir os distúrbios que ocorreram na capital: no dia 15 a população reunida apedrejou o Parlamento, a que se seguiram os inevitáveis confrontos com a polícia, dos quais resultaram um morto. No dia 17 foram suspensas as garantias de liberdade individual em Lisboa, motivando novos protestos na Baixa e inerentes confrontos com a polícia, que envolveram um tiroteio e a prisão de mais de seiscentas pessoas.²⁰² O governo transferiu então muitos oficiais das unidades de Lisboa para as da província. Desta feita, por trás da fúria da população esteve o partido progressista.²⁰³

Novamente, as lutas fratricidas entre e dentro dos partidos monárquicos, assim como o cego patriotismo republicano, sobrepuseram-se à necessária estabilidade governativa e aos interesses nacionais. De facto, dos seguintes acordos firmados com a Inglaterra, este

²⁰¹ Nuno Severiano Teixeira, *Op. cit.*, pp.714-715.

²⁰² Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, p.183.

²⁰³ Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.66.

era o mais favorável a Portugal.²⁰⁴ Lopo Vaz concretizou assim os seus objectivos, mas, temendo por ele ser ultrapassado, Serpa apresentou no dia 18 a sua demissão ao rei.²⁰⁵

Deu-se então a denominada “crise dos vinte e seis dias”: numa situação decorrente do descrédito das lideranças progressista e regeneradora, o rei não tinha a quem entregar o poder, vendo-se obrigado a nomear um ministério extra-partidário chefiado por um velho general (contava então com oitenta anos), João Crisóstomo de Abreu e Sousa, que havia sido ministro da Guerra no primeiro governo progressista de 1879. Apesar do novo ministério – que tomou posse a 13 de Outubro - contar com alguns regeneradores (Tomás Ribeiro e Barbosa du Bocage), os progressistas estavam em maioria. Haviam assim alcançado o seu objectivo: derrubar os regeneradores e manter uma posição predominante no novo ministério.

Como é confirmado por Basílio Teles, logo a seguir à demissão de Serpa, os ânimos acalmaram em Lisboa²⁰⁶, única cidade do país onde os protestos patrióticos haviam conhecido uma real dimensão.²⁰⁷ O diferendo com a Inglaterra foi depois resolvido temporariamente com a feitura de um *modus vivendi* a 14 de Novembro, que vigorou até à assinatura do tratado de 11 de Junho de 1891, novamente pelo governo de Crisóstomo.²⁰⁸ Nenhuma destas ocasiões, muito pelo facto dos progressistas terem realizado os seus desideratos, voltou a motivar protestos tão intensos quanto os realizados em Janeiro, Fevereiro e Agosto de 1890.²⁰⁹ Relegado para um plano secundário pelos progressistas, o Partido Republicano Português havia perdido em

²⁰⁴ O tratado garantia a Portugal “uma Angola quase rectangular e um Moçambique parecido com o actual, consignando ainda a livre passagem entre os dois territórios, ao longo do rio Zambeze, com o direito do estabelecimento de estradas, caminhos-de-ferro, pontes e linhas telegráficas numa zona adjacente àquele rio”. Vide a este respeito, A.H. de Oliveira Marques e Fernando de Sousa (coord.), *Nova História de Portugal. Vol.X: Portugal e a Regeneração*, Lisboa, Presença, 2004, pp.509; e José Calvet de Magalhães, *Op. cit.*, pp.201-205.

²⁰⁵ Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.67.

²⁰⁶ Basílio Teles, *Op. cit.*, p.225.

²⁰⁷ Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.66.

²⁰⁸ A.H. de Oliveira Marques e Fernando de Sousa (coord.), *Op. cit.*, p.510. Segundo Fernando de Sousa, este tratado era menos favorável às pretensões portuguesas, “amputando a Portugal alguns territórios tanto em Angola como em Moçambique, suprimindo o direito de passagem entre as duas colónias e apenas acrescentando, na África Ocidental, algumas regiões mais a norte do Zambeze, entre Tete e o Zumbo.” Mais importante ainda – e aquilo que tanto o patriotismo cego como o interesse partidário impedia de ver – é que “ao substituir territórios vagos, falhos de ocupação real e baseados em fundamentos meramente históricos, por duas possessões bem definidas, com 2 000 000 km² ao todo, os tratados de 1891 dotavam Portugal com um novo império, quase tão grande como o Brasil na sua extensão máxima de efectiva ocupação portuguesa”, quando à altura “o número de colonos e de soldados brancos em Angola e Moçambique não atingia as 20 000 pessoas.”

²⁰⁹ No que toca ao tratado assinado com a Inglaterra em 1891, Calvet de Magalhães afirma que “a consciência do grave erro cometido com a precipitação da rejeição do acordo de 1890 e a grave crise financeira em que o país mergulhara, explicam o comedimento com que o novo tratado foi recebido pelo parlamento e pelo público.” Vide, José Calvet de Magalhães, *Op. cit.*, p.203.

menos de um ano três raras oportunidades para tentar um golpe revolucionário: restava tentar arranjar uma pelas suas próprias mãos.

1.4.2. A reacção republicana ao *Ultimatum* e o início da conspiração no Porto

Dez anos antes do *Ultimatum*, o futuro parecia ser bem mais risonho para o republicanismo português. Foi entre 1880 e 1884 que se constituiu o PRP: foram os anos em “emergiu a rede orgânica do movimento republicano português”²¹⁰, em que os republicanos se destacaram pelo papel que desempenharam nas comemorações do tricentenário de Camões (1880) e pela sua activa campanha contra o tratado de Lourenço Marques (1881); nesse período fundou-se o jornal *O Século* (1880), que veio a servir de órgão ao partido efectivamente fundado num congresso realizado entre 18 e 21 de Agosto de 1883 no Clube Henriques Nogueira, de onde saiu o primeiro directório, a nível nacional, do PRP.²¹¹

No entanto, no final da década de oitenta, o PRP entrou num marasmo político. Em 1887 quase conheceu o seu fim quando Elias Garcia tentou nesse ano aliar os republicanos à *Esquerda Dinástica* de Barjona de Freitas, tendo sido defraudado pelos esforços de Manuel de Arriaga.²¹² Na base desta decadência - como é confirmado por Guerra Junqueiro – residia o facto de que por trás da estratégia do evolucionismo estava um partido inactivo e limitado ao jogo eleitoral, “quase circunscrito a Lisboa, avolumando ou diminuindo segundo os erros da monarquia”, “um partido, enfim, de índole estreita, acanhadamente político-eleitoral, mais negativo que afirmativo, mais de demolição que de reconstrução, faltando-lhe um chefe de autoridade abrupta”.²¹³

Aquando do *Ultimatum*, o chefe do directório do PRP (se bem que a sua influência real chegava apenas até ao centro do país) era José Elias Garcia, que a ele havia presidido desde a fundação do partido: era igualmente o mais notável representante da corrente democrática oportunista. Graças aos apoios com que contava dentro do Partido

²¹⁰ Fernando Catroga, *História do Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, p.35

²¹¹ Idem, *ibidem*, pp.35-38.

²¹² Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à república*, pp.51-52.

²¹³ Guerra Junqueiro, «Em vez de prefácio (Fragmento de um estudo)», *Memoria a José Falcão*, Coimbra, Tipografia Auxiliar de Escritório, 1894, pp.IX-X. Citado por Amadeu Carvalho Homem, *Da monarquia à república*, p.53.

Progressista, era vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que utilizava como um “centro de emprego para republicanos”.²¹⁴

Não admira, pois, que, na noite de 12 de Janeiro de 1890, quando Heliodoro Salgado após ter apelado à multidão para assaltar a residência real - o palácio de Belém – interpelou Garcia sobre a inacção do partido republicano e dos seus chefes, este tenha respondido que fora completamente apanhado desprevenido pelos acontecimentos.²¹⁵ A semelhante conclusão chegou João Chagas – um jornalista monárquico que o entusiasmo patriótico motivado pelo *Ultimatum* levou para o campo republicano – que nessa mesma noite questionava Salgado: “Mas, então, diante disto, o que faz esse partido republicano ?!”²¹⁶

No Porto, como atrás vimos, o Partido Republicano Português estava ainda em pior situação que em Lisboa: o PRP portuense estava em 1890 “politicamente desorganizado, albergando dissidências nas suas fileiras”.²¹⁷ Para além do mais, sendo uma cidade bastante dependente do comércio inglês, a *Invicta* não emulou as manifestações de indignamento patriótico lisboetas, dada a natureza anglófoba das mesmas.²¹⁸ Porém, apesar de ser politicamente conservadora²¹⁹, a capital nortenha contava com um grupo de republicanos calejados na actividade política e demopédica: os casos de Alves da Veiga, Felizardo de Lima, José Pereira de Sampaio e Basílio Teles.

Entrementes, goradas as oportunidades de explorar com sucesso um movimento de massas, a imprensa republicana apostou no ataque à figura régia, “esboçando-lhe uma imagem inútil e parasita”, nele personificando os males do regime, o que agravou-se aquando da promulgação a 7 de Abril dos decretos de Março, que, como vimos, procuravam cortar pela raiz os perigos da propaganda anti-monárquica. Exemplos dessa

²¹⁴ Francisco Homem Cristo, *Notas da minha vida e do meu tempo*, vol.II, Lisboa, Livraria Guimarães, 1937, p.125. Francisco Homem Cristo (1860-1943), que na altura aspirava à liderança do PRP, faz-nos um retrato bastante negativo de Elias Garcia. Dele afirma que “esperava tudo dos acontecimentos, que geralmente não previa e cujo choque nunca neutralizava”, e que, para se manter no poder, utilizava os mesmos métodos dos políticos monárquicos: “formava partido, criava clientela, vivia pelos mesmos processos, ou corrompendo, ou transigindo sempre á custa dos princípios.” Vide, Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro e a minha prisão*, Lisboa, Empresa J.J. Nunes, 1891, pp.27-32.

²¹⁵ Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro – História, Filiação, Causas e Justificação do Movimento Revolucionário do Porto*, Porto, Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1894, p.107.

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p.91.

²¹⁷ Fernando de Sousa, *O Porto e a Revolta do 31 de Janeiro*, Lisboa, Athena, 1977, p.25.

²¹⁸ Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, pp.105-106. No Porto, apenas a 17 de Setembro ocorreu uma manifestação patriótica de relevo, que partiu da iniciativa de um grupo de estudantes reunidos no café Suíço e que agrupou na Praça D. Pedro cerca de mil pessoas, que desfilaram com slogans de cariz anglófobo e anti-monárquico. Nessa manifestação participaram João Chagas e Felizardo de Lima. Vide, Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.66 e Fernando de Sousa, *Op. cit.*, p.23.

²¹⁹ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, pp.25-26.

imprensa foram o *Pontos nos ii* de Rafael Bordalo Pinheiro e o órgão da Associação Académica de Coimbra, *O Ultimatum*.²²⁰ Foi devido a um artigo escrito nesse jornal – intitulado “Bragança, o Último” – que António José de Almeida foi condenado a três meses de prisão.²²¹ O número de 10 de Abril de *O Rebate*, um jornal dos estudantes do Porto tinha como título, em letras capitais, “O Regicídio passa a ser um direito”.²²² A 11 de Abril apesar da “Lei das Rolhas”, Guerra Junqueiro publicou o seu poema *Finis Patriae*, onde se aludia pouco subtilmente ao regicídio.

Ora, foi precisamente o Porto que Chagas escolheu como lugar para se iniciar na propaganda republicana. Chagas considerava Lisboa como “inçada de uma população heterogénea, disseminada numa grande área e dividida pelas opiniões mais diversas”, pelo que escolheu o Porto devido à sua tradição liberal.²²³ De certo modo, a sua atitude de abandonar Lisboa com o intuito de criar um jornal de propaganda republicana radical, ecoava o descontentamento dos republicanos radicais pela incapacidade das chefias republicanas lisboetas em explorar revolucionariamente as manifestações populares do início de 1890. De facto, os jornais republicanos que mais radicalizaram os seus protestos contra a reacção monárquica ao *Ultimatum* haviam sido criados por estudantes da Academia: em Lisboa havia o diário *A Pátria* (fundado pelo quintanista da Escola Médica de Lisboa, Higinio de Sousa), em Coimbra havia *O Ultimatum* (fundado pelo estudante de medicina António José de Almeida) e no Porto Eduardo de Sousa (mais um estudante de medicina) fundou o semanário *O Rebate*.²²⁴ Eram os representantes daquilo que Chagas define como “uma nova imprensa”, “reflectindo não já os interesses especiais do partido republicano, mas as cóleras e os entusiasmos do patriotismo, identificado com a Republica para a missão comum da desafronta”.²²⁵

Na prática, isto traduziu-se num choque de duas gerações republicanas, com uma mais jovem e activa a seguir a sua própria “agenda política”, e a causar a inerente descredibilização da autoridade das velhas chefias do Directório.²²⁶

²²⁰ Vide, a respeito de Rafael Bordalo Pinheiro e a utilização que fez do “Zé Povinho” e do “John Bull” no contexto do *Ultimatum* a obra de João Medina, *Caricatura em Portugal. Rafael Bordalo Pinheiro, Pai do Zé Povinho*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp.113-130.

²²¹ Nuno Severiano Teixeira, *Op. cit.*, pp.713-14.

²²² Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.65.

²²³ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.37.

²²⁴ Idem, *ibidem*, pp.30-31.

²²⁵ Idem, *ibidem*, p.29.

²²⁶ Representativo disto foi, segundo Francisco Homem Cristo, a decisão tomada pelo Directório, após o tratado de 20 de Agosto, de que a imprensa republicana poderia discutir o tratado, “mas sem incitamentos á revolução, salvo em casos extraordinários” ao que sucedeu a imprensa lançar-se “loucamente no campo revolucionário, ao mesmo tempo que demonstrava uma completa falta de ciência, limitando-se a ir a

Foi assim que a 18 de Abril de 1890 Chagas lançou a primeira pedra do seu projecto: fundar um jornal republicano “que tomasse a dianteira a todos os que já existiam”, criando a mais patriótica e anti-monárquica “propaganda política” existente, servindo os seus artigos de “agentes de excitação pública”. Resumindo, “o nosso empenho era sublevar. Sublevamos”.²²⁷ Tratou-se do diário *República*. Porém, a 1 de Setembro de 1890 este diário deu lugar ao ainda mais virulento *República Portuguesa*.²²⁸ Ambos os jornais, especialmente este último – graças aos artigos de Chagas, Sampaio Bruno e Eduardo de Sousa – cedo granjearam ao seu fundador a simpatia de um dos meios tradicionalmente mais receptivos à ideia revolucionária: os sargentos. Inevitabilidade

Já em Fevereiro de 1889 Felizardo de Lima interrogava-se: “mas fará o Porto a revolução?” E a resposta era reveladora, merecendo que a citemos na íntegra: “dinheiro não falta; e tropas, o governo encarrega-se de as ir pondo aqui à mão dos portuenses. E é ocasião dos oficiais inferiores mostrarem ao rei e ao ministério que os pequeninos também têm a sua hora de ajuste de contas. Foram desprezados, cortaram-lhes a carreira como se nada valessem; pois então é tempo de provarem que valem e que valem muito.”²²⁹ Uma leitura dos jornais *O Sargento* e *A Vedeta*, formados para defender os interesses da baixa oficialidade do exército português, revela que o descontentamento destas patentes militares já datava, no mínimo, de 1888.²³⁰ A principal reivindicação dos sargentos era o aumento de vencimento.²³¹

De referir que o jornal *A Vedeta* ainda em 1890 tece severas críticas aos republicanos de Lisboa.²³² Com efeito, isto corrobora a nossa ideia de que caso não fosse o

reboque dos outros”. Perante estas graves ocorrências, que poderiam redundar na ilegalização de todas as organizações republicanas, o Directório nada fez, asseverando Homem Cristo que à altura do sucedido Elias Garcia decidira ir visitar o Bom Jesus de Braga com a sua mulher. Vide a este respeito, Francisco Homem Cristo, *Notas da minha vida e do meu tempo*, vol.IV, Lisboa, Livraria Guimarães, 1937, p.156; e Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro e a minha prisão*, p.36.

²²⁷ Idem, *ibidem*, p.35-44.

²²⁸ A *República* procurava criticar factualmente a política da monarquia-constitucional, recorrendo quando necessário à subtilidade da metáfora. Já a *República Portuguesa* fazia da afronta explícita ao governo e ao Rei o pão-nosso de cada dia. Desde a sua fundação até ao 31 de Janeiro, este diário apregoou diariamente a inevitabilidade de uma revolução republicana, o que terá ajudado ao descrédito dos conspiradores. Refira-se que Alves da Veiga nunca participou como redactor ou colaborador em nenhum destes dois jornais. Nem temos conhecimento de que tenha publicado nos meses antecedentes à revolta qualquer artigo aludindo à necessidade da mesma.

²²⁹ Felizardo de Lima, «A Revolução», *O Radical*, Porto, nº48, 4 de Fevereiro de 1889, p.1.

²³⁰ «A nossa apresentação», *O Sargento*, Coimbra, nº1, 29 de Julho de 1888, p.1.

²³¹ «Desigualdades», *O Sargento*, Coimbra, nº7, 9 de Setembro de 1888, p.1. A maior parte dos números de *O Sargento* eram preenchidos com transcrições de cartas que soldados e sargentos de todas as guarnições do país enviavam para a redacção do jornal, expondo as suas críticas e reivindicações.

²³² Crítica a propaganda dos republicanos, considerando que “ora nem querem dar tempo ao tempo, nem adubar a terra; o tempo é substituído pela ambição, o adubo pela incúria e desleixo, e, semeando-lhe

Ultimatum, dificilmente se proporcionaria a união entre republicanos e militares. Por entre a contestação patriótica, os sargentos exacerbaram as suas reivindicações corporativas, buscando nos republicanos um elo de ligação à sociedade civil que lhe permitisse instaurar um regime mais de acordo com as suas pretensões. O mesmo se pode dizer dos republicanos, que viram nos militares da guarnição do Porto a forma mais lesta de se fazer uma revolução com um mínimo de possibilidades de sucesso.

Assim, foi em Agosto de 1890 que Chagas recebeu na redacção da *República Portuguesa* um primeiro grupo de “segundos sargentos e cabos de infantaria e caçadores” dispostos a fazer a revolução.²³³

De facto, a redacção deste diário começou a receber e a publicar muitas cartas e manifestos enviados, primeiro por soldados, cabos e sargentos da guarnição do Porto, depois por militares da província e oficiais quer de Lisboa, quer do Porto. Missivas essas de natureza subversiva, em que se apelava ao cumprimento da missão patriótica do exército face às circunstâncias de então, ou seja, o derrube da monarquia e a instauração da república. Essa insatisfação devia-se em grande parte à transferência entre Agosto e Setembro de regimentos de Lisboa e do Porto - suspeitos de intenções revolucionárias - para o cordão sanitário montado na fronteira (devido à cólera que grassava em Espanha).²³⁴

Após ter sido contactado pessoalmente pelos sargentos, Chagas decidiu-se a pôr em prática aquilo que tanto ambicionava: e a primeira pessoa a quem se dirigiu em busca de ajuda foi Alves da Veiga.²³⁵

indignação, querem colher os seus ideais!” Vide «Repiques e dobres», *A Vedeta – Órgão militar e independente*, Lisboa, Setembro de 1890 (nº do jornal e dia ilegíveis), p.1.

²³³ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, pp.52-53.

²³⁴ Idem, *ibidem*, pp.44-51.

²³⁵ Aquando do falecimento de Alves da Veiga, o jornal *O Século* publicou uma biografia onde se afirma que o nosso biografado havia recebido a notícia do *Ultimatum* em Paris, tendo logo promovido uma reunião da comunidade portuguesa aí residente, onde “pronunciou um dos mais notáveis discursos da sua carreira política”. Sabemos que em Julho de 1890 o advogado transmontano se encontrava em Paris (juntamente com Magalhães Lima e Xavier de Carvalho - o correspondente do diário lisboeta em Paris), tendo regressado a Portugal por volta de 28 de Agosto (desta feita acompanhado por Augusto Rocha). Pelo que logo após ter regressado ao Porto, Veiga terá sido contactado por Chagas e dado início aos trabalhos conspiratórios em Setembro, o que corrobora o testemunho daquele. Vide, *O Século*, Lisboa, n.º 45, 3 de Dezembro de 1924, p.2; e Xavier de Carvalho, «Cartas de Paris», *O Século*, Lisboa, nº3074, 28 de Agosto de 1890, p.2.

1.4.3. Da entrada de Alves da Veiga na conspiração até ao 31 de Janeiro

Alves da Veiga afigurou-se a João Chagas como uma escolha natural para coordenar a conspiração: apesar do PRP portuense estar então desorganizado, a verdade é que após a renúncia de Emídio de Oliveira à política republicana em 1888, o izedense era em 1890 o único chefe republicano digno desse nome no Porto. Dentro do PRP, aparecia como uma referência histórica devido à abnegação demonstrada em prol do publicismo republicano e da luta eleitoral contra a monarquia (“estivera à frente da propaganda no norte, fundara jornais de combate e clubes políticos”). Nas palavras de Chagas, o prestígio de Veiga equivalia ao de Manuel de Arriaga, Teófilo Braga ou Rodrigues de Freitas, “aos quais a consideração publica outorgava a designação de «austeros»”. Ele pertencia a uma “época em que apenas combatiam pelo ideal republicano em Portugal, os espíritos fortemente convencidos e rigorosamente refractários à corrupção ambiente”.²³⁶

Destarte, uma conspiração chefiada pelo advogado transmontano mereceria aos republicanos do Norte do país e ao Directório lisboeta um crédito que Chagas dificilmente obteria se fosse ele – um recém-chegado ao campo republicano - a chefiá-la. Paralelamente, para as gentes do Porto, quaisquer temores de uma revolução que redundasse num radicalismo jacobino seriam dissipados caso esta tivesse Veiga à cabeça, pois “sobre o seu crédito de velho democrata, (...) acumulava uma reputação local que lhe era feita pela sua condição social de proprietário que diziam abastado”²³⁷, e pelos seus títulos de advogado e professor”.²³⁸ Para além do mais, Veiga estava bem inserido na maçonaria portuense.²³⁹

²³⁶ Idem, *ibidem*, p.62.

²³⁷ Francisco Homem Cristo refere – sem quaisquer evidências – que Alves da Veiga teria organizado o 31 de Janeiro para suprir as suas necessidades financeiras. Vide a este respeito, Francisco Homem Christo, *Monárquicos e Republicanos*, p.319.

²³⁸ Idem, *ibidem*, pp.60-62.

²³⁹ Onde adoptou o nome simbólico de Descartes. Foi iniciado na loja Primavera em 1884, de onde transitou em 1887 para a loja Grémio Independência, onde atingiu os graus de Venerável (grau 20 do Rito Escocês Antigo e Aceite) e de Soberano Grande Inspector-geral (grau 33 do mesmo rito). Apesar de, por iniciativa de Veiga se terem realizado na loja do Grémio Independência (era ele que a chefiava) várias reuniões conspiratórias, tal não implicou a participação de toda a maçonaria portuense no 31 de Janeiro. Constatando que 65% dos elementos maçónicos do Porto não haviam aí nascido, Fernando de Sousa, conclui que “a Ordem funcionava como um organismo privilegiado de integração social para estes homens vindos da província, gente desenraizada que, por razões de natureza económica, se transferia para a cidade, aqui passando a viver”: situação que, atentando no percurso de Alves da Veiga, se aplica ao seu caso. Após o 31 de Janeiro, Veiga foi irradiado em 12 de Agosto de 1891, apenas para ser prontamente reintegrado em 21 de Outubro de 1891. Vide, Fernando de Sousa, «A maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, 1991, pp.397; e A.H. Oliveira Marques, «Alves da Veiga», *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol.II (J-Z), Lisboa, Editorial

O bacharel em Direito constituiu assim a ponte entre a nova geração activa e a antiga geração da propaganda. Mas quais as razões que o levaram a entrar na conspiração? Vimos atrás que já em 1887 Veiga estava desiludido com a via eleitoral, não descartando a hipótese revolucionária. Mas para além do mero objectivo de buscar o poder, julgamos ser lícito especular que o nosso biografado, na sua condição de figura republicana mais relevante do Porto, não queria estar à margem dos trabalhos revolucionários realizados na sua cidade, envolvendo os seus correligionários de há longos anos, liderados por um jovem jornalista, antigo regenerador e lisboeta.

Ora, qualquer crédito que a conspiração pudesse ter fora do círculo revolucionário foi seriamente posto em causa quando Henrique Santos Cardoso se juntou a Veiga e a Chagas. Descrito por este como “um homem de uma medíocre inteligência e de uma grande incultura”, era director da *Justiça Portuguesa*, um jornal de “escândalos de publicidade” feitos à custa das vidas privadas de membros reconhecidos da sociedade portuense. Pior ainda, Santos Cardoso nunca se livrou da suspeita de, em troca de dinheiro, chantagear os seus alvos com a ameaça de publicar as verdades inconvenientes destes.²⁴⁰

O que levou Alves da Veiga a associar-se a um indivíduo visto com tão maus olhos quer por republicanos quer por monárquicos? Santos Cardoso não era um seu desconhecido, pois começou em 1888 a participar publicamente na política republicana: encontramos-lo a presidir em Dezembro daquele ano a um comício anti-jesuítico.²⁴¹ O seu jornal era já referido em 1885 como sendo republicano. Para além do mais, já em Agosto de 1890, de sua própria iniciativa, começou a receber na sua casa sargentos da Guarda-fiscal.²⁴² Não sabendo o que fazer aos sargentos que iam à redacção da

Delta, 1986, cols.1472-1473. De referir ainda que em Janeiro de 1890 o nosso biografado foi nomeado representante Geral do Soberano Gran Consejo General Iberico para Portugal, uma obediência maçónica que em Espanha tutelava o Rito maçónico de Memphis-Mizraim. Veiga continuou a manter esta ligação no exílio, sendo membro honorário do Supremo Conselho. Vide a este respeito, António Ventura, «Uma obediência maçónica peninsular: O Soberano Gran Consejo General Ibérico e Portugal», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº16-17, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994, pp.27-28. Veiga viria a utilizar a loja do Grémio Independência para reunir os “delegados dos *comités militares*”. Entre esses delegados encontrava-se um alferes de cavalaria que serviu de delegado de Veiga e que em seu nome percorreu várias províncias e quartéis. Vide, João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.89.

²⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp.67-69.

²⁴¹ «O Clube de Propaganda do Norte», *O Radical*, Porto, nº41, 10 de Dezembro de 1888.

²⁴² Segundo Álvaro Dória, numa perspectiva que nós secundamos, “Alves da Veiga, na sua ideia fixa de fazer a revolução, por acreditar que uma vez feita logo se resolveriam os problemas angustiosos em que Portugal se debatia, não quis compreender que a sua aliança com Santos Cardoso só poderia comprometer-lo a ele, o idealista e homem de bem, que não se pejava de acamaradar com um homem daquele estofo moral.” Vide, *Movimentos políticos do Porto no século XIX*, Porto, Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, nº15/16, 1963, p.605. A título de curiosidade, num artigo datado de 1883,

República Portuguesa em busca de apoio prático para a feitura de uma revolução, e sabendo das suas actividades conspirativas, Chagas teve a ideia em Setembro de encarregar Santos Cardoso da agremiação dos sargentos: o que este energicamente fez, recebendo-os na sua casa para sessões de educação política, ou melhor, de republicanização, tendo em conta a diminuta formação política daqueles.²⁴³

Cardoso havia prometido aos sargentos, caso a república fosse instaurada, o galão de capitão e “trinta e seis mil reis para se fardarem”.²⁴⁴ Face a tais promessas, os sargentos, inflamados pelo desejo de obterem melhor remuneração²⁴⁵ e motivados pelo fervor patriótico dos republicanos, encontraram a justificação necessária para fazerem uma revolução. Ademais, o director da *Justiça Portuguesa*, tanto para ter um ascendente sob os outros conspiradores, quer para impressionar os sargentos, referia-lhes constantemente nomes de oficiais que haviam aderido à conspiração, com os quais estes ficavam seguros da boa fortuna da conspiração.²⁴⁶ Nas palavras de um oficial que conferenciou com Homem Cristo, Santos Cardoso havia “minado tudo. Ou eles [os sargentos] o têm *minado* a ele. Isso é que eu lhe não posso precisar”, pois talvez fosse “mais um instrumento deles do que eles um instrumento do Santos Cardoso.” Tudo isto tinha uma natural incidência na indisciplina que reinava nos quartéis.²⁴⁷

Logo, a adesão de Santos Cardoso, em Setembro, à revolução que se preparava, determinou em grande medida o seu insucesso. É que se a sua brejeirice o tornava simpático aos olhos de sargentos, cabos e restante soldadesca, a fama que o precedia

um republicano do Porto redigiu um conjunto de princípios de conduta pelos quais se deviam reger os republicanos. Um dos conselhos dados era “evitar a propaganda em indivíduos de maus costumes, ou que só aspirem ao advento da república para adquirirem meios de viver na ociosidade”. Vide, «O partido republicano no Porto», *O Século*, p.1.

²⁴³ Tome-se como exemplo o testemunho do sargento Joaquim Augusto Moutinho, pertencente ao regimento de infantaria 18. Afirma que nunca teve ideias políticas até Agosto de 1890, tendo sido o *Ultimatum* o catalisador da sua acção revolucionária, pelo que após ter regressado do cordão sanitário decidiu participar nas reuniões promovidas por Santos Cardoso, de modo a elucidar-se sobre “as bases do dito movimento revolucionário”. Vide a este respeito, Joaquim Augusto Moutinho, *As privações dum condenado político do 31 de Janeiro de 1891*, Santo Tirso, Editorial Ibis, 1991, p.22.

²⁴⁴ Francisco Homem Cristo, *Monárquicos e Republicanos: apontamentos para a histórica contemporânea*, Porto, Livraria Escolar Progrédior, 1928, p.154.

²⁴⁵ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.112. Segundo João Chagas, os sargentos reivindicavam ainda “a promoção a sargentos-ajudantes dos 1.ºs sargentos mais antigos” e a “reforma da promoção a 1.º sargento pelo curso da classe mediante exame”.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp.91-92; e Manuel Maria Coelho, «A revolta de 31 de Janeiro de 1891» em Luís de Montalvor, *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. I, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1930, p.351.

²⁴⁷ Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro*, p.82 e João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, pp.94-95.

tornava-o por contrário detestado pela média e alta oficialidade.²⁴⁸ Vários foram os oficiais que afirmaram não aderir à conspiração pela importância nela tida por Cardoso.²⁴⁹

Entretanto, enquanto este, espalhafatosamente, ia aliciando cada vez mais sargentos²⁵⁰, a partir de Setembro Alves da Veiga procurou organizar comités civis e comités militares nas províncias adjacentes ao Porto e nos quartéis existentes nestas.²⁵¹ A isto ajudou a “verdadeira rede de relações pessoais” possuída por Veiga, “que em toda a parte lhe permitia lançar sem demora as bases desses núcleos revolucionários”. Porém, os seus esforços foram postos em causa pelo facto da organização desses comités ter sido “feita sem plano e ao sabor das adesões que se iam oferecendo, ou solicitando”; e pela ingenuidade que o levava a tomar à letra as palavras daqueles que prontamente lhe diziam que aderiam à revolta.²⁵² Terá sido este excessivo optimismo

²⁴⁸ Segundo o testemunho de uma conversa que Homem Cristo teve com um oficial da guarnição do Porto, “esse [Santos Cardoso] não escreve, fala aos oficiais, mas quase a esmo, sem cuidado na escolha. Os mais hábeis ou os mais conscienciosos têm-lhe pedido garantias de êxito, que ele não lhes sabe dar. Os menos escrupulosos dizem-lhe, para se verem livres dele e *jogarem com pião de dois bicos*, que os previna quando chegar o dia da *coisa*. No dia da *coisa* escuso de lhe dizer que só aparecem depois dela feita. Você conhece o exército. Avalia os tipos a que me refiro. De forma que só lhe restarão, seguros, alguns patetas, e com patetas costuma-se dizer *que nem para o céu*. Revoluções com eles à frente é muito arriscar.” Foi devido a isto que, apesar de se terem realizado reuniões conspirativas com oficiais, a maior parte deles não compareceu no dia 31 de Janeiro na Praça D. Pedro, preferindo aguardar pelo desenrolar dos acontecimentos: no momento da verdade apenas compareceram o capitão Leitão, o alferes Malheiro e o tenente Coelho. Vide, *idem*, *ibidem*, p.81.

²⁴⁹ Esta situação agravou-se quando, face às negativas dos oficiais que interpelava, Santos Cardoso começou a atacá-los na *Justiça Portuguesa*, de modo a suscitar o ódio dos sargentos contra eles. Aconteceu até que, acompanhando Alves da Veiga a Braga, “certos elementos militares” se recusaram a falar com Cardoso. Vide, João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, pp.76-77. O caso mais paradigmático foi sem dúvida o do major Graça, o comandante da Guarda Municipal do Porto, que afirmou claramente a Alves da Veiga, na véspera dos revoltosos saírem para a rua, que participaria na revolta desde que Cardoso não fizesse parte da mesma, posto que em caso contrário não só não aderiria, como hostilizaria aquela: o que veio a suceder. Vide a este respeito, Álvaro Dória, *Op.cit.*, p.575.

²⁵⁰ Não deixa ser digno de nota que, apesar das missivas enviadas a vários oficiais – e de ter chegado a procurar em sua casa o capitão de cavalaria Domingos Correia, que no julgamento de Leixões foi o seu acusador, enquanto promotor de justiça – e do aparato que deveriam fazer os sargentos a irem para a sua casa, Santos Cardoso nunca tenha sido denunciado por ninguém. Aliás, a maior afinidade entre o 31 de Janeiro e o 5 de Outubro foi a quase indiferença de grande parte dos oficiais e tropas monárquicas à defesa do regime e a lentidão das tropas leais em esboçarem uma resposta aos revoltosos. Vide a este respeito, João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.74-75.

²⁵¹ Álvaro Dória narra a curiosa história de um Alves da Veiga, imerso no seu entusiasmo revolucionário, e visitando os quartéis “sem quaisquer precauções”, a ver-se obrigado a pernoitar num deles por se olvidar que estes tinham horas de entrada e saída. Vide a este respeito, Álvaro Dória, *Op. cit.*, pp.588-589.

²⁵² *Idem*, *ibidem*, p.63. Segundo Homem Cristo, “os decantados *comités* revolucionários do norte eram quase todos constituídos por homens que não exerciam influência nas povoações, nem pelo seu talento, nem pelo seu dinheiro, nem por outro qualquer meio. Eu de há muito que calculava isto pelo que se passava em Aveiro, onde os conspiradores tomaram muito a sério certos indivíduos do meu conhecimento, alguns sinceros, mas todos sem força para um acto importante. (...) 2 ou 3 estudantes aqui, 4 bacharéis acolá, meia dúzia de rapazotes atrevidos mas sem tino, uns comerciantes pacóvios, tudo de envolta com 1 ou outro empregado publico, com 1 ou outro sargento nas terras onde havia regimentos, com 1 ou outro proprietário de segunda ordem, constituíam os chamados comités revolucionários..” Reportando-se ao conflito entre Alves da Veiga e Emídio de Oliveira, já Marcos Guedes havia afirmado do primeiro que

que levou os conspiradores a definir como primeira data para a revolução o 18 de Outubro: uma data carregada de simbolismo, visto coincidir com o aniversário da execução de Gomes Freire de Andrade.²⁵³ A revolta foi depois adiada para 15 de Novembro, não se fazendo por hesitações de Elias Garcia, que “temia comprometer-se num desastre”. Novamente a revolta foi adiada para 1 de Dezembro, sempre sob protestos dos revolucionários do Porto, que consideravam longa a demora.²⁵⁴

Entretanto, em Lisboa – em data incerta - o Directório havia decidido finalmente tomar disposições no sentido de fazer uma revolução. Para isso Elias Garcia contou com o apoio de Francisco Homem Cristo, um tenente de Caçadores 2, que, independentemente do que ocorria no Porto, “andava angariando dinheiro e comprando armas de guerra, armas e munições, para a *revolução que o directório preparava*”.²⁵⁵ Para além disto, como seu representante, o Directório escolheu de entre os republicanos do Norte Basílio Teles, dando-lhe duas credenciais e autorizando-o a obter os recursos financeiros necessários para organizar no Porto um movimento oficial digno desse nome. Contudo, tais planos foram abortados quando Teles, em Outubro, tomou conhecimento da conjura encabeçada por Veiga e Chagas, passando a apoiá-la.²⁵⁶

Ora já desde Agosto que Elias Garcia e o restante Directório estavam em contacto com Alves da Veiga²⁵⁷ e Santos Cardoso, estando assim ao corrente do que se passava no Porto. Pela leitura dessas missivas constata-se, por outro lado, o ascendente que Santos Cardoso ia tendo sobre os outros conspiradores, o que se deveu sem dúvida à sua função de coordenação do elemento militar da revolta.²⁵⁸

Em finais de Novembro, o Directório decidiu enviar em Novembro ao Porto um seu delegado: José Jacinto Nunes. O objectivo deste seria “averiguar até que ponto eram autênticos os trabalhos revolucionários” e aconselhar “mais alguma paciência”. Nunes

“vê sempre as coisas pelo mais fácil, é ingénuo demais, parecendo que não”. Vide a este respeito, Francisco Homem Cristo, *Op. cit.*, pp.93-94; e Carta de Marcos Guedes a Manuel de Arriaga, Porto, 1 de Junho de 1885 in Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (orgs.), *Op. cit.*, p.245.

²⁵³ Álvaro Dória, *Op.cit.*, p.589.

²⁵⁴ Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro*, p.109.

²⁵⁵ Nunca se chegou a saber o destino desse armamento. Vide a este respeito, Francisco Homem Cristo, *Notas da minha vida e do meu tempo*, vol.V, p.23.

²⁵⁶ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.57-58.

²⁵⁷ Homem Cristo refere que Alves da Veiga veio por várias vezes a Lisboa para se encontrar propositadamente com Elias Garcia. Vide Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro*, p.73.

²⁵⁸ Após ter sido amnistiado em 1894, Santos Cardoso publicou várias cartas trocadas com Teófilo Braga – então membro do Directório – na *Justiça Portuguesa*. Dessas missivas ressalva-se a elevada consideração em que Teófilo tinha Santos Cardoso, daí concluindo Homem Cristo que Alves da Veiga tinha “outra representação, outro nome, outra inteligência e outra cultura. Era ele pois, naturalmente, o chefe do protocolo revolucionário. Mas o elemento activo, organizador e pensante era o Santos Cardoso”. Vide a este respeito, Francisco Homem Cristo, *Monárquicos e Republicanos*, pp.305-306.

resolveu convidar Francisco Homem Cristo para o acompanhar, sabendo que este se opunha ao que se preparava no Porto.²⁵⁹ Homem Cristo era o líder de uma facção – conservadora nos métodos mas radical nos princípios²⁶⁰ – que pretendia disputar a chefia do PRP com Elias Garcia, a quem criticava as constantes indecisões e a transigência com a política monárquica.²⁶¹

Homem Cristo e Jacinto Nunes chegaram ao Porto a 1 de Dezembro, só então descobrindo que a revolta estava programada para esse dia. Tentaram falar, sem sucesso, com Alves da Veiga (ausente “no Douro”, provavelmente em virtude dos seus trabalhos conspiratórios) e com Rodrigues de Freitas (então adoentado), pelo que foram recebidos por João Chagas, que os aconselhou a irem falar com Santos Cardoso. O oficial natural de Aveiro havia entretanto falado com um grupo de oficiais da sua confiança, que lhe confirmaram as suspeitas de que tudo “era uma revolta de sargentos, não por motivos políticos, simples pretexto, mas por motivo de promoções”, garantindo ainda “que escusavam assim de contar com a adesão dos oficiais.”²⁶²

Santos Cardoso, bastante exaltado pelos pedidos de Jacinto Nunes para que a revolta fosse adiada, mostrou a Homem Cristo cartas de Elias Garcia e Teófilo Braga pedindo-lhe pressa nos preparativos revolucionários, ao que Nunes retorquiu que isso “era para o caso de um movimento ter rebentado em época anterior. Agora tudo aconselha demora e prudência”.²⁶³ Seguro de si mesmo, Cardoso afirmou então ter cinco mil homens prontos no Porto prontos a marchar sobre Lisboa, revelando ter aliciado as guardas municipal e civil do Porto, assim como praticamente todas as guarnições do país, de

²⁵⁹ Cristo julgava inicialmente que Nunes era contra os conspiradores do Porto, mas mais tarde viria a descobrir que aquele apoiava a conspiração, tendo dela feito para o Directório um relatório bastante positivo. Vide a este respeito, idem, *ibidem*, p.308.

²⁶⁰ Manuel Maria Coelho – um dos tenentes do 31 de Janeiro e que havia fundado em 1881 o semanário republicano *Justiça* com Cristo – descreve-o como “inteligente, culto, audaz, mas violento, egocêntrico, imperioso, e dispondo de uma linguagem violenta e tão destemperadamente agressiva que intimidava os menos assustadiços. Essa maneira de ver desviava-o do convívio do maior número, e só o toleravam os mais acomodaticios ou os mais ambiciosos. (...) Ele diz que foi, é e será sempre republicano; mas a República seria o regime em que ele só mandasse e todos os cidadãos lhe obedecessem, porque, no seu pensar, é ele o único homem, em Portugal, com qualidades e todos os que divergissem das suas opiniões eram por ele tratados com a maior violência, com os epítetos mais ásperos.” Vide, Manuel Maria Coelho, *Op. cit.*, p.341.

²⁶¹ Apesar de ter chegado ao termo do seu mandato em Dezembro de 1888, o Directório de Elias Garcia não organizou um congresso para eleger uma nova chefia, optando por se manter ilegalmente no poder. Foi quando a facção liderada por Homem Cristo começou a manifestar mais veementemente a sua oposição a Elias Garcia que se deu a crise do *Ultimatum*, optando então aquele – em nome dos interesses do PRP – por fazer as tréguas com Garcia. Vide, Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro*, pp.18-22.

²⁶² Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro*, pp.61-89.

²⁶³ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.177.

Bragança até Santarém²⁶⁴. Irritado, “porque nesse homem detestado via o paisano a mover soldados”, Cristo lembrou-lhe que devido ao cordão sanitário nem cerca de dois mil soldados estariam no Porto, que muito dificilmente se podia coordenar com sucesso tantas tropas contra Lisboa, e que os oficiais de vários regimentos mencionados por Cardoso se opunham ao movimento.²⁶⁵

Regressado a Lisboa, o capitão de Infantaria foi célere em comunicar a Garcia a sua discordância pelo rumo que tomava a conspiração portuense.²⁶⁶ A resposta de Elias Garcia foi ambígua: “que também lhe parecia um erro fazer o movimento na época que os do Porto desejavam. Mas que, em última análise, se eles entendiam que a revolta devia rebentar desde logo é porque dispunham de elementos de triunfo. E neste caso era melhor deixar-lhes a responsabilidade. Que procedessem como entendessem.” Porém, ainda nesse mesmo mês de Dezembro, no dia 7, Chagas rumou a Lisboa para se encontrar com o Directório, confirmando este que apoiava os planos revolucionários e que faria todos os esforços para secundar em Lisboa qualquer revolta que se desse no Porto.²⁶⁷

A definitiva cisão entre Cristo e Garcia deu-se assim após o primeiro ter regressado a Lisboa. Movia-o o desejo de impedir a revolta portuense, pelas seguintes razões: considerava-a um fruto das aspirações corporativas dos sargentos, sem qualquer participação de oficiais, e que por isso punha em causa a hierarquia do exército e a disciplina do mesmo; julgava ainda que deflagraria num momento extemporâneo, pois a

²⁶⁴ O que pelo menos no caso de Santarém era verdade. Tendo travado contacto com um militar mais tarde transferido para Santarém, o capitão Palla (que viria a ser um dos revolucionários do 5 de Outubro de 1910), Alves da Veiga chegou a dirigir-se à cidade escalabitana, tendo aí realizado uma reunião onde expôs a outros oficiais o plano da revolução organizada no Porto. Segundo o testemunho do capitão Palla, o próprio comandante de artilharia 3, coronel António Cândido da Costa, tinha conhecimento do movimento que se projectava. Tendo sido avisado no dia 30 de que a revolta estava iminente, Palla combinou com um outro capitão, Nazaré, sublevar o regimento quando recebessem ordens do Porto, para tal contando com o apoio de um “belo grupo de sargentos”. No entanto, no dia 31 não chegaram nenhuma ordens pelo que os capitães se conservaram inactivos. Vide, *O Século*, Lisboa, nº10363, 18 de Outubro de 1910, p.1.

²⁶⁵ Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro*, pp.79-89.

²⁶⁶ “Disse-lhe que não compreendia como ele, um oficial, deixava tramar-se livremente uma revolta de sargentos, que tão funesta havia de ser à disciplina do exercito, ainda que vingasse, o que não se me afigurava nada provável por lhe faltar o elemento inteligente e de coesão. Que me parecia impossível que ele desse autoridade a Santos Cardoso para proceder, como procedia, em nome do directório. Que na conspiração havia maltrapilhos de tal ordem, que a republica, admitindo a hipótese do movimento triunfar, saíria dele cheia de lama. Que eram fantásticas as adesões que Alves da Veiga esperava dos corpos da província.” Vide, Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro*, pp.88-89.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, pp.75-78 e João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, pp.146-149. Se nas cartas que Teófilo trocava com Cardoso se depreendia que Garcia apoiava os revolucionários do Porto, também é verdade que este disse a Homem Cristo “que não repelia os conspiradores porque seria perder elementos. Que em todas as revoluções tinha havido maltrapilhos. “

novel República ver-se-ia afogada nas não resolvidas crises financeira e ultramarina²⁶⁸; considerava que a conspiração portuense contribuía para a dissolução da autoridade do Directório²⁶⁹; por último, temia ser ultrapassado nos seus próprios preparativos revolucionários por uma revolução liderada por um Santos Cardoso. Apesar de tudo isto, Cristo não era contra uma revolução republicana, mas contra aquela chefiada por Alves da Veiga e Santos Cardoso.²⁷⁰ Deste modo, logo tratou de conseguir convocar um congresso ordinário (o 4.º da história do PRP), que se realizou entre 4 e 6 de Janeiro e donde saiu um Directório constituído por si mesmo, Manuel de Arriaga, Azevedo e Silva, José Jacinto Nunes, Teófilo Braga e Bernardino Pinheiro (os últimos três transitaram do Directório de Elias Garcia).

Entretanto, foi apenas entre Dezembro e Janeiro que Veiga se decidiu a encontrar uma alta patente que quisesse liderar a revolta, para o que contou primeiro com o general Sebastião Calheiros, de Viana do Castelo. Porém, este, numa ida a Lisboa (em busca de oficiais que o pudessem ajudar nos preparativos militar para a revolta), foi alertado por “alguns elementos republicanos” de Lisboa, para o perigo da revolta provocar uma invasão espanhola. Não espantou assim que, aquando do dia 31, ainda se aguardasse que o “general Calheiros se dissesse pronto a tomar a chefatura do movimento.”²⁷¹

Ora, desde inícios de Janeiro que no Porto ninguém ignorava já que se preparava uma revolta republicana, para o que contribuiu a escalada de tom dos jornais de Santos Cardoso e João Chagas, que em sucessivos artigos aludiam à proximidade de uma revolta republicana. A oposição do novo Directório à revolta não demoveu os conspiradores dos seus intentos, pelo que Alves da Veiga e os sargentos continuaram em contacto com Elias Garcia (mantendo-se ainda Santos Cardoso em contacto epistolar com Teófilo Braga), passando o ex-chefe do Directório a ver na conspiração portuense uma forma de minar o poder de Homem Cristo dentro do PRP: em caso de sucesso este seria desautorizado pela sua oposição aos conspiradores e em caso de insucesso seria

²⁶⁸ Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro*, pp.75-78.

²⁶⁹ Considerava-o “gasto e desprestigiado. Esta circunstância fazia com que cada um procedesse como entendesse. Cada cabeça, cada sentença. E como as cabeças eram péssimas, as sentenças saíam na devida proporção. Os conventículos e os chefes multiplicavam-se.” Vide, Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos de 31 de Janeiro*, p.39; e Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, p.47.

²⁷⁰ Francisco Homem Cristo, *Monárquicos e Republicanos*, pp.373-374.

²⁷¹ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.222.

tomado, enquanto membro e figura mais visível do Directório, como culpado pelo governo de João Crisóstomo.²⁷²

Entrementes, como aquando da última ordem do exército não havia aspirantes para serem promovidos a oficiais, foram ao invés disso promovidos três primeiros-sargentos (por lei deviam ser promovidos dois aspirantes e um 1.º sargento). De modo a compensar os aspirantes, o governo de João Crisóstomo decidiu em Janeiro promover ao posto de alferes três aspirantes, o que deu imediatamente azo à ousadia reivindicativa dos sargentos, logo expressa no seu jornal *O Sargento*: “Para o governo, para a situação, é irremediável a queda; para nós é certa a vitória.”²⁷³ Foi então que os sargentos da guarnição de Lisboa fizeram circular por todos os corpos de infantaria e caçadores uma petição que devia ser assinada individualmente pelos primeiros-sargentos desses corpos, para depois ser remetida ao parlamento. A petição pretendia contestar a decisão do governo de João Crisóstomo e foi discutida pelos sargentos do Porto numa reunião realizada na rua do Laranjal, no dia 24 de Janeiro. Dessa reunião decidiram os sargentos redigir um ultimato ao governo, em que ameaçavam revoltar-se. Aconteceu, no entanto, que um dos sargentos denunciou o ocorrido ao capitão Sarsfield (do regimento de infantaria 18), entregando-lhe até uma cópia do documento, que estava assinada por vários dos seus camaradas de armas. Informado, o governo logo tratou de dar ordem de transferência a vários dos envolvidos na revolta. As transferências principiaram no dia 27, nelas se incluindo a do alferes Trindade, que havia presidido à reunião da rua do Laranjal.²⁷⁴

Temendo ver fracassar os seus esforços conspirativos pela acção do governo, exasperados com os sucessivos pedidos de adiamento feitos por Alves da Veiga e Santos Cardoso e julgando-se assim enganados por estes dois chefes republicanos, os sargentos decidiram então antecipar a revolta para o dia 29, não querendo esperar pela data previamente decidida por Elias Garcia. Foi o nosso biografado que conseguiu adiar a revolta para o dia 31. Os sargentos haviam agora tomado definitivamente o comando

²⁷² Heliodoro Salgado, *Op. cit.*, pp.124-5. Heliodoro Salgado, residente em Lisboa, tratou de escrever ao seu irmão Augusto - um dos sargentos envolvidos na conspiração portuense - “suplicando-lhe que, para salvarmos a Revolução em perigo, influísse ele nos seus camaradas para que permanecessem fiéis a Elias Garcia, cuja junta continuava a funcionar.”; Francisco Homem Cristo, *Monárquicos e Republicanos*, p.285.

²⁷³ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, pp.113-114.

²⁷⁴ Desse texto apenas nos chegaram as seguintes palavras: “e as armas que nos foram entregues para defesa das instituições, voltá-las-emos contra elas”. Idem, *ibidem*, pp.118-130.

dos acontecimentos e retirado ao elemento civil da revolta qualquer real capacidade decisória.²⁷⁵

A partir daqui tudo se precipitou. Aquando de uma ida a Lisboa, Alves da Veiga havia dito a Manuel de Arriaga que seria muito difícil demover os sargentos dos seus intentos. O Directório emitiu então a 25 de Janeiro uma circular em que prevenia “os nossos correligionários para que abandonem ao seu isolamento egoísta qualquer grupo perturbador, que anteponha à majestade dos princípios o fetichismo de personalidades, e aos interesses da propaganda as vantagens dos lucros económicos”. Movia o Directório o medo de que o governo já soubesse de tudo e das eventuais consequências para o PRP.²⁷⁶

Sob a pressão do tempo, constataram-se então as frágeis bases sob as quais assentava a revolta de 31 de Janeiro e o papel predominante que nela os sargentos tinham. Isto ficou agravado pelas dificuldades em arranjar um chefe militar para comandar os revoltosos. Falhada a hipótese do general Sebastião Calheiros liderar a revolta, Veiga, no dia 30, procurou o aposentado general Correia da Silva, que se comprometeu a tomar o comando até aparecer outro oficial de alta patente onde pudesse delegar tal fardo, ou se os oficiais encarregados de comandar as tropas o aceitassem como comandante dos insurgentes.²⁷⁷ Indeciso por não encontrar entre os conspiradores tantos oficiais como o previsto, o general nunca saiu para a rua.²⁷⁸

²⁷⁵ Heliodoro Salgado, *Op. cit.*, pp.126-127. Salgado salienta que Santos Cardoso tinha nesta altura perdido já grande parte do prestígio de que gozara inicialmente junto dos militares, pois, ao pretender assegurar os sargentos do sucesso da revolta, “os iludia com fantásticas adesões de oficiais e generais mais fantásticos ainda.” Só que os sargentos “não tinham o espírito tão crédulo que não percebessem o embuste, e de aí nascera a desconfiança de que estavam sendo burlados *em tudo*. Esta predisposição não deve ter concorrido pouco para que eles se recusassem, na sua última reunião, a escutar as razões do adiamento que lhes eram apresentadas. Dois dias antes, recebera eu, como opinião de 40 sargentos da guarnição do Porto, uma carta da qual corto este período: «Não estamos muito para brinquedos de crianças, e parece que como tais é que nos têm tratado os chefes de aqui”.

²⁷⁶ Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro*, pp.101-106; e João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.223. Dois dias depois, Homem Cristo fez sair, no jornal *Debates*, um artigo intitulado “Uma prevenção”, em que movia um ataque pessoal a Alves da Veiga e a Santos Cardoso: pedindo aos republicanos que não dessem crédito “a dois indivíduos que actuavam sem autorização do PRP” e acusando-os de urdir uma revolta em nome do governo.

²⁷⁷ João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.236.

²⁷⁸ António Claro, *Memórias de um vencido... que são a pintura fiel, quanto possível, das minhas recordações desde 1882 a 1921*, Porto, Livraria e Imprensa Civilização, 1924, p.103. A inexistência de um “centro de comando” impediu que fossem às várias reuniões realizadas no dia 31 a instâncias do general Correia da Silva todos os oficiais envolvidos na conspiração: apenas dois lá foram, um alferes da Guarda-fiscal e o capitão Leitão. A título de exemplo, o tenente Manuel Maria Coelho, que havia assistido a várias reuniões de oficiais, soube num café que a revolta iria dar-se no dia seguinte, posto que foi ao Grémio Independência encontrar-se com Alves da Veiga e Santos Cardoso para confirmar o que lhe haviam dito. Aí encontrou-os a redigirem avisos aos oficiais do regimento de infantaria n.º10, pedindo-lhes para comparecerem “às 3 horas da madrugada no Campo da Regeneração”. Vide a este respeito, João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.236-243.

No dia 30, Alves da Veiga manifestou a João Chagas – então preso por ter violado a lei da imprensa - o seu desnorreamento por pressentir as consequências da irreflexão dos sargentos e nada poder fazer para os contrariar.²⁷⁹ Mesmo assim, conseguiu ainda avisar tanto Elias Garcia (comunicando que contra a sua vontade o dia da revolta havia sido antecipado e pedindo-lhe que fizesse Lisboa secundar o movimento, fazendo levantar um ou dois regimentos) como os estudantes de Coimbra da iminência da revolta. Elias Garcia ainda enviou um sargento com instruções para impedir a insurreição, mas este chegou tarde de mais ao Porto.²⁸⁰

Os dias que antecederam o 31 de Janeiro ficaram assim marcados por uma total transparência anárquica dos trabalhos conspirativos: qualquer indivíduo podia entrar numa reunião conspiratória e qualquer transeunte tinha conhecimento dos mais ínfimos pormenores do que se tramava.²⁸¹ O próprio governador civil do Porto, Joaquim Taibner de Moraes, soube no dia 30 do que se preparava devido a um seu amigo que tinha ouvido dois sargentos a conversar na rua. Foram então logo prevenidos o major Graça (o comandante da Guarda Municipal), o coronel Lencastre e Meneses (o comandante do quartel de infantaria 18 que viria a conseguir impedir a adesão do seu regimento à revolta) e a polícia civil. Curiosamente, os comandantes dos regimentos de infantaria 10 e caçadores 9 não foram avisados, o que ajuda a explicar que estes dois corpos tenham saído quase na sua totalidade na madrugada de 31 de Janeiro para a rua.²⁸²

1.4.4. O malogro da revolta e a fuga de Alves da Veiga para o exílio

De tudo o que atrás foi exposto derivou que a 31 de Janeiro tivesse saído para a rua uma “sargentada” com um invólucro republicano.²⁸³ A componente corporativa da

²⁷⁹ Idem, *ibidem*, p.229.

²⁸⁰ António José de Almeida, *Desafronta: história d' uma perseguição*, Coimbra, Livraria Moderna, 1895, p.62; e Fernando de Sousa, «A maçonaria do Porto e a revolta republicana de 1891», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, 1991, p.401.

²⁸¹ Veja-se o caso de António Claro, então um jovem advogado do Porto. Por mero acaso foi nomeado advogado de João Chagas – aquando do julgamento deste por ter infringido a lei de imprensa, realizado no dia 30 – que o convidou a participar na revolta, ao que ele anuiu. Do seu testemunho sobressai a imagem do papel apagado de Alves da Veiga na véspera da revolta, em contraste com a sobrançeria de Santos Cardoso. Vide a este respeito, António Claro, *Op. cit.*, pp.95-112.

²⁸² Jorge de Abreu, *A Revolução Portuguesa. O 31 de Janeiro*, Lisboa, Quipu, 2003, p.84.

²⁸³ Segundo a terminologia utilizada por Vasco Pulido Valente, podemos classificar o 31 de Janeiro como um “motim”: “a desobediência colectiva das praças e oficiais inferiores de uma unidade, com propósitos corporativos ou políticos”. Em Portugal, esta é uma categoria respeitante a acções em que “os propósitos políticos não eram geralmente muito claros e não se subordinavam a um plano de acção preciso.” Vide, Vasco Pulido Valente, *Os militares e a política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997, pp.9-10.

revolta foi ainda mais acentuada pelo facto de, na altura, o país jazer “de novo na mais completa tranquilidade, depois de ter recebido sem protesto o convénio provisório com a Inglaterra”²⁸⁴; e porque a celeridade dos acontecimentos impediu que os comités civis e militares da província entrassem em acção. Não existiam quaisquer planos pós-revolucionários, esperando-se que os restantes quartéis espalhados pelo país aderissem à causa dos revoltosos. Nas palavras de Basílio Teles, as tropas “saíram sem saberem para onde e contra quem”. Na prática, as movimentações tanto de militares como de civis foram emuladas da revolução de 24 de Agosto de 1820 – desde a escolha do Campo de Santo Ovídio como ponto de encontro para os revoltosos até à proclamação da República nos Paços do Concelho - facto que Basílio Teles asperamente criticou, pois ao contrário de 1891, em 1820 os revoltosos contavam com o apoio de toda a cidade do Porto.²⁸⁵ A própria inépcia conspirativa dos organizadores do 31 de Janeiro impediu que o operariado do Porto fosse envolvido na conjura e tomasse parte na revolta, o que contesta a visão do 31 de Janeiro como sendo um movimento de base popular. Para esta noção concorre o facto da maioria dos militares revoltosos pertencer às mais baixas patentes da hierarquia militar, o que na verdade se deveu mais à incapacidade dos conjurados em aliciar com sucesso oficiais do que a qualquer programa político premeditado.

Ora, como é sabido²⁸⁶, sublevaram-se os regimentos de Caçadores nº9, infantaria nº10, parte do 18 e parte da Guarda-fiscal. Todas estas tropas foram comandadas por apenas três oficiais: o capitão António Amaral Leitão, o tenente Manuel Maria Coelho e o alferes Augusto Rodolfo Malheiro. Após terem falhado a sublevação do quartel de infantaria nº18, os revoltosos dirigiram-se para a praça D. Pedro, onde se procedeu à proclamação da República. Daí, misturados com os populares, seguiram pela estreita rua de Santo António acima. No topo desta rua estava entrincheirada a Guarda Municipal, que abriu fogo e desfez as colunas dos insurgentes. Estes resistiram ainda nos Paços do Conselho mas foram desalojados das suas posições pela artilharia da Serra do Pilar, pondo assim fim à revolta.

Militarmente, as acções dos revolucionários reflectiram a falta de uma verdadeira chefia militar que fizesse cumprir um plano de acção – inexistente - que levasse à adesão de todas as forças hostis ou indecisas, que garantisse o controlo das

²⁸⁴ Basílio Teles, *Op. cit.*, pp.240 e 270-271.

²⁸⁵ Idem, *ibidem*, pp.292-293.

²⁸⁶ Vide para uma descrição pormenorizada das movimentações militares no 31 de Janeiro de 1891: João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, pp.271-369.

comunicações (nomeadamente o telégrafo, essencial para assegurar as comunicações com os conspiradores localizados na província), o municionamento e até a alimentação das tropas revoltosas. Não se prenderam assim as chefias militares que foram interpelar os revoltosos a deporem as armas (caso do subchefe do Estado Maior, o tenente-coronel Magalhães) e não se tomou pela força o quartel de infantaria n.º18, que se manteve hostil aos insurgentes, deixando-se que a Guarda Municipal, a artilharia da Serra do Pilar, o regimento de infantaria n.º18 e o regimento de cavalaria n.º6 estivessem em condições de os cercar.²⁸⁷ Tacticamente, foi fatal a decisão do capitão Leitão de enveredar pela estreita rua de Santo António: deixando que a população se misturasse com os militares, e não disparando contra a Guarda Municipal (convencido que esta estava do lado dos revoltosos). Seguiram-se os disparos desta e a desorganização dos revoltosos, cujas fileiras foram desconjuntadas pelo povo em fuga.²⁸⁸ Cerca de oitocentos homens, com formação e treino militares, foram assim derrotados pelos quatrocentos homens da Guarda Municipal, a que se acrescentou a bateria de artilharia da Serra do Pilar.²⁸⁹

Por sua vez, desde o início da revolta que o elemento civil da revolta esteve falho de liderança, visto que tanto Alves da Veiga como Santos Cardoso não deram as ordens necessárias a que os comités civis encarregados de prender o governador civil e o comissário geral da polícia entrassem em acção.²⁹⁰ Todos os testemunhos são unânimes ao descreverem a desorientação de Alves da Veiga ao longo da revolta. O seu único momento de destaque foi quando proclamou - eram cerca de sete horas da manhã - dos Paços do Concelho a República (tendo sido hasteada para tal efeito uma bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro).²⁹¹ Porém, o seu longo e inaudível

²⁸⁷ Basílio Teles, *Op. cit.*, pp.269-279.

²⁸⁸ António Claro, baseado num testemunho de Miguel Verdial, afirma que a decisão das tropas irem pela rua de S. António devia-se à intenção do capitão Leitão e do tenente Coelho irem-se entregar ao Quartel-General. Apenas o alferes Malheiro protestou, alegando que seria melhor dividir as forças para cercar a Guarda Municipal. Vide, António Claro, *Op. cit.*, p.104.

²⁸⁹ Rui Ramos, *D. Carlos: 1863-1908*, p.74.

²⁹⁰ Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro*, pp.191. Homem Cristo, com base num testemunho de Dionísio Santos Silva (um industrial que ajudou a financiar o jornal *República Portuguesa* de João Chagas), afirma que Veiga e Cardoso se tentaram eximir às suas responsabilidades: “Ninguém tornara a ver, depois da meia-noite, nem Santos Cardoso nem Alves da Veiga. Debalde os procuravam. Onde estão, onde estão? Era a pergunta, sem resposta, que saía de todas as bocas. Afinal descobriram-nos numa casa da rua da Lapa. Trouxeram-nos. Mas, pálidos, abatidos, não eram homens, eram sombras de homens. No momento em que chegavam caía, a golpes de machado, a porta do quartel do lado da Lapa. Sem entusiasmo, nenhum dos dois soube empregar palavras eloquentes ou persuasivas junto do comandante do corpo.”

²⁹¹ Segundo Basílio Teles, “o discurso pronunciado por este chefe civil do movimento, daquelas eminências sagradas e que, segundo presumimos, ninguém possuía na íntegra, a não ser o próprio orador, estigmatizava, em substância, os erros e os crimes da Monarquia e dos monarcas de todos os tempos e países, enaltecia as vantagens e as virtudes da democracia, declarava abolida a dinastia de Bragança, proclamava, em substituição dela, o regime republicano, e concluía pedindo a aprovação do Exército e do

discurso motivou o descontentamento dos militares e dos civis que assistiam à improvisada cerimónia, levando a que Felizardo Lima o mandasse calar e que o actor Miguel Verdial lhe arrancasse das mãos a lista que continha os elementos constituintes do Governo provisório para a ler ele próprio.²⁹² Essa lista fora redigida minutos antes por Alves da Veiga, de forma improvisada, pelo que não espantou que os indivíduos que dela faziam parte viessem depois negar que tivessem participado na revolta (entre os quais Rodrigues de Freitas).²⁹³ Por fim, Dionísio Santos Silva refere que após a proclamação da República e antes dos revoltosos subirem a rua de Santo António, “apanhou” Alves da Veiga e Santos Cardoso a tentarem fugir, posto que estes, confrontados com a sua cobardia, se juntaram novamente à coluna insurgente. Quando se deu o tiroteio entre os insurgentes e a Guarda Municipal na rua de Santo António o mesmo Santos Silva afirma ter visto Alves da Veiga repetindo incessantemente “estamos desgraxados, estamos desgraxados”. Alegadamente, o nosso biografado terá depois trocado de chapéu com um popular e fugido.²⁹⁴

A rede de contactos que o revolucionário izedense possuía na província, que tão útil lhe foi para conspirar mas não para revolucionar, permitiu-lhe igualmente fugir para o exílio, escapando assim à perseguição das autoridades e aos julgamentos militares de Leixões, que se realizaram entre 27 de Fevereiro e 14 de Março. Nestes foram julgados 480 indivíduos, sendo condenados 2 oficiais, 7 civis, 22 sargentos e 237 cabos e soldados. Elucidativo da deficiente politização republicana dos julgados e dos motivos

povo para a lista dos nomes que deviam compor o governo provisório”. Vide, Basílio Teles, *Op. cit.*, pp.272-273. Para uma representação gráfica da bandeira republicana hasteada nos Paços do Concelho vide, João Chagas e Ex-Tenente Coelho, *Op. cit.*, p.350.

²⁹² Paradoxalmente, Alves da Veiga até era apreciado pela sua capacidade oratória. Dele, a propósito de um comício feito por ocasião do falecimento de Leon Gambetta se escreveu que “une a uma facilidade de expressão e a uma fluência de palavra pouco vulgar uma ilustração científica e uma amplitude de pontos de vista que não é trivial nos nossos homens de direito.” Pelo que a recepção do público aos seus discursos é sempre descrita em tons encomiásticos: “O auditório rompeu por vezes em explosões de aplausos, cobrindo-o de palmas e de aclamações quando ele terminou o seu admirável discurso”. Vide, *O Século*, Lisboa, nº646, 16 de Fevereiro de 1883, p.2. Por outro lado, a erudição colocada por Veiga nos seus discursos constituiu motivo para que aquando de um outro discurso proferido nas salas do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto, igualmente a propósito do falecimento de Gambetta, o correspondente de *O Século* no Porto escrevesse que Veiga “pronunciou um discurso magistral e tão complexo, que dificilmente dele poderemos dar um resumo final”. Julgamos assim que a combinação desta “excessiva erudição”, com o nervosismo de ocasião tão solene, terão sido as causas para a má recepção que o discurso de Veiga recebeu na madrugada de 31 de Janeiro de 1891. Vide, *O Século*, Lisboa, nº623, 19 de Janeiro de 1883, pp.1-2.

²⁹³ *Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891. Os Conselhos de guerra e respectivas sentenças. Relatórios publicados pelo Comércio do Porto*, Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1891, p.22; Fernando de Sousa, *O Porto e a Revolta do 31 de Janeiro*, p.33; Jorge Fernandes Alves, «Rodrigues de Freitas: entre a “Janeirinha” e o “31 de Janeiro”», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, 1991, pp.377-378.

²⁹⁴ Francisco Homem Cristo, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro*, pp.191-199.

que presidiram à revolta foi o facto de apenas três deles se terem declarado nos julgamentos militares partidários da mesma. Santos Cardoso acabou por ser condenado a 4 anos de prisão e oito de degredo, João Chagas a 6 anos de degredo, o capitão Leitão a 20 de anos de degredo, e o tenente Coelho a 5 anos de degredo.

Foi com a ajuda de João Pedro de Sousa Campos, um republicano da Póvoa do Varzim, que Veiga, a 19 de Fevereiro, fugiu por via marítima até ao porto espanhol de La Guardia. Daí rumou para Paris, onde iniciou o seu exílio de dezanove anos, não regressando a Portugal até 1910.²⁹⁵ Outros envolvidos no 31 de Janeiro também se exilaram: os casos de António Claro, Basílio Teles e José Pereira de Sampaio (Bruno).

Apesar do seu fim inglório e de oficialmente o PRP dele se ter demarcado, o 31 de Janeiro de 1891 – sendo a primeira insurreição republicana portuguesa - rapidamente ocupou um lugar de destaque no imaginário do republicanismo português, obtendo os seus protagonistas a aura de mártires. Mais importante ainda, se o malogro do 31 de Janeiro levou ao retraimento e desorganização das forças republicanas nos anos que se lhe seguiram, ajudou no entanto a criar as condições para que a velha geração de republicanos evolucionistas fosse substituída por uma nova geração *activa* de republicanos determinada a conquistar o poder pela via revolucionária, o que viria a ocorrer definitivamente a 5 de Outubro de 1910.

1.5. O exílio político, a travessia do deserto e a implantação da República (1891-1910)

1.5.1. O *Manifesto dos Emigrados*

Apesar das informações de que dispomos relativamente ao exílio de Alves da Veiga serem bastante escassas, sabemos que após a sua atribulada fuga, permaneceu entre Fevereiro e – o mais tardar - Abril de 1891 em Madrid, de onde rumou para Paris, e mais tarde para Bruxelas, onde se estabeleceu, e de onde regressou a Portugal apenas em 1910, já após a revolução do 5 de Outubro.

²⁹⁵ Para uma descrição pormenorizada e ilustrada da fuga de Alves da Veiga de Portugal, vide, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n.º293, 2 de Outubro de 1911, pp.420-421.

No rescaldo do 31 de Janeiro, a principal preocupação de Alves da Veiga foi a de ajudar os seus camaradas de armas exilados – “olhar por eles, fazer com que nada lhes faltasse” - não deixando de envidar os seus haveres com tal propósito.²⁹⁶

À ajuda material juntou-se então a necessidade de buscar a justiça e vingança espiritual dos emigrados, face às notícias propagadas pela imprensa monárquica portuguesa de que os republicanos portuenses apenas tinham agido por oportunismo financeiro. Foi com esse fito que José Pereira de Sampaio redigiu um documento aglutinador dos sentimentos de abandono, incompreensão, e injustiça sentidos pelos emigrados, que tomou o nome de *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*.²⁹⁷ A Alves da Veiga foi dada co-autoria do manifesto, dada a sua condição de líder revolucionário. Terminado em Abril, e originalmente pensado para ser impresso em Madrid – onde se encontrava o grosso dos emigrados – com a ida de Sampaio para Paris foi lá que foi tipografado, em Maio, graças à ajuda de Alves da Veiga, que já lá havia chegado há alguns meses. O manuscrito chegou a ser enviado para Portugal, mas face à recusa das tipografias em imprimi-lo – com medo de represálias das autoridades – não se levou tal projecto avante.

Rejeitando o epíteto de revolta “anti-patriótica” dado ao 31 de Janeiro pela imprensa monárquica, o manifesto aponta precisamente o *Ultimatum* como a causa originadora do movimento portuense, baseando este num instinto patriótico de salvação do país do governo de uma dinastia e de um regime que o havia entregado ao seu inimigo – a Inglaterra. Nega por isso que do sucesso das acções dos revolucionários pudesse Portugal ser anexado pela Espanha.

A dimensão de derrota do 31 de Janeiro é assim menosprezada, preferindo-se exaltar o dever de vingar a honra de um país humilhado internacionalmente, a atingir a bancarrota economicamente, e a ser abandonado pelo seu povo, que preferia emigrar. Por isso, para Sampaio, o movimento, “militar e definitivamente político” mas “genuinamente democrático”, assumia um carácter “de salvação nacional”, que contou no Porto com o apoio popular. Apesar de militar, Sampaio nega que a revolta tivesse por fim satisfazer as pretensões financeiras das tropas²⁹⁸, e refere-se ao paradoxo

²⁹⁶ «Alves da Veiga», Sebastião de Magalhães Lima, *Op. cit.*, p.55.

²⁹⁷ José Pereira de Sampaio e Alves da Veiga, *Manifesto dos Emigrados da Revolução Portuguesa do 31 de Janeiro de 1891*, Paris, Imprimerie Schiller, 1891.

²⁹⁸ Sampaio afirma que “na noite famosa que precedeu o acontecimento, se deixara bem assinalado que, na hipótese da vitória, nenhum dos militares revolucionados teria a mais somenos promoção ou o mais

patente nas declarações da imprensa portuguesa de que os sublevados pretendiam saquear o Porto, quando os periódicos estrangeiros relevavam o carácter patriótico do movimento.

Face à impossibilidade de “se substituírem as instituições por via parlamentar”, o 31 de Janeiro abria assim uma nova etapa da vida política portuguesa, confirmando que a República constituía a única solução passível de salvar o país de uma “catástrofe irremediável”.²⁹⁹

Texto emotivo e bastante ácido nas suas críticas, o *Manifesto*, apesar do natural enviesamento da análise que faz do 31 de Janeiro, não deixa de ser uma ferramenta útil para compreender as motivações dos revolucionários civis, que não se devem confundir no entanto, como atrás ficou exposto, com as dos revolucionários castrenses.

1.5.2. Da travessia do deserto até ao 5 de Outubro (1891-1910)

São escassas as notícias de que dispomos do exílio de Alves da Veiga em Paris e Bruxelas. Referenciado pelos seus contemporâneos como sendo um homem desafogado financeiramente, não julgamos que lhe tenha sido (pelo menos financeiramente), ao contrário dos restantes emigrados, difícil adaptar ao exílio. Esta não era igualmente a primeira vez que estivera em Paris. Em 1890, e juntamente com Magalhães Lima, Veiga viajou em Julho para a capital francesa, de onde depois aproveitou ainda para visitar Londres.³⁰⁰

Segundo o redactor principal do *Século*, o exilado transmuntano “principiou por ser professor da língua portuguesa no liceu Condorcet”, para depois exercer a actividade de “advogado consultor dos consulados português e brasileiro.” A sua condição de líder do primeiro movimento revolucionário republicano ocorrido em Portugal ter-lhe-á igualmente aberto algumas portas. Magalhães Lima afirma que Veiga manteve relações “com algumas das mais gloriosas personalidades francesas.” O caso de Léon Bourgeois³⁰¹, que lhe dispensou “sempre a mais subida consideração”, para além de

ínfimo benefício, de qualquer género que fosse.” Contudo, em caso de sucesso, a República do 31 de Janeiro estaria bastante dependente das forças militares que a haviam erguido, pelo que este pacto verbal mencionado por Sampaio seria sempre de difícil cumprimento. Idem, *ibidem*, p.14.

²⁹⁹ Idem, *ibidem*, pp.1-29.

³⁰⁰ Vide «Republicanos portugueses em Paris», *O Século*, Lisboa, nº3036, 21 de Julho de 1890, p.1; e também «Alves da Veiga», *O Século*, Lisboa, nº3056, 10 de Agosto de 1890, p.2.

³⁰¹ Um republicano francês (1851-1925), possuidor de uma longa e rica carreira política. Depois de ter ocupado várias prefeituras (Reims, Tarn, Seine, Haute-Garonne), passou a partir de 1890 por quase todas as pastas ministeriais existentes: Interior, Instrução Pública, Negócios Estrangeiros, Estado e Trabalho.

outros que o tinham “na conta de um estudioso e de um pensador muitíssimo apreciado.” E referia ainda que a situação do izedense em Paris “não pode senão consolar-nos e encher-nos de um legítimo orgulho, por haver portugueses da sua estatura que levam a boa nova ao estrangeiro, e que contrastam singularmente com a nossa diplomacia avariada e medíocre.”³⁰²

Recusou sempre regressar a Portugal, mesmo após a amnistia de 1900.³⁰³ E ao contrário do que é muitas vezes referido³⁰⁴, não regressou a Portugal em 1910 antes do 5 de Outubro para concorrer às eleições para deputados de Agosto desse ano.³⁰⁵ Apesar de nestas eleições o seu nome ter sido efectivamente incluído na lista republicana como candidato pelo Porto³⁰⁶, Veiga estava então em Bruxelas, onde residia. O seu exílio longo de vinte anos, as relações criadas em França e na Bélgica, e o “convívio com advogados e financeiros franceses”³⁰⁷, serviram para prestar um importante contributo para o sucesso da revolta do 5 de Outubro.

Com efeito, José Relvas, em representação dos conjurados do 5 de Outubro (agrupados em duas comissões: civil e militar), fora incumbido no Congresso do PRP de Abril de 1910, juntamente com Sebastião de Magalhães Lima e Alves da Veiga, de auscultar e garantir o apoio da opinião pública moderada francesa, belga e inglesa e dos governos inglês e francês quanto a uma eventual revolução republicana em Portugal: ou seja, se reconheceriam o novo regime ou se lhe seriam hostis. Os contactos estabelecidos com a imprensa francesa (*Le Siècle*, *L'Economist*) e inglesa (*Times*, *Economist*) tiveram especial importância na prossecução destes objectivos. Com efeito, os jornais franceses escreveram, com autorização de Relvas, que o PRP iria respeitar todos os compromissos legais de Portugal contraídos com potências estrangeiras, o que terá contribuído para tranquilizar os governos estrangeiros quanto ao carácter moderado

Em 1896 publicou uma obra sobre o solidarismo, e foi um dos promotores da arbitragem enquanto meio de se resolver e regular diferendos internacionais. Vide a este respeito, Augé, Paul (dir.), «Bourgeois, Léon Victor Auguste», *Larousse du XX^e Siècle en six volumes*, Tomo Primeiro, Paris, Librarie Larousse, 1928, p.818.

³⁰² «Alves da Veiga», Sebastião de Magalhães Lima, *Op. cit.*, pp.54-55.

³⁰³ Pelo menos oficialmente. Apesar de não termos dados que comprovem tal afirmação, refira-se que aquando do falecimento de Veiga, o senador Silva Barreto revelou que encontrara Alves da Veiga incógnito num hotel de Bragança em 1897. Vide a este respeito, *Diário do Senado*, 3 de Dezembro de 1924.

³⁰⁴ «VEIGA, Augusto Manuel Alves da [M]», A. H. Oliveira Marques (org.), *Op. cit.*, p.45.

³⁰⁵ De facto, em Setembro enviou de Dieppe uma mensagem felicitando os republicanos de Lisboa pela sua vitória nas eleições. Vide «A Vitória Republicana – Saudação do chefe civil da revolta de 31 de Janeiro», *O Século*, Lisboa, nº10317, 2 de Setembro de 1910, p.2.

³⁰⁶ Fazendo jus ao seu percurso eleitoral, Veiga não foi eleito. Vide *O Século*, Lisboa, nº10315, 31 de Agosto de 1910, p.1; e *O Primeiro de Janeiro*, Porto, nº204, 30 de Agosto de 1910, p.1.

³⁰⁷ José Relvas, *Memórias Políticas*, vol.I, 2ªed., Lisboa, Terra Livre, 1977, p.82.

da futura República portuguesa. Segundo Relvas, Veiga oferecia “alguns e valiosos meios de realizar a obra de propaganda que íamos encetar”, “nomeadamente no contacto com o meio financeiro parisiense”³⁰⁸. Em princípios de Junho já os três homens estavam reunidos em Paris, onde fizeram publicar “nos principais jornais da Europa, da América do Norte e do Brasil” um manifesto onde a monarquia era apontada como responsável pela decadência do país, apontando-se contudo a esperança no Portugal futuro. O objectivo era o de fazer “por essa forma um apelo à solidariedade da opinião, mas definindo desde logo uma acção exclusivamente nacional.”³⁰⁹ Os resultados desta investida diplomática, em que o exilado transmuntano desempenhou papel nada desprezível, foram positivos, como o confirma o testemunho de Relvas e os sucessos do 5 de Outubro.³¹⁰

1.6. Diplomata e ministeriável (1911-1924)

Instaurada a República, Veiga regressou finalmente a Portugal³¹¹, mas não por muito tempo. Em missiva a Eduardo de Abreu, um dos conjurados do 31 de Janeiro, não deixou de comentar, com uma pitada de amargura mas também de honestidade que não “recusara entrar no primeiro governo da República. Ninguém me convidou. Eu não tenho ambições pessoais, todo o meu desejo é servir a República de que fui um dos primeiros apóstolos e também dos primeiros mártires”. Expõe ainda a sua intenção – não concretizada - de candidatar-se às Constituintes.³¹²

O seu exílio e as relações que mantinha no mundo francófono terão levado a que tenha sido, por decreto de 24 de Janeiro de 1911, nomeado pelo ministro dos Negócios

³⁰⁸ Idem, *ibidem*, p.90.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*, pp.82-83 e 203-239. Note-se contudo que Veiga não acompanhou Relvas e Lima na viagem que fizeram até Londres.

³¹⁰ «O que fez a missão republicana no estrangeiro: comunicação do sr. José Relvas», *O Século*, Lisboa, nº10278, 23 de Julho de 1910, p.1. Neste artigo Relvas afirma que “com segurança podemos afirmar que Portugal é julgado um país digno de toda a consideração e respeito das outras nações, tendo em França e na Inglaterra simpatias que verificámos por uma forma muito clara. (...) Seria talvez escusado dizer que em toda a nossa missão não perdemos o ensejo de dar o maior relevo às qualidades do nosso povo e às condições em que julgamos dever reconstituir-se a vida nacional. Sem vaidade, podemos afirmar que a nossa missão visou assegurar o crédito de Portugal no estrangeiro.” Vide ainda José Relvas, *Op. cit.*, p.94.

³¹¹ «Alves da Veiga», *O Século*, Lisboa, nº10370, 25 de Outubro de 1910, p.5. Partindo ainda nesse mês para Paris e só regressando a Portugal em Dezembro.

³¹² Carta de Alves da Veiga para Eduardo de Abreu, Paris, 17 de Janeiro de 1911 in Jorge Forjaz (org.), *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu – Do Ultimatum à Assembleia Nacional Constituintes (1890-1911)*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2002, pp.458-459.

Estrangeiros do governo provisório - Bernardino Machado – enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Bélgica³¹³: cargo que ocupou até à falecer.

Este novo retiro coincidiu com a sua decepção pelo caminho unitarista e jacobino que a novel República então tomava, em vez do federalismo que havia propugnado durante toda a sua vida. Pelo que afirma a Eduardo de Abreu: “Vejo que os espíritos vão enveredando pelos velhos caminhos, em vez de abraçarem soluções novas, que nos coloquem na estrada ampla e direita do progresso moderno. Muito cuidado com a eleição do Presidente.”³¹⁴ O mesmo nos assevera Álvaro Pinto, jornalista do jornal *A Pátria*: “embora satisfeito com a mudança do regime, não se mostrou inteiramente de acordo com a solução dada ao primeiro Governo e seus primeiros actos. Eu fui designado para entrevistá-lo e, claro está, se colhi para mim preciosas impressões, n’*A Pátria* tive de contar apenas o que se referia à sua ida para a Legação de Bruxelas, onde o novo Ministro iria tornar o seu País simpático e conhecido.”³¹⁵

O seu desempenho à frente da embaixada belga foi prejudicado por recorrentes problemas de saúde, que o obrigaram a frequentes pedidos de licença para poder vir repousar em Portugal. Julgamos contudo que o ponto alto da sua carreira diplomática terá sido a obtenção do reconhecimento da República Portuguesa pelo rei Alberto I da Bélgica.³¹⁶ Aquando do seu falecimento, a acção de Veiga durante a Primeira Guerra Mundial foi igualmente bastante elogiada pelo embaixador belga em Lisboa.³¹⁷

O seu nome foi lançado para a candidatura à presidência da República em 1911 e 1915, perdendo, respectivamente, para os candidatos Manuel de Arriaga e Bernardino Machado. Recusou integrar o governo deste em 1914, o último antes da ditadura do general Pimenta de Castro. Na sequência da queda deste, Veiga foi ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de João Chagas, que durou apenas um dia: 17 de Maio de 1915. Porém, Chagas foi alvejado a tiro, e Veiga enjeitou fazer parte do

³¹³ «Manda o governo provisório», *Processo individual de Augusto Manuel Alves da Veiga*, caixa nº39, AHMNE, 1911.

³¹⁴ Carta de Alves da Veiga para Eduardo de Abreu, Paris, 15 de Julho de 1911 in Jorge Forjaz (org.), *Op. cit.*, pp.459-460.

³¹⁵ Álvaro Pinto, «As razões do meu voto», *O Ocidente – revista portuguesa mensal (fundada em 1938)*, Lisboa, nº130, vol.XXXVI, Fevereiro de 1949, p.1.

³¹⁶ «Carta do embaixador da Bélgica ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal (João Chagas), em 28 de Setembro de 1911», *Processo individual de Augusto Manuel Alves da Veiga*, caixa nº 39, AHMNE, 1911.

³¹⁷ Afirmando que “Mr. Alves da Veiga fut dès lors considéré non plus come un étranger en Belgique mais devint vraiment l’un des nôtres.” Veiga havia sido condecorado pelo rei da Bélgica com o Grande Cordão da Corôa. Previamente, já havia recebido a Grã-Cruz de Cristo de Portugal. Vide, «Carta do embaixador da Bélgica ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal», *Processo individual de Augusto Manuel Alves da Veiga*, caixa nº39, AHMNE, 1925; e igualmente «Mort du Ministre du Portugal à Bruxelles», *Processo individual de Augusto Manuel Alves da Veiga*, caixa nº39, AHMNE, 1925.

governo que sucedeu ao do seu antigo companheiro de conspiração, o de José de Castro.³¹⁸

Em 1919, comenta a subida ao poder do governo de José Relvas num ofício dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Escrevendo já após o fim do sidonismo, reconhecia que a República, por “causas de diferente natureza”, ainda não tinha produzido “todos os efeitos desejáveis”, mas louvava contudo a obra educativa da República, considerando por isso o novo regime superior à monarquia. Fazia ainda uma referência à aliança entre sidonistas e monárquicos, e à incursão monárquica de 1919 liderada por Paiva Couceiro, alertando para que tal “tentativa monárquica” “sirva de lição aos futuros governos para que se não repitam as transacções e tolerâncias que a prepararam”.³¹⁹

Após vários anos de sofrimento, pois padecia de doença prolongada³²⁰, Augusto Manuel Alves da Veiga finou-se a 2 de Dezembro de 1924 em Paris. A Câmara dos Deputados e o Senado prestaram homenagens à sua memória, tendo o seu funeral recebido honras de Estado.

Muito simbolicamente, o corpo de Veiga, juntamente com o de um outro revolucionário entretanto falecido, o alferes Malheiro, foi depositado no dia 31 de Janeiro de 1925, no jazigo-monumento erigido em memória dos vencidos do 31 de Janeiro no cemitério do Prado do Repouso.³²¹

O percurso político de Alves da Veiga – nomeadamente o seu republicanismo evolucionista e conservador - não pode ser compreendido na sua plenitude sem uma análise à sua formação académica e às obras e textos de teor programático por si publicados na imprensa. É disso que trataremos em seguida.

³¹⁸ Rui Ramos, *História de Portugal...*, p.511.

³¹⁹ «Ofício nº2», *Processo individual de Augusto Manuel Alves da Veiga*, caixa nº39, AHMNE, 1919.

³²⁰ «Dr. Alves da Veiga», *O Século*, Lisboa, nº15575, 3 de Dezembro de 1924, p.2; e também «Mortos Ilustres», *Diário de Notícias*, Lisboa, nº21148, 3 de Dezembro de 1924, p.1.

³²¹ «Dois mortos ilustres», *O Século*, Lisboa, nº15432, 31 de Janeiro de 1925, p.2; e «A comemoração do 31 de Janeiro», *O Século*, Lisboa, nº15433, 2 de Fevereiro de 1925, p.2.

Parte II: A ideia federalista republicana em Alves da Veiga

- 2.1. Na Universidade de Coimbra: primeiras abordagens à temática federalista

2.1.1. As novidades de Rodrigues de Brito e Emídio Garcia

Foi no seu primeiro ano de faculdade, em 1869, que Alves da Veiga teve aulas com Manuel Emídio Garcia, então substituto ordinário do lente Joaquim Maria Rodrigues de Brito na cadeira de Filosofia de Direito, e história de Direito público Constitucional Português.³²²

Esta circunstância afigura-se como deveras importante, visto ter sido na década de sessenta que Rodrigues de Brito começou a ensinar enquanto princípio de Direito a “teoria anti-individualista do mutualismo de serviços”, substituindo o conceito de *neminem laedere*, próprio do individualismo liberal ensinado pelo catedrático Vicente Ferrer Neto Paiva.³²³ O princípio do *neminem laedere* consiste na defesa de que a liberdade individual termina onde começa a liberdade dos outros: o indivíduo possui uma “esfera de acção jurídica”, dentro da qual pode desenvolver livremente as suas actividades, cabendo ao Direito regular a relação entre a esfera jurídica individual e a esfera jurídica colectiva.³²⁴

Ferrer, pretendendo actualizar o ensino da filosofia do Direito em Coimbra, foi influenciado pelas filosofias de origem hegeliana, procurando assim mediar o

³²² Apenas no ano lectivo seguinte Garcia foi nomeado professor catedrático, vindo nessa condição a leccionar em 1871 a Alves da Veiga a cadeira de Princípios Gerais e Legislação Portuguesa sobre Administração Pública, sua organização e Contencioso Administrativo. Vide *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1869, p.77 e *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1871, pp.62-63 e 74.

³²³ Luís Cabral de Moncada, «Subsídios para a História da Filosofia do Direito em Portugal: 1772-1911», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XIII, Coimbra, Imprensa Académica, 1938, p.87. Esta substituição não foi pacífica e motivou uma violenta contenda entre Vicente Ferrer Neto Paiva (o antigo regente da cadeira, introdutor do krausismo em Portugal e autor dos *Elementos de direito natural*, obra em que se dá a ruptura com a escolástica e a uma tentativa de conciliação do individualismo liberal kantiano com o krausismo) e Rodrigues de Brito, que rejeitou Kant e se apoiava mormente em Krause e Proudhon. Vide a este respeito: Luís Cabral de Moncada, «O idealismo alemão e a filosofia do direito em Portugal», pp.21-22. Curiosamente, no ano lectivo de 1869/1870, a cadeira regida conjuntamente por Rodrigues de Brito e Emídio Garcia continuou a ter como compêndio de estudo obrigatório a obra de Vicente Ferrer Neto Paiva, *Filosofia do Direito*, 2 vols., Coimbra, 1857. Vide a este respeito: *Anuário da Universidade de Coimbra*, 1868, p.77.

³²⁴ É a clássica definição negativa de liberdade. Vide John Stuart Mill, *Sobre a Liberdade*, Lisboa, Edições 70, 2006, pp.39-40. Citando Luís Cabral de Moncada, daqui decorre “a fórmula do princípio supremo de todas as obrigações do direito: «omite todas as acções exteriores, pelas quais se possa ofender a esfera da justa actividade dos outros». É nisto que consiste o *neminem laedere*. Vide, Luís Cabral de Moncada, «Subsídios para a História da Filosofia do Direito...», p.45.

liberalismo kantiano com o organicismo de Karl Krause³²⁵, dando contudo um maior pendor à componente liberal.³²⁶ Convém no entanto referir que Ferrer apenas conheceu Krause pela leitura de obras de alguns dos seus discípulos, caso de Ahrens e de Tieberghien, que por sua vez haviam atenuado o hegelianismo do seu mestre, mediante as leituras de Proudhon e Fourier.³²⁷

Por sua vez, o conceito de “mutualidade de serviços” desenvolvido por Rodrigues de Brito corresponde já a uma ulterior tentativa de concatenar o krausismo introduzido em Portugal por Ferrer com o pensamento social de Proudhon e de Fourier, mas sem cair no estatismo socialista. O conceito de “mutualidade de serviços” surge assim como uma antítese ao “*neminem laedere*”, definindo Rodrigues de Brito aquele do seguinte modo: “se a sociedade é, com efeito, um *organismo*, os homens, *membros necessários* desse organismo, vivendo uma vida própria mas no seio da *vida geral*, não podem constituir-se como *personalidades*, nem desenvolver-se nas diversas relações gerais da sua natureza, senão *auxiliando-se* e prestando-se *mutuamente* as condições necessárias ao seu desenvolvimento”. É esta refutação do “atomismo individual” que Rodrigues de Brito considera ser uma “trave-mestra da ideia de direito”, condição indispensável para

³²⁵ Luís Cabral de Moncada, *O idealismo alemão...*, pp.19-25. Moncada considera que, à imagem de Espanha, foi por via de Krause (e dos seus discípulos Heinrich Ahrens e Guillaume Tieberghien) que o idealismo alemão (nomeadamente Hegel e Schelling) se introduziu em Portugal. Para Moncada, o Krausismo, apesar da sua diminuta importância na história da Filosofia, contribuiu em Portugal “para dar uma maior dignidade doutrinária e uma maior consistência teórica e filosófica a muitos dos princípios que o liberalismo tinha de comum com ele, reforçando, por assim dizer, a raiz jusnaturalista e metafísica da ideia de personalidade na base do direito e da moral.” Podemos assim considerar o “krausismo como um novo e tardio jusnaturalismo que, consagrando mais uma vez os princípios da ordem individualista (...) ancorados numa ordem natural objectiva, (...) os procura conciliar com uma certa concepção metafísica e organológica, derivada de Schelling, acerca da sociedade e do universo. O Krausismo acalentava o ideal político de um «Estado corporativo», mais federal do que unitário e mais orgânico do que individualista: um Estado, em suma, que, sem deixar de ser liberal e anti-totalitário, seria fortemente social e solidarista, contendo em respeito na esfera económica os excessos do capitalismo e do próprio liberalismo.” Entre as ideias fortes do krausismo, devemos destacar a visão orgânica do Universo, que leva Krause a considerar as sociedades como supra-nacionais, daqui decorrendo uma kantiana defesa de uma federação englobando toda a humanidade. No entanto, refira-se que em Krause o conceito de individualidade é uma constante. Krause considera que as sociedades são múltiplas e autónomas, distinguindo-se umas das outras pela sua individualidade: tal como os homens que as constituíam. Porém, apesar dessa individualidade, elas continuam a estar para além da “nação”, não sendo sinónimas de Estados. O krausismo pode-se assim prestar a duas leituras, uma mais individualista ou liberal, e uma outra mais social ou colectivista. Ao contrário da concepção negativa de direito do liberalismo clássico, Krause pugna por um direito de feição social, definindo-o como “o conjunto das condições que permitem e auxiliam o aperfeiçoamento dos grupos e sobretudo dos homens”: como é óbvio, este “aperfeiçoamento” presta-se a ser conotado com as noções de bem e de liberdade. Isto surge associado ao facto de Krause não fazer qualquer distinção entre direito e moral. Vide igualmente: «Krause», *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol.III, Lisboa, Editorial Verbo, 1991, col.183.

³²⁶ Fernando Catroga, «Individualismo e solidarismo jurídico: De Ferrer ao Solidarismo Jurídico», *Studia Juridica: Boletim da Faculdade de Direito*, nº45, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, p.136.

³²⁷ Fernando Catroga, «O Sociologismo jurídico em Portugal e as suas incidências curriculares (1837-1911)», *Actas do Congresso “História da Universidade”*, vol. I, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, pp.406-408.

a “realização do bem do indivíduo e da humanidade” e como o melhor meio de se conhecer o “verdadeiro critério do justo”. A sua definição de direito aponta pois para uma socialização da ideia de progresso, em que pela acção fraterna conjunta, os homens desenvolvem simultaneamente as suas capacidades individuais e realizam o bem comum.³²⁸ Assim sendo, da conjugação do modelo krausista com o direito de feição social possibilitava-se um modelo organicista de sociedade que conduzia na prática a um Estado corporativo e federalista, respeitador dos órgãos naturais: o indivíduo, a família, o município, a Nação. Nenhum desses órgãos deveria ter primazia sobre os outros, e a sobrevivência de cada um dependeria do bom funcionamento dos restantes. Pelo que a harmonia social resultaria duma unidade indivisível. O que postulava um Estado orgânico e federal que sem deixar de ser liberal e anti-totalitário, possuía uma componente solidarista que tinha em vista conter os excessos do capitalismo e do liberalismo. Uma terceira via de cariz corporativo que rejeitava o individualismo extremo e o socialismo revolucionário. De referir ainda que esta harmonia social só poderia ser alcançada num futuro em que o direito e a moral estivessem fundidos, ou seja, quando os Homens agissem conforme o conceito de mutualidade de serviços natural e livremente. Então, a verdadeira garantia do direito seria a própria consciência humana, o que aponta para uma finalidade anarquista de tal sociedade, revelando a mediação de Proudhon no pensamento de Rodrigues de Brito.³²⁹

A proposta organicista e solidarista³³⁰ de Krause foi ainda concatenada por Manuel Emídio Garcia com as leituras de Comte e Littré: do que resultou uma tentativa de se definir o princípio de Direito “à luz de uma concepção de sociedade de raiz biologista”, em que as sociedades obedeceriam às mesmas leis da evolução que os organismos biológicos. Também em Emídio Garcia, a concepção de Estado daqui resultante é mais federalista que unitária, coadjuvando-se com uma concepção organicista e solidarista de sociedade, derivada do biologismo subjacente ao positivismo. Esta mediação explica-se igualmente pelo fundo metafísico que existe quer no krausismo quer no positivismo.

³²⁸ Luís Cabral de Moncada, «Subsídios para a História da Filosofia do Direito...» p.97. Rodrigues de Brito define Direito como sendo “o complexo de condições que os homens mutuamente devem prestar-se, necessárias ao desenvolvimento completo da personalidade de cada um, em harmonia com o bem geral da humanidade”.

³²⁹ Fernando Catroga, *Individualismo e Solidarismo*, pp.139-146.

³³⁰ Luís Cabral de Moncada, «Subsídios para a História da Filosofia do Direito...», p.95. Opinião contrária tem José Valle de Figueiredo, considerando que o mutualismo de Rodrigues de Brito provém do seu espiritualismo: da sua crença na natureza social do homem, que levou a um princípio que melhor traduzisse no direito esta propriedade humana, insuficientemente exposta no *neminem laedere*. Vide a este respeito, José Valle de Figueiredo, «Krausismo», *Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol.III, Lisboa, Editorial Verbo, 1985, col.953.

Com efeito, este acabava por ser metafísico ao conceber uma teoria teleológica, em que a evolução da humanidade obedecia a um destino superior, resultante de uma essência potenciada a partir da *origem*. De facto, no organicismo positivista o evolucionismo é inseparável do naturalismo: se o seu discurso procurava convencer que a evolução estaria cientificamente demonstrada, a sua concretização, a nível social e histórico, assentava em critérios qualitativos.³³¹

Para além do mais, o próprio positivismo comtiano pretendia “definir a sociedade como uma totalidade que invalidasse simultaneamente o estatuto ôntico e axiológico do *indivíduo* e a homogeneização comunitária ou colectivista do ser social.”³³²

O organicismo sociológico – de raiz metafísica (Rodrigues de Brito/Krause) ou naturalista/positivista (Emídio Garcia/Comte) - e o solidarismo jurídico, buscam assim alcançar um meio-termo entre individualismo e colectivismo, objectivo igualmente verificável em todas as teorizações propostas por Alves da Veiga desde os seus tempos de estudante universitário.

Tanto Rodrigues de Brito como Emídio Garcia³³³ foram assim dos primeiros professores da universidade conimbricense a fazerem do proudhonismo e do positivismo matérias de estudo e de debate nas suas aulas, com naturais consequências na formação intelectual dos seus discentes. Conclui-se daqui que terá sido pela mão conjunta de Emídio Garcia e Rodrigues de Brito que Alves da Veiga terá tomado contacto pela primeira vez, de forma sistemática, com o pensamento de Comte e Proudhon. Aliás, segundo Paulo Merêa, o ensino da cadeira de Direito administrativo era feito por Emídio Garcia de “modo perfunctório”, com Trindade Coelho a confirmar que Garcia “ensinava tudo menos o Código”, porque “o ano ia-se-lhe todo com o positivismo de Littré e de Augusto Comte”.³³⁴

³³¹ Fernando Catroga, *Individualismo e Solidarismo*, pp.140-149. Segundo Comte, existiria uma evolução do espírito para uma “plena positividade através da crescente cientificação das esferas do ser numa ordem história que ia das ciências mais gerais e menos complexas, a matemática, até à última das ciências, a sociologia. Por tudo isto, a possibilidade de se edificar a sociologia aparecia como consequência de uma evolução necessária do espírito e do estatuto ôntico da realidade social. Portanto, a validade dos seus alicerces enraizava-se na «verdade» dos seus fundamentos: uma filosofia do espírito de dimensão teleológica, assente na lei dos três estados. Daqui surgia a dificuldade de se determinar se o “projecto sociológico era verdadeiro porque era válida a lei dos três estados (fase teológica, metafísica e positiva), ou, pelo contrário, a lei dos três estados era verdadeira porque as conclusões da análise sociológica seriam válidas.” Vide a este respeito, Fernando Catroga, *Os inícios do Positivismo em Portugal*, p.12.

³³² Idem, *ibidem*, p.16.

³³³ Tal era algo que Garcia afirmava com orgulho. Vide Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.

³³⁴ Paulo Merêa, «Esboço de uma História da Faculdade de Direito», *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXX, Coimbra, Coimbra Editora, p.153; Trindade Coelho, *In illo tempore*, p.357 (citado por Paulo Merêa, *Op. cit.*); e Maria Rita Lino Garnel, *Op. cit.*, p.16 e 41-42.

Porém, em abono de Garcia, refira-se que logo após ter sido nomeado professor catedrático, foi o responsável por uma novidade: a feitura de relatórios apresentados por comissões de alunos. Alves da Veiga, por sugestão de Garcia, foi o relator de um desses relatórios, o qual nos permite apreciar o esforço do jovem estudante em conjugar a sua doutrinação kantiana e hegeliana (ou “metafísica”, segundo o positivista Garcia) com os novos ensinamentos transmitidos por Rodrigues de Brito e Emídio Garcia na universidade.³³⁵ Tal é corroborado por este último, pois “quando Alves da Veiga chegou ao terceiro ano [1871/1872], a sua orientação mental era fundamentalmente metafísica. Com quanto, no curso de *ciência da administração e direito administrativo*, nós, na qualidade de professor, dirigíssemos, desde 1865, o ensino e subordinássemos as nossas prelecções à doutrina e ao método *positivo*, segundo o *Curso de filosofia* de A. Comte (...), é certo que a sua orientação mental permaneceu a mesma, apenas sensivelmente abalada pelas impressões atraentes e dominadoras, que nos espíritos elevados, ainda os mais refractários à acção e influência do *positivismo*, exerce a leitura ou a exposição da *doutrina científica* e os belos resultados obtidos pelo emprego do método *experimental indutivo* no estudo dos fenómenos sociais”.³³⁶

2.1.2. O relatório de Alves da Veiga: os *Estudos de Filosofia Política*

O relatório redigido por Alves da Veiga - intitulado *Estudos de Filosofia política*³³⁷ - reflecte as mudanças no ensino da filosofia do direito da Universidade de Coimbra acima analisadas. Iremos ver como ao longo deste relatório acabam por coexistir no “pensamento veigueano”, num intrincado sincretismo – certamente decorrente da multiplicidade de leituras realizadas no Liceu e na Universidade³³⁸ – o racionalismo

³³⁵ Manuel Emídio Garcia, *Op. cit.*, p.3.

³³⁶ Idem, *ibidem*, p.3.

³³⁷ O título completo é *Estudos de Filosofia política feitos em 1871-1872 por uma das comissões do 3 ano (da Faculdade de Direito) sobre os quesitos propostos pelo Lente de Direito Administrativo Manuel Emídio Garcia: 1 Como se poderá conciliar o princípio, da soberania popular com o sistema da representação nacional, adoptada nos diferentes Estados da Europa e do Novo-Mundo? e 2 exame critico das objecções levantadas contra a verdade teórica e execução efectiva do governo democrático propriamente dito*, Coimbra, 1882. Emídio Garcia refere que a introdução do relatório “é um tesouro de boa doutrina, (...) pondo bem em relevo e às claras o desenvolvido estado mental e o carácter generoso e democrático do seu autor”, pelo que se depreende que Alves da Veiga a tenha redigido individualmente, sem contribuições exteriores. Apesar de não podermos dizer o mesmo do restante relatório, é inegável que na sua qualidade de redactor, Alves da Veiga terá tido uma grande influência no texto final: explica-se assim porquê neste trabalho nós atribuímos a autoria dos *Estudos de Filosofia politica* ao izedense.

³³⁸ Tal como Vicente Ferrer Neto Paiva, é mais que provável que Alves da Veiga não tenha tido – pelo menos durante a Universidade – contacto directo com as obras de Hegel, assim como as de outros idealistas, caso de Fichte, Schelling e Krause. Segundo Cabral de Moncada, estes autores “nunca foram

crítico de Kant, a concepção orgânica da vida de Krause e a união por este feita entre direito e moral, o idealismo absoluto hegeliano³³⁹ e ainda os primeiros assomos naturalistas/cientistas de inspiração positivista, a que se junta ainda o socialismo anarquista de Proudhon. É que, ao rejeitar o empirismo e o direito divino enquanto manifestações exógenas à vontade individual, Veiga acaba por colocar muito peso nas virtudes empreendedoras do espírito, aproximando-se de Hegel e Fichte. Por outro lado, ao mostrar grande preocupação pela necessidade de se conhecerem as leis da “Arte Social” (leia-se, Sociologia) - que permitiriam através da correlação entre o conhecimento das causas e dos factos a compreensão da realidade - Veiga reflectia a preocupação comteana em aplicar ao estudo dos fenómenos sociais o método experimental das ciências naturais. Por último, ao enveredar por uma crítica aos efeitos nefastos da centralização política nas sociedades humanas, Veiga acaba por resvalar para a negação da utilidade do Estado, ideia directamente provinda de Proudhon.

Emídio Garcia colocou a Alves da Veiga dois quesitos: “Como se poderá conciliar o princípio da soberania popular com o sistema da representação nacional, adoptada nos diferentes Estados da Europa e do Novo Mundo?” (a que Veiga responde com a defesa do sufrágio universal) e “Exame critico das objecções levantadas contra a verdade teórica e execução efectiva do governo democrático propriamente dito” (com Veiga a nomear e a repudiar o centralismo político e o sufrágio censitário)³⁴⁰.

O nosso biografado começa por exprobrar a absolutização do empirismo, do direito divino e da teologia na política, na história e na filosofia, que ocorrera num pretérito período empírico, e a que sucedera o “trabalho da moderna filosofia política, desenvolvida pelo grande século XVIII, e pela grande Revolução Francesa” que descobriu “no homem as leis invariáveis, sobre as quais se deve organizar a ordem

suficientemente conhecidos nem estudados antes do fim do século e tudo aquilo que antes dessa data deles se sabia, não passava também de meia-dúzia de citações e dos resumos contidos nas obras francesas, principalmente de LERMINIER, WILLM, VERA e sobretudo de AHRENS.” Vide a este respeito: Luís Cabral de Moncada, «O idealismo alemão...», p.15. Encontramos já em Émile Lerminier, para além de resumos do pensamento de Kant, Fichte, Schelling e Hegel, ensaios relativos ao socialismo e resumos das obras de Fourier, Saint-Simon e Proudhon: vide Émile Lerminier, *Philosophie du Droit*, 3ª. ed., Paris, Librairie de Guillaumin et C^{ie}. 1853. Refira-se ainda que, apesar da existência de versões francesas em Portugal, uma das obras de Ahrens foi traduzida para português: vide Heinrich Ahrens, *Curso de Direito Natural ou de Filosofia do Direito segundo o Estado actual da ciência na Alemanha*, Lisboa, Tipografia da Viúva Rodrigues, 1844.

³³⁹ Em biografia redigida em 1909, Sebastião de Magalhães Lima afirma que Alves da Veiga “foi um brilhante cultor da filosofia *hegeliana*”. Vide a este respeito: «Alves da Veiga», Sebastião de Magalhães Lima, *Arquivo Democrático*, p.56.

³⁴⁰ *Estudos de Filosofia política*, p.3.

social, a fim de ser estável e justa”³⁴¹. Aquilo que no sistema dos três Estados de Comte recebeu o nome de “período metafísico”, última etapa antes de se alcançar o estado positivista da sociedade: um exemplo de como o pensamento “metafísico” do izedense estava já eivado de alguns dos pressupostos da teoria positivista.

O jovem estudante de Direito faz de seguida a defesa da concepção hegeliana de que “tudo o que é racional é real”, considerando que ao proclamar a unidade absoluta entre a matéria e o espírito Hegel “não fazia mais do que afirmar a ligação invencível da fenomenalidade real com a ideal, ligação que a ciência deve descobrir, com risco de ser imperfeita (...)”.³⁴² Alves da Veiga não se coíbe de insistir neste ponto, sublinhando que “a aliança do pensamento e do objecto em todos os domínios” deveria ser a missão da ciência³⁴³ e que “o domínio dos factos unido ao domínio das causas formarão o império universal do conhecimento, o futuro harmónico da civilização humana”³⁴⁴.

É ainda seguindo o pensamento hegeliano que o nosso biografado afirma que “o espírito, é, no homem, a unidade superior que gera e produz tudo. Como essência pura, determina-se na razão e na consciência; como realidade objectiva, determina-se na história, na religião, na arte, no direito, numa palavra, em todas as ciências em que entram elementos de sensibilidade”.³⁴⁵

Esta superioridade do espírito, aplicada ao conhecimento do real, irá pois repercutir-se na própria construção do conhecimento científico: como é afirmado por Alves da Veiga, a existência do espírito depende do cumprimento do seu dever, que, “nos seres de responsabilidade moral” consiste na “dignidade humana”, que não tem por base outra coisa que não a liberdade.³⁴⁶ Logo, se o espírito manifesta-se em todas as actividades

³⁴¹ Idem, *ibidem*, p.10.

³⁴² Idem, *ibidem*, p.12.

³⁴³ Idem, *ibidem*, p.12.

³⁴⁴ Idem, *ibidem*, p.12.

³⁴⁵ Idem, *ibidem*, p.20.

³⁴⁶ Trata-se da relação entre Direito e moral. Julgamos ver nas ideias de “dever” e “responsabilidade moral” o reflexo do pensamento de Rodrigues de Brito, por sua vez influenciado por Ahrens (um discípulo de Krause). De facto, Rodrigues de Brito proclama a solidariedade moral (porque é disso que se trata o seu “mutualismo de serviços”) enquanto princípio-base do Direito, justificando tal ideia pelo “fim racional e natural da personalidade humana”. Esse fim racional consistiria “na perfeição absoluta, isto é, na realização inteira da sua personalidade, pelo preenchimento completo de todas as necessidades do ser humano, pela integração de todas as condições da sua vida” Ou seja, o “bem”, que para Rodrigues de Brito é o “desenvolvimento progressivo e harmónico dessa personalidade do homem, sob todas as suas relações essenciais com a natureza física, com os seus semelhantes e com Deus”. O “bem”, consiste assim numa lei da natureza humana, que possibilita a concretização da potencialidade humana, pelo que a sua prática é um dever, uma responsabilidade moral para o Homem que queira cumprir o seu destino. Para além do mais, ressalva-se do “mutualismo de serviços”, como já acima vimos, uma noção comunitária do direito, que obriga cada homem a cumprir o seu dever, de modo a poder prover ao bem-estar dos outros homens e a exigir, para poder sobreviver, os seus direitos, ou seja, que os outros cumpram o seu dever para ele. Esta ideia está associada à krausista concepção orgânica de sociedade de Rodrigues de Brito, em

humanas, a ciência, ao não “aceitar a razão do facto” mas sim combinando-a “com a razão de causa para depois formular a síntese”, terá que necessariamente descobrir as leis sociais que permitem o estabelecimento da liberdade social e política entre os homens. Em clara referência ao naturalismo positivista de Comte, Veiga afirma que sem essas leis não poderia existir a ciência (“Como existiria, se elas são a verdade por excelência, a condição de toda a sólida dedução e indução?”), sendo nelas que “está a refutação mais formal de todos os abusos, de todas as injustiças de que nossos irmãos foram vítimas, exactamente porque não souberam remontar além, e ver se aquilo tinha uma razão de ser no homem”.³⁴⁷

Considerando que a “igualdade social e política é uma necessidade filosófica e ao mesmo tempo histórica, como o foi a igualdade religiosa e a igualdade civil”³⁴⁸, Alves da Veiga faz basear essa igualdade na soberania popular, fundada num ideal denominado *povo*: entidade homogénea sem distinção de classes, raças, privilégios e outros conceitos de tradição histórica; entidade absoluta englobando todas as actividades profissionais e aspirações individuais; o símbolo da unidade jurídica, económica, religiosa e artística.³⁴⁹

Por conseguinte, caberia à “Arte Social” materializar as leis por si descobertas em instituições capazes de assegurar as liberdades humanas (civil, política e religiosa): nomeadamente um sistema político que realizasse a soberania popular por via da

que nenhum órgão pode sobreviver sem a ajuda dos outros. Vide a este respeito, Luís de Cabral Moncada, *Subsídios...*, pp.95-98. Por outro lado, não podemos deixar de ver na ideia de “bem” enquanto lei humana comportando deveres e direitos, o utilitarismo de Stuart Mill: o fim das acções humanas é o prazer, logo o bem, é aquilo que é útil ao Homem. E se, para Stuart Mill este utilitarismo comporta uma componente social - pois a felicidade deveria ser para todos - não podemos olvidar que Rousseau havia já considerado o homem como bom por natureza e que o fim das sociedades humanas deveria ser a felicidade comum. De notar que no texto aqui em análise, Alves da Veiga releva o papel da justiça, considerando que “todas as instituições para serem fecundas, para satisfazerem às exigências da verdade, para se converterem em uma causa incessante de moralidade, devem apoiar-se sobre a justiça, que é o principio vital das sociedades, a ideia mais pura e perfeita a que pode chegar a ciência em suas elaborações através o mundo do espírito”. Também Rodrigues de Brito considerava que para a realização do “bem” da humanidade existiam, para além da utilidade e da moral (“critério ético que aprecia as acções dos homens consoante as motivações originárias das mesmas”), o critério da justiça: “o critério do valor social que julga as acções dos homens, consoante elas são ou não, conformes com o bem geral dos seus semelhantes”. Rodrigues de Brito dividia ainda as actividades humanas em três esferas: a industrial, a da moral e a do direito. Esta última deveria ter como “fim e dever supremo o *justo*”. Vide a este respeito, Luís de Cabral Moncada, *Subsídios...*, p.95.

³⁴⁷ *Estudos de Filosofia política*, p.14.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.15.

³⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.15. Esta ideia de “povo” foi certamente apreendida por Alves da Veiga nas aulas de Manuel Emídio Garcia: o professor da Universidade de Coimbra apresentava o “povo” como uma entidade homogénea e orgânica, que de forma a realizar a soberania nacional (da qual todos deveriam comungar), deveria primeiro constituir-se em sociedade organizada: a Nação (“o povo é a matéria orgânica da qual se formam as nações”). Vide a este respeito, Manuel Emídio Garcia, *Ciência Política e Direito Público*, Coimbra, 1889, pp.244-46. Citado por Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal - Da formação ao 5 de Outubro de 1910 ...*, p.166.

representatividade do poder e do sufrágio universal. A representatividade como nascendo não de uma tradição histórica (e com isto Veiga pretende desacreditar as monarquias constitucionais) mas sim da necessidade natural de comunidades humanas em busca da melhor forma de organização política (uma ideia de origem lockeana³⁵⁰); e um poder exercido à imagem da sua proveniência (o *povo*), ou seja, homogéneo. Alves da Veiga critica aqui Kant por este localizar a soberania no poder legislativo, defendendo antes que “o Estado real, positivo” é um “sistema de funções harmónicas”³⁵¹ Com efeito, e seguindo Proudhon, Veiga define representação como sendo o “complexo de todas as funções, de todos os poderes, cuja combinação produz a existência do ser social”³⁵².

A partir daqui, Alves da Veiga procede no seu relatório à defesa do sufrágio universal como o melhor meio de assegurar a soberania nacional³⁵³ e de permitir ainda a decantação dos elementos impeditivos da mesma: concretizando a ideia da liberdade (um elemento racional) o sufrágio universal garantia igualmente o fim da hierarquia baseada no exclusivismo (um elemento artificial).³⁵⁴ Decorre daqui a defesa que faz da possibilidade de todas as franjas da sociedade poderem aceder à vida política, salientando ainda o papel de uma opinião pública “moralizada” na avaliação dos seus representantes: essa moral, garante da incorruptibilidade da representação, deveria ser assegurada pela frequente participação na vida política, citando Veiga o exemplo dado por Alexis de Tocqueville dos Estados Unidos da América.³⁵⁵ Está aqui implícita a crítica aos defensores do sufrágio censitário, negando o izedense a alegada “incompatibilidade das funções administrativas com os diferentes misteres e profissões

³⁵⁰ John Locke, *Ensaio sobre a verdadeira extensão, origem e fim do governo civil*, Lisboa, Edições 70, 1999, pp.89-108.

³⁵¹ *Estudos de Filosofia política*, p.39.

³⁵² Idem, *ibidem*, p.40.

³⁵³ Note-se que tal posição ia contra o positivismo comteano, mas não contra o de Littré, no qual Emídio Garcia se inspirou para justificar a defesa das liberdades demoliberais pelo republicanismo português. Segundo Auguste Comte, a “legitimação do poder não estava no sufrágio, mas na capacidade científico-industrial dos indivíduos.” De facto, Comte “não conferiu qualquer valor às doutrinas contratualistas, fundantes da soberania popular e do sufrágio universal, as quais, a seus olhos, não passavam de concepções metafísicas que a evolução do espírito humano em sentido positivista tinha definitivamente ultrapassado.” Porém, os republicanos portugueses, a começar por Emídio Garcia, substituíram o “dogmatismo doutrinal” pelo pragmatismo da luta política, considerando que a defesa do sufrágio universal era justificada no âmbito da instauração da República por via da evolução das instituições vigentes. Vide a este respeito, Fernando Catroga, *Os inícios do positivismo em Portugal*, pp.15 e 79.

³⁵⁴ Idem, *ibidem*, p.43. Como foi dito por Manuel Emídio Garcia, “se a *soberania popular* é a lei suprema, o *sufrágio universal* é o único meio de afirmar e praticamente verificar a existência real e positiva dessa lei”. Vide Manuel Emídio Garcia, «Porque e como Aceitamos o Sufrágio Universal», *O Partido do Povo*, Coimbra, Ano I, n.º16, Junho, 1878, p.65. Citado por Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal*, p.176.

³⁵⁵ *Estudos de Filosofia política*, p.47.

económicas” como um subterfúgio para apenas os mais economicamente capazes poderem exercer cargos políticos. Refutando o argumento da ignorância dos estratos sociais mais baixos e da sua “natural” indiferença pela política, Alves da Veiga dá o exemplo dos EUA e da Suíça, que ao investirem na instrução pública permitiram que os seus cidadãos se libertassem de uma “escravidão intelectual” convidativa à não participação política; e lembra que na origem de um tal cepticismo pelos assuntos da *polis* estava tão-somente a não participação activa dos cidadãos nos processos decisórios políticos.³⁵⁶

É ainda a partir desta defesa da democratização do acesso ao poder que faz a crítica à centralização política e administrativa das monarquias constitucionais europeias, que estaria na “origem da corrupção e imoralidade a que dão lugar as autoridades administrativas locais, satélites do astro central, que o acompanham em todos os seus movimentos ascensionais e em todos os seus ocasos.” O izedense vai mesmo ao ponto de pugnar pela dissolução do Estado – ideia bebida de Proudhon –, considerando que este “se deve reduzir às simples proporções de uma gerência da associação nacional, delegada pelas associações locais”.³⁵⁷ Ideia confederalista que revela já a sua escolha pela causa republicana federalista. E a corroborar este juízo atente-se ainda na curiosa alusão que faz ao *Contrato Social* de Rousseau: “No *Contrato Social* há uma ideia fundamental, que é arrancar o povo às antigas organizações políticas, quer teocráticas, quer monárquicas, lançando-o na democracia. A democracia, baseada na natureza igual e social do homem, toma em Rousseau uma consistência verdadeira. Tem só um defeito – a unidade.” Ou seja, a democracia unitária.³⁵⁸

Regressando à defesa veigueana da liberdade como um produto da acção do espírito, atente-se por último na distinção feita pelo nosso biografado entre a história – como justificativa do poder monárquico vigente, porque fazendo assentar as causas dos factos no direito divino³⁵⁹ – e a ciência, por sua vez assente no direito natural. Foi a partir

³⁵⁶ Idem, *ibidem*, pp.65-74.

³⁵⁷ Idem, *ibidem*, pp.44-49.

³⁵⁸ Idem, *ibidem*, p.62. A própria concepção rousseauiana de indivisibilidade da soberania, dificilmente se coaduna com um sistema político federal, dada a existência de duas esferas distintas de poder, cada uma com a sua soberania (apesar da proveniência desta ser sempre do Povo) e obedecendo a sensibilidades diferentes: a do Estado federal e a dos Estados federados. Para além do mais, a democracia indivisível, unitária, propugnada por Rousseau, apoiada numa vontade geral inquestionável e única, pode conduzir em última instância ao totalitarismo de Estado. Vide Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*, Lisboa, Europa-América, 1974, pp.31-32; e a exposição clássica de Isaiah Berlin, *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*, Lisboa, Gradiva, 2005, pp.49-74.

³⁵⁹ Este retrato de uma História cientificamente inútil e serve do poder vigente não pode deixar de ter sido influenciada pela finalidade que Emídio Garcia atribuía à disciplina de *Clio*, própria de uma concepção

desta, que, ao longo de “uma elaboração crítica em que se gastaram milhares de anos”, se desenvolveram nos homens as fórmulas democráticas, “as únicas racionais e justas, porque só elas têm sua razão de ser na consciência, sua base na liberdade, e seu critério na justiça”.³⁶⁰ Por considerar a ideia da liberdade como emanada da consciência (ou seja, do espírito), Alves da Veiga nega desde logo qualquer interferência da experiência (o empirismo) nessa “elaboração crítica”, apesar de admitir a longa duração deste processo.

Esta argumentação tem por fim concluir da superioridade da democracia enquanto conceito abstracto (a “ideia” hegeliana), pois depreende-se que ao provir do espírito a democracia é inerente à própria espécie humana, apenas esperando o momento exacto para se manifestar. Tal consiste num processo imparável, indissociável da ideia de progresso.³⁶¹ A democracia representa pois uma vitória das formulações do espírito face às afrontas dos jugos materiais e morais de raiz empirista (o direito divino, a teologia e “seus frutos”: a monarquia absoluta e constitucional e restantes “tirantias”), pelo que a consumação daquela, a ser fundada por aqueles que possuem o “amor da humanidade, a consciência do direito” (pelo que têm consigo o ónus da justiça) não pode ser travada

positivista da História: a de um mero repositório de informações a ser aproveitadas pela Sociologia, espécie de “campo de experiência do passado”: “Não há leis da história, nem ciência da história, nem filosofia da história”. Vide a este respeito, Luís Cabral de Moncada, «Subsídios para a História da Filosofia do Direito...», p.119.

³⁶⁰ *Estudos de Filosofia política...*, p.54.

³⁶¹ A ideia veigueana de progresso encontra fortes ecos na filosofia da História de Kant (o progresso como a gradual democratização das instituições humanas), mas sobretudo no idealismo de Hegel. Veiga afirma: “A raiz do progresso está no espírito. E o que é o espírito? É o agente, que produz e dá unidade a toda a civilização humana.” Tem assim em pouca conta a História ensinada nos liceus, pois considera que esta constrói o seu conhecimento com base apenas nos factos empíricos, da experiência, *no que aconteceu* e não nas construções espirituais, metafísicas, *naquilo que há-de ser a realidade*). Questiona igualmente: “Quem não vê a impossibilidade deste mundo de formas, de realidades, de contradições aparentes, sem a existência de um princípio vital, causativo, que dê a razão de multiplicidade de manifestações, que se debatem no domínio filosófico, artístico, literário e religioso?”. Com isto, o nosso biografado apela à necessidade de se atentar no fio condutor da História – a progressiva realização da democracia – que sempre residiu no espírito, no Homem. De facto, para Veiga os antigos (leia-se: gregos e romanos) haviam falhado nas suas experiências políticas porque não haviam reconhecido no passado humano um fio condutor: “Enquanto se estudou a história, amortilhada na série dos factos isolados, e tais como existiam em si, a formação do conhecimento foi puramente empírica, e a unidade da civilização impossível de reconhecer na imensidade deste caos. Faltava um destes elementos, que nos dá a ideia da unidade, por isso ela foi desconhecida, por isso os antigos não descobriram o segredo das coisas.” Veiga segue definitivamente o idealismo hegeliano, pois enquanto Hegel entendia a “ideia”, a “essência do ser” como se revelando no decurso da História, Kant fazia radicar o progresso num plano transcendente e oculto da Providência. Para além do mais, ao falar de “espírito”, Veiga refere-se ao *Weltgeist* hegeliano, o espírito universal originário, substância criadora e motor último do universo, que conhece a sua finalidade pela observação da História e pelo uso da racionalidade humana. Esse fim é um sistema filosófico que abranja tudo através da ideia: o bem, a democracia, a liberdade do Homem. Vide a este respeito, *Estudos de Filosofia política*, pp.6-7; e Gonçal Mayos, *G.W.F. Hegel – Vida, pensamento e obra*, Lisboa, Público, 2008, pp.91-95.

com base na argumentação do “campo material dos interesses, das tendências, dos climas, das raças, (...) da instrução, da religião”.³⁶²

Vemos assim como a dois anos do término do seu bacharelato, o espírito de Veiga, para além de eivado pelo pensamento de Hegel, já tinha feito a recepção do ideário positivista proposto por Emídio Garcia. O seu ideário era já o da República federalista. Atente-se por último no sincretismo praticado por Veiga na sua juventude universitária (à data da redacção dos *Estudos de Filosofia política* contava com apenas vinte e um anos), que obriga a que dificilmente possamos encaixar o pensamento veigueano num positivismo estrito, quer comteano, quer littreano (Teófilo Braga inclui Veiga numa lista de positivistas portugueses³⁶³). Com efeito, Alves da Veiga nunca abandonou os ensinamentos dos “metafísicos”, chamassem-se eles Kant, Hegel, Rousseau ou Proudhon. Estas influências colhidas nos verdes anos da universidade acabaram por se manifestar ao longo da sua vida: durante o período de propaganda e no seu testamento político e intelectual: a obra *Política Nova – Ideias para a reorganização nacional*.

2.2. O federalismo de Alves da Veiga na fase de propaganda (1873-1891)

As considerações teóricas esboçadas por Alves da Veiga a respeito da problemática federalista, publicadas em vários artigos estampados nas páginas de *A Discussão* e de *O Século* durante a fase de propaganda do PRP, são idênticas, salvo um ou outro pormenor, àquelas que viria a enunciar na sua obra de 1911, *Política Nova*. De facto, até o leitor mais desatento apercebe-se de que o pensamento do advogado transmontano nunca sofreu grandes tergiversações: os ensinamentos colhidos em Coimbra não foram repudiados, antes sistematizados e apurados.

De ressaltar contudo uma maior incidência do ideário positivista nos seus artigos, patente na defesa de uma “política científica, prática, progressiva”, englobadora dos órgãos vitais da sociedade (indústria, comércio, finanças, direito, administração, artes), de onde resultaria o ambicionado acordo dos estadistas com sábios³⁶⁴, que garantiria um progresso conducente à Democracia. Esta seria, claro está, a consumação da perfectibilidade – uma “lei universal da vida humana” – das instituições políticas, alcançada pelo trabalho da ciência e da indústria. Representaria ainda a vitória do

³⁶² *Estudos de Filosofia política*, p.64.

³⁶³ Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Veja, 1983, p.98.

³⁶⁴ Alves da Veiga, «A Democracia no século XIX», *A Discussão*, Porto, nº195, 27 de Julho de 1884, p.1.

princípio democrático sobre o princípio dinástico (sinónimo de obscurantismo) e a criação de uma nova ordem de paz e progresso social, decorrente da natureza do homem: “ser naturalmente progressivo, naturalmente propenso para o bem, condenado pela fatalidade da sua natureza a reformar sem descanso todas as condições morais e materiais da sua vida”.³⁶⁵ Afirmações decorrentes de uma concepção genuinamente optimista da natureza humana: positivista e igualmente tributária da ideia rousseauiana de que o homem, apesar de ser bom por natureza, é corrompido pela sociedade.³⁶⁶

Ainda na linha positivista, e igualmente numa posição decorrente do solidarismo jurídico recolhido aquando dos seus tempos de estudante, observa-se a tentativa de fundar uma justiça democrática, assente num Direito resultante do labor sociológico, por isso científico: um direito que correlacionasse a protecção dos ímpetus individuais com um fim comum de ordem e progresso, ou seja, um meio-termo entre individualismo e colectivismo.³⁶⁷

Politicamente, o pensamento de Veiga é dominado pela ideia da federação, repercutida no seu pensamento económico por via da defesa do princípio associativo: em ambas as vertentes, é notória a influência de José Félix Henriques Nogueira.³⁶⁸

Critica pois a centralização propugnada pela monarquia constitucional portuguesa e aquela defendida pelos áulicos da república unitária, considerando-a, pelo excessiva proeminência do poder executivo, inibidora do cumprimento do princípio da soberania popular, elemento chave da verdadeira república democrática: a federalista.³⁶⁹

O federalismo por si advogado faz pois do poder executivo um “complemento, uma delegação do legislativo, sem intervenção nas atribuições próprias dos outros poderes”. Os seus membros seriam electivos e os seus mandatos limitados em tempo. Existiria um presidente da república, responsável perante as cortes, e um símbolo de ordem e legalidade, cuja conduta política seguiria de perto a “opinião pública livremente manifestada”. As cortes possuiriam duas câmaras, e ambas elegeriam o presidente, tal como acontecia na Suíça e na França. O chefe do governo, ou nas palavras do bacharel em Direito, “presidente do *conselho executivo nacional*”, seria escolhido pelo presidente da república, evitando-se a instabilidade dos ministérios directamente eleitos

³⁶⁵ Idem, «Acção perturbadora do princípio dinástico», *A Discussão*, Porto, nº308, 10 de Dezembro de 1884, p.1.

³⁶⁶ Idem, «Influência de Rousseau na formação da democracia moderna», *A Discussão*, Porto, nº532, 2 de Setembro de 1885, p.1.

³⁶⁷ Idem, «O Direito Democrático», *A Discussão*, Porto, nº560, 4 de Outubro de 1885, p.1.

³⁶⁸ Com as suas duas obras: *Estudos sobre a Reforma em Portugal e Município no século XIX*.

³⁶⁹ Alves da Veiga, «República democrática – Perigos do Unitarismo», *A Discussão*, Porto, 1 de Agosto de 1886, p.1.

pelas cortes, de forma a obviar à nociva “conspiração das tradições conservadoras” no acto da governação.

As prerrogativas do poder executivo seriam inseparáveis do respeito pela autonomia das localidades e dos municípios, devendo as atribuições daquele limitarem-se “à execução das leis aprovadas em câmaras”, “sem ofender nenhum dos direitos do seu constituinte, sem se envolver nas lutas dos partidos, sem abafar por qualquer modo as legítimas manifestações da consciência nacional”. Posto que da futura república federal portuguesa seriam eliminados os governos civis e as administrações do concelho, substituídos por simples delegados do governo central que fiscalizariam o cumprimento das leis gerais pelos governos das províncias e dos municípios, “sem ingerência nas atribuições particulares desses poderes.”³⁷⁰

Na prática parafraseando parágrafo por parágrafo as propostas expressas por Henriques Nogueira na sua obra *Município no Século XIX*, Alves da Veiga funda a sua proposta federativa numa organização administrativa baseada nos municípios: “unidades administrativas e económicas bem caracterizadas, com vida secular”, ainda vivas apesar dos séculos de centralismo monárquico, e directos descendentes dos concelhos medievais estudados por Alexandre Herculano, assentes por sua vez numa tradição de descentralização administrativa que remontava à presença romana na Península Ibérica.

Amada pelos povos, “pela prosperidade de que gozaram à sombra dela”, a instituição municipal teria pois um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento nacional. Com a sua particular vida económica e moral, assente sobre condições orográficas e climatéricas diversas, cada município representaria uma unidade fundamental e distinta da dos que o rodeavam.

Esta individualidade seria respeitada pelo reconhecimento do direito ao município a se constituir livremente, possuindo o seu próprio poder legislativo, executivo e judicial. As suas leis seriam feitas por um parlamento municipal, a câmara eleita por sufrágio universal e as autoridades que executariam aquelas seriam escolhidas pelos munícipes - incluindo as judiciais.

Por outro lado, o município asseguraria a unidade nacional, pois dentro do município cada homem aprenderia a ser cidadão, cultivando-se nos preceitos da liberdade, do patriotismo, do trabalho e da democracia. Isto por via de um exercício

³⁷⁰ Idem, «O poder executivo na República», *A Discussão*, Porto, 8 de Agosto de 1886, p.1.

continuado da sua soberania, fazendo leis, organizando o governo e discutindo os negócios da governação.³⁷¹

A economia da república federal portuguesa teria por base o princípio federativo da associação, buscando as várias indústrias nesta solução uma forma de garantir a prossecução das reformas advogadas por Alves da Veiga, que não diferem das defendidas por Henriques Nogueira: bancos populares, bancos agrícolas e caixas económicas fundadas com capital popular, dirigidas por elementos do povo, e que se abstivessem de actividades especulativas na bolsa, proporcionando capital a juros módicos de modo a impulsionar assim o investimento industrial e a por cobro à usura; regulação das taxas de juro, por via da sua “organização em sentido democrático”, leia-se, por intervenção do Estado; extinção do imposto do selo e do registo; a revisão do código comercial e a reforma da circulação bancária.

Seguindo os ensinamentos de Proudhon³⁷², Manuel Emídio Garcia, e mais uma vez não se afastando da mediação proposta por Henriques Nogueira³⁷³, o que Veiga pretende é concatenar individualismo com colectivismo, a associação com a liberdade individual, princípios “longe de serem soluções opostas”. O atomismo individual enquanto “negação da sociabilidade” e “apologia do egoísmo”, o colectivismo puro como uma “negação da natureza humana”, que só “vê a unidade, quando a variedade é uma das leis fundamentais da vida”, busca a ordem e o progresso por via da centralização político-económica e do igualitarismo económico quando “a variedade das aptidões, a diferença dos esforços, dos temperamentos e de outras condições naturais estão demonstrando que semelhante pensamento é inexequível no actual momento histórico da civilização.”

O advogado de Izeda exorta deste modo o operariado a abandonar o pensamento colectivista, “que não representa uma solução actual”, mas antes uma filosofia de futuro, para “abraçar as reformas democráticas, tão progressivas como harmónicas, pois que nelas se conciliam os dois elementos primitivos, fundamentais, de toda a renovação social, a liberdade e a autoridade, a colectividade e o indivíduo.” Essas reformas consistiriam na República federal, onde o Estado fosse “uma mera gerência de interesses”, onde a propriedade estivesse livre de encargos tributários e o peso destes

³⁷¹ Idem, «Elementos da federação portuguesa – O Município», *A Discussão*, Porto, 22 de Agosto de 1886, p.1.

³⁷² Pierre-Joseph Proudhon, *Do princípio federativo e da necessidade de reconstituir o partido da revolução*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp.59-63.

³⁷³ José Félix Henriques Nogueira, *Município no Século XIX*, Lisboa, Tipografia do Progresso, 1856, p.III.

sobre os cidadãos fosse quase nulo, onde o exército constituísse uma instituição popular e as reformas do crédito tivessem sido concretizadas. Assim julgava Alves da Veiga que se resolveria a questão operária.³⁷⁴

Veiga assume-se ainda como um crítico do “vasto sistema de centralização económica”, patente no regímen de privilégio e no monopólio de estado, “nas violências do fisco”, e no “estado feito negociante, com estabelecimentos administrados directamente por ele”. Por isso considerava indissociável a liberdade de expressão da liberdade económica como forma de garantir “que o homem seja inteiramente livre”.³⁷⁵

2.3. *A Política Nova: ideias para a reorganização da nacionalidade portuguesa: o projecto federal de Alves da Veiga*

A obra *Política Nova* conheceu um período de cerebração relativamente curto. Em epístola endereçada de Paris, em 17 de Janeiro de 1911, a Eduardo de Abreu, o exilado do 31 de Janeiro afirma que “estou bastante ocupado neste momento porque a revolução sugeriu-me a ideia de escrever um livro sobre política republicana que desejo concluir antes da reunião das Constituintes.”³⁷⁶ Por volta de 15 de Julho do mesmo ano, já a obra havia sido concluída e distribuída pelas livrarias.³⁷⁷

Alves da Veiga pretendia elaborar um projecto federalista de República que fosse discutido pelos deputados da Assembleia Constituinte, de modo a influenciar o debate constitucional e a futura organização política da I República Portuguesa. Por isso dedica a sua obra à Assembleia Constituinte, e afirma no prefácio daquela a sua intenção de desenvolver ideias “sobre a organização política da Republica Portuguesa e as reformas que ela deveria introduzir nos serviços públicos.” Não era sua pretensão inovar na filosofia política, mas antes expor o que já haviam dito “os tratadistas, mas para que

³⁷⁴ Alves da Veiga, «Missão social da democracia», *A Discussão*, Porto, nº836, 5 de Setembro de 1886, p.1.

³⁷⁵ Alves da Veiga, «Doutrinas democráticas. Liberdade do trabalho», *O Século*, Lisboa, nº11, Ano I, 16 de Janeiro de 1881, pp.1-2. Neste artigo, enuncia as medidas de âmbito económico a serem tomadas pelos republicanos após tomarem o poder: “Extinção dos estabelecimentos industriais do estado, de todos os monopólios oficiais e particulares protegidos por ele, supressão dos títulos de capacidade para as profissões que podem exercer-se mediante exame comprovativo de habilitações, dispensa de licenças de indústria, livre exploração de minas sem ofensa dos direitos de propriedade, eliminação dos impostos que embarcam a produção, a circulação e adopção de um imposto único cobrado da maneira mais suave para o contribuinte, supressão das barreiras interiores que recordem o regímen feudal, reforma das pautas em harmonia com o estado actual da civilização e as necessidades da indústria (...)”.

³⁷⁶ Carta de Alves da Veiga para Eduardo de Abreu, Paris, 17 de Janeiro de 1911 in Jorge Forjaz (org.), *Op. cit.*, pp.458-459.

³⁷⁷ Carta de Alves da Veiga para Eduardo de Abreu, Paris, 15 de Julho de 1911 in Jorge Forjaz (org.), *Op. cit.*, pp.459-460.

para Portugal ainda é novidade.”³⁷⁸ Pela obra perpassa ainda – como veremos - uma tentativa do autor de estabelecer uma mediação entre a sua utopia política – um federalismo altamente descentralizado – e a realidade concreta do Portugal pós-revolucionário de 1911: com um povo altamente analfabetizado, estruturas políticas e partidárias frágeis e os perigos de uma contra-insurreição monárquica.

Contudo, a *Política Nova* nunca chegou a ser objecto de debate na Assembleia Constituinte, o que não deixa de ser revelador do quão o federalismo estava afastado da bússola ideológico-política do PRP em 1911. Veiga havia ficado parado em 1891, e a nova geração activa havia secundado o seu ímpeto revolucionário pela escolha de um unitarismo jacobino. Vários deputados – o caso de Manuel de Arriaga - “teoricamente federalistas, acabaram por aceitar, ainda que como solução transitória, a forma unitária”, “em nome do velho critério «oportunista» e do estágio da evolução cívica do povo português”: a uniformidade política, étnica, religiosa e linguística do povo português, e a necessidade de um povo civicamente preparado para garantir a prática federativa foram os principais óbices colocados pelos deputados à concretização constitucional da ideia federalista, relegada agora para um futuro distante e imaterial.

Veiga ainda tentou desconstruir todas estas objecções na *Política Nova*, mas como afirmou Fernando Catroga, em 1911 viviam-se já tempos de “requiem pelo federalismo”. O medo de se perderem as conquistas revolucionárias levou a um reforço da ideia centralista, sobrepondo-se à velha aspiração federalista, objecto de décadas de debate e divulgação no publicismo republicano.

O caminho trilhado pela I República afastou-se com efeito do projecto federalista traçado por Henriques Nogueira em 1851, sob o qual surgiu “a idealização de um projecto republicano para Portugal”.³⁷⁹ Com consequências até aos dias de hoje, dizemos nós, pois desde então o centralismo político continuou a ser a norma na organização política do Portugal contemporâneo.

2.3.1. Organização política

Em 1911, ainda encontramos ecos no ideário de Alves da Veiga dos ensinamentos de Manuel Emídio Garcia, que dava especial relevo à necessidade do Direito ser

³⁷⁸ Alves da Veiga, *Política Nova – Ideias para a reorganização nacional*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911, p.1.

³⁷⁹ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, pp.172-175.

constituído à imagem das especificidades das comunidades humanas a que se destinava, e ao meio onde elas se haviam constituído.³⁸⁰ Por isso salienta o antigo revolucionário do 31 de Janeiro que, abandonadas “as concepções lógicas do espírito as reformas sociais são adaptações sucessivas e contínuas do Estado às diversas influências modificadoras do meio ambiente. Já não se legisla partindo de teoremas *à priori*, mas sim tomando em consideração as necessidades reais dos povos, segundo as suas diversas situações e condições temporárias de existência.”³⁸¹ Daqui parte-se para a recusa de um sistema político formado com base em critérios puramente administrativos, constituído e regulado “por simples decretos de um poder estranho”. Tal doutrina era “contrária às indicações da sociologia e da história”, pois a tutela de um Estado centralizado “tira aos organismos nacionais todo o espírito de iniciativa, e até a consciência de uma missão qualquer, que hajam de desempenhar.” A liberdade destes organismos devia ser reconhecida, garantindo-se a sua soberania e direito às suas próprias constituições.³⁸²

Estamos, no fundo, ainda perante o velho paradigma organicista veiculado por Rodrigues de Brito e Emídio Garcia na Universidade de Coimbra, por sua vez decorrente de um dos grandes debates da ciência política: a determinação das esferas de influência do indivíduo e do Estado³⁸³, ou nos termos de Proudhon, da liberdade e da autoridade. Defendia o teórico francês que a solução passava pelo equilíbrio entre tão díspares conceitos. Rejeitando a ditadura democrática do povo por um lado, e o comunismo e o centralismo da monarquia absoluta por outro, Proudhon afere da vantagem do princípio federal: reservada a autoridade do Estado central para uma mera gerência de interesses estritamente delimitados, um fomentador mas nunca um prossecutor; salvaguardada assim a iniciativa individual e a liberdade económica das regiões, protegidas da miséria causada pelos excessos do capitalismo por via do livre associativismo, equivalente económico do federalismo.³⁸⁴ Por isso conclui Proudhon que a verdadeira democracia republicana é federal.

³⁸⁰ Fernando Catroga, *O Sociologismo jurídico em Portugal e as suas incidências curriculares (1837-1911)*, pp.405 e 412. Na concepção de Emídio Garcia, sendo o Direito um facto social, o seu método de estudo teria de basear-se no das Ciências Naturais juntamente com o estudo das suas filiações históricas. Por isso, o estudo das condições naturais e étnicas de uma dada sociedade assumia especial importância na formulação de um Direito assente em bases “científicas”.

³⁸¹ Alves da Veiga, *Política Nova – Ideias para a reorganização nacional*, p.10.

³⁸² Idem, *ibidem*, p.30-31.

³⁸³ Isaiah Berlin, *Op. cit.*, p.51.

³⁸⁴ Pierre-Joseph Proudhon, *Do princípio federativo...*, pp.65-94.

A federação surge pois na *Política Nova* como uma forma de garantir a prossecução da “missão da democracia republicana: descentralizar.” É seguindo o “grande sociologista Proudhon” que Veiga salienta as vantagens do federalismo face às restantes formas políticas: a harmonia entre os interesses gerais da Nação e as necessidades privativas das localidades; e a disseminação do poder pelas estruturas intermédias de governação (os municípios) impossibilitando assim o sucesso de uma revolução e garantindo com maior eficácia a protecção da soberania nacional: a federação seria assim a melhor forma do país resistir a intentonas monárquicas, aspecto a que o exilado transmontano dá especial atenção.³⁸⁵

O modelo federal objecto de maior ênfase por Veiga é o suíço, de natureza confederalista e cantonalista, baseado na Constituição Suíça de 1874. Naturalmente, os casos norte-americano e brasileiro são referidos, tendo o nosso biografado maior simpatia pelo primeiro (mais democrático) do que pelo segundo, mas note-se que àquele coloca o óbice da dificuldade de o adaptar à situação portuguesa, dado o diferencial cognitivo entre o povo luso e o norte-americano.

A república federal por si advogada, na linha do que já havia defendido enquanto publicista, alicerçava-se nas “unidades administrativas bem caracterizadas, com larga base nas tradições da história nacional e no carácter e interesses das populações”, existentes apesar da ausência em Portugal de “radicais separações de raça e língua”: por ordem decrescente, a província, o município ou concelho e a comuna ou província. Todas estas entidades diferenciavam-se entre si. Por exemplo, as províncias do Norte distinguiam-se das do Sul pelos diferentes regimes de propriedade e de cultivo da terra, assim como pelo seu “fanático” “misticismo religioso”.³⁸⁶

Constituir-se-ia deste modo uma confederação³⁸⁷ de oito Estados provinciais: cada Estado provincial consistiria numa união de municípios ou concelhos; cada município numa união de comunas ou paróquias. Um verdadeiro “*self-government*”, com o “mínimo possível de burocracia e o máximo possível de iniciativa individual”. O fim da confederação seria o de assegurar a independência da pátria contra invasões estrangeiras, a manutenção da ordem pública e a protecção da liberdade e dos direitos dos cidadãos confederados.

³⁸⁵ Alves da Veiga, *Política Nova – Ideias para a reorganização nacional*, pp.35-42.

³⁸⁶ Idem, *ibidem*, p.52.

³⁸⁷ Note-se que apesar de na *Política Nova* o uso dos termos federação e confederação ser por vezes aleatório, a natureza da proposta veigueana é de um teor confederalista, verificando-se um balanço dos poderes pendente para os Estados federados (com os seus municípios, províncias e paróquias) e não para o Estado federal, que vê as suas prerrogativas bem delimitadas.

Cada Estado provincial teria o seu parlamento e o seu governo próprio, com funções legislativas, executivas e jurídicas; ambos eleitos pelos cidadãos de cada Estado. A autonomia dos Estados provinciais estender-se-ia a todas as matérias desde que não ultrapassassem os limites da esfera dos interesses comuns a toda a federação e objecto do poder do governo central: instrução, beneficência, impostos, força armada, ordem pública. As suas constituições não poderiam conter artigos que fossem contra os princípios da constituição nacional e as liberdades do cidadão.

A definição de município formulada por Alves da Veiga na *Política Nova* não conhece quaisquer alterações quanto àquela que defendeu durante a sua fase de propaganda. Continua a ser um meio de garantir a união nacional por via do exercício continuado da soberania pelo povo, onde o homem aprendia a “ser cidadão, a cumprir altos deveres cívicos e a amar a pátria”. No sistema federativo, os municípios seriam autónomos: existiria um parlamento que decidiria sobre as leis municipais, por sua vez executadas por uma câmara municipal com ambas estas instituições a serem eleitas pelos munícipes, e os pleitos a serem decididos por juízes municipais.

Por sua vez, a paróquia seria governada por uma junta electiva ou um conselho paroquial, “encarregada de fazer regulamentos e adoptar as providências necessárias para o conseguimento dos fins especiais da associação paroquial: mormente a manutenção da ordem e segurança públicas.”³⁸⁸

Os princípios que deviam nortear a constituição da federação portuguesa seriam os da liberdade e do sufrágio universal. Porém, e ao arrepio daquilo que defendeu durante toda a sua vida - dada a especificada da situação portuguesa em 1910, nomeadamente a fragilidade da novel República - Alves da Veiga defende a sua restrição para “evitar-se a sua manipulação pela falta de cultura dos povos, e também para não se entregar a direcção do país a analfabetos”. Apresenta assim como solução a eleição indirecta, baseada num escrutínio regulado pelo sistema de representação proporcional, que prefere aos sistemas de representação maioritária (uninominal e plurinominal) por registar “todas as oscilações do corpo eleitoral. É de certa maneira o regulador da sensibilidade da opinião.” Veiga refere os processos de Hondt e de Thomas Hare, aplaudindo o governo provisório por ter ensaiado o primeiro.³⁸⁹ Contudo, não dá

³⁸⁸ Idem, *ibidem*, p.44-61.

³⁸⁹ Segundo o escrutínio de tipo maioritário, vence o candidato que obter um maior número de votos. Existem dois grandes tipos de escrutínios maioritários: uninominal (quando em cada circunscrição/círculo eleitoral só existe um candidato para eleger) e plurinominal (quando em cada circunscrição existem vários candidatos para eleger, agrupados em listas). Quanto ao sistema de representação proporcional, parte da

preferência a qualquer um, fazendo depender o processo escolhido das especificidades do país e da necessidade de se assegurar a representação partidária mais de acordo com a soberania popular, mesmo que tal implicasse alterações ao modelo de Hondt, “introduzindo-lhe disposições de outros sistemas”.³⁹⁰

Fulcral seria o garante da separação, electividade e independência dos poderes legislativo, judicial e executivo (de modo a evitar-se uma tirania popular pelo poder legislativo), para o que seria criada uma entidade de controlo destes poderes, através da fiscalização de todos os ramos da administração pública. De modo a evitarem-se abusos do funcionário público, o seu cargo passaria a ser renovável por períodos legalmente fixados, estando proibidos de acumular cargos estatais.

Quanto à organização do poder legislativo, Veiga rejeita o parlamento unicameral por considerá-lo conducente ao Estado jacobino e unitarista, como verificado em 1791. Aqui difere de Henriques Nogueira, que não partindo da hipótese de as duas câmaras serem elegíveis, rejeita a solução bicameral.³⁹¹ Esta é a defendida por Veiga, pelas seguintes razões: garantir-se-ia um equilíbrio mais salutar entre a direita e a esquerda, e a qualidade do trabalho legislativo - pela colaboração entre as duas câmaras - seria maior, ajudando a moderar os ímpetos populares mais excessivos.

Mais importante ainda, o parlamento bicameral possibilitaria a representação não só da soberania nacional, mas igualmente dos Estados federados. Assim uma câmara, de cariz mais democrático, seria eleita directamente pelo povo por períodos de cinco anos, emanada do sufrágio popular directo. Veiga rejeita o mandato imperativo, considerando suficiente a mera apresentação de um programa governativo aquando da campanha

premissa de garantir a cada partido político um número de representantes o mais proporcional possível à sua real importância eleitoral, o que não corresponde necessariamente à sua representatividade social. Um dos principais atributos do sistema proporcional consiste na garantia da representação das minorias, de onde resulta a principal dificuldade da sua execução. Isto porque atribui-se a cada lista os lugares correspondentes dividindo-se os sufrágios obtidos pelo quociente eleitoral (que se obtém dividindo-se em cada circunscrição o número de sufrágios pelo número de lugares a preencher). Contudo, quando algumas listas não obtêm um número de votos igual ao do quociente eleitoral, e os votos obtidos pelas outras não são divisíveis por este, torna-se necessário repartir alguns dos lugares em função das minorias. Daí surge o modelo de Hondt, que entre outros, procurou resolver este problema. Consiste em dividir “os votos obtidos por cada lista por 1, 2, 3, 4, 5, **n**, representando **n** o número de lugares a preencher. Os resultados alcançados por esta operação são ordenados de seguida, por ordem decrescente, até ao número de deputados a eleger. O último número da lista assim ordenada chama-se «**repartidor**», e é diferente do quociente eleitoral, porque dividindo os votos alcançados por cada lista por este número repartidor obtém-se directamente o número de lugares que cabe a cada partido.” Este é o sistema actualmente em vigor em Portugal. Vide a este respeito, António José Fernandes, *Introdução à Ciência Política – Teorias, Métodos e Temáticas*, Porto, Porto Editora, 1995, pp.215-219.

³⁹⁰ Alves da Veiga, *Política Nova...*, pp.68-71.

³⁹¹ José Félix Henriques Nogueira, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Lisboa, Tipografia Social, 1851, p.27.

eleitoral. A segunda câmara representaria os organismos provinciais, sendo renovada por períodos trienais e saindo de cada vez um terço dos seus membros. Ambas as Assembleias formariam a “*Assembleia Nacional*” e colaborariam no trabalho legislativo, para o que funcionariam no mesmo edifício e com similar horário. Contudo, a segunda câmara, se teria direito de iniciativa e de voto em todas as questões, não teria poder de veto quanto às propostas da primeira câmara, pois a opinião dos eleitores do sufrágio directo não podia ser sacrificada à vontade de uma câmara eleita indirectamente, o que iria contra o espírito democrático. Da mesma forma, o presidente da república não teria direito de veto às propostas legislativas.³⁹²

Apesar de não o expressar e de nunca o referir, no fundo, a solução bicameral de Alves da Veiga corresponde a uma tentativa de se enquadrar política e institucionalmente a realidade resultante da existência de duas grandes esferas de poder - o Estado central/federal e os Estados federados - dentro de um único espaço político, e as consequências daí decorrentes para a vida legal dos cidadãos federados: falamos pois, do princípio da dupla cidadania.³⁹³ Esta concepção foi uma das grandes novidades da experiência constitucional federal norte-americana. Contudo, julgamos que o bicameralismo por cuja defesa envereda se explica melhor pela sua preocupação em dotar os organismos sociais por ele considerados mais importantes – as províncias - de representatividade política.

Refira-se que a representação dos organismos provinciais no Senado e do povo por via dos seus directos mandatários no parlamento, fora algo preconizado por Heinrich Ahrens, um discípulo de Krause, que entendia o organicismo como uma forma de superar o individualismo e o colectivismo, assim como os seus *nemesis*, o atomismo individualista e o totalitarismo de Estado.³⁹⁴

As competências do poder legislativo federal incidiriam mormente sobre questões externas da confederação (tratados de paz, navegação e comércio, alianças, armistícios e declarações de guerra) e a aspectos gerais da vida interna: administrativa (leis e

³⁹² Alves da Veiga, *Política Nova...*, pp.82-88. Para obviar a este problema, Veiga propõe o modelo da constituição federal brasileira: o projecto de lei de uma câmara seria aprovado quando ela rejeitasse, por dois terços dos votos, em segunda leitura, as alterações que a outra lhe tivesse introduzido, e sustentado também, em segunda leitura e pelo mesmo número de votos.

³⁹³ Viriato Soromenho-Marques, *A Revolução Federal - Filosofia política e debate constitucional na fundação dos E.U.A.*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p.55.

³⁹⁴ Heinrich Ahrens, *Cours de Droit Naturel ou de Philosophie du Droit, fait d'après L'État actuel de cette science en Allemagne, 5^e Édition – Revue et considérablement augmenté*, Bruxelles, Bruylant-Christophe et C^{ie} Éditeurs, 1860, pp.513-515; e Elías Díaz, *La Filosofía Social del Krausismo Español*, Madrid, Ed. Cuadernos para el Dialogo, 1973, pp.60-62.

processo eleitoral para eleições gerais), económico-financeira (leis sobre exploração dos recursos naturais, dívida pública, alfândegas e impostos de carácter geral), ensino e beneficência (organização do ensino, protecção à infância e leis de protecção social), ordem pública e comunicações (organização do exército e da armada, da navegação fluvial e costeira, dos correios e dos telegramas). Caberia ainda ao parlamento federal a eleição do Presidente e do vice-presidente da República, do presidente do Supremo Tribunal Federal e do Supremo Comandante em chefe do exército, autorizar o governo a contrair empréstimos, a fiscalização da colecta de impostos, e a aprovação do orçamento da receita e despesa anual da nação. Como seria de esperar, os textos constitucionais dos Estados federados deveriam estar em concordância com a constituição federal.

Já os parlamentos dos estados provinciais/federados seriam unicamerais, constituindo uma assembleia formada por deputados eleitos pelo povo, de modo a simplificar o trabalho legislativo e a diminuir os custos relacionados com a existência de duas câmaras.

Rejeita ainda o referendo, por considerar que a prática da democracia directa num país com um povo iletrado como o português, poderia levar ao restabelecimento de leis e regime reaccionários. O referendo é assim projectado para um futuro em que a República já houvesse feito a educação cívica do povo, por via da sua alfabetização. Veiga não estabelece contudo qualquer diferença entre os conceitos de referendo (em que se vota um texto) e plebiscito (em que se vota uma proposta lançada por uma pessoa).³⁹⁵

Esta República parlamentar federal exerceria a sua função executiva por via de um presidente e de um vice-presidente. A função executiva assumir-se-ia como uma mera delegação do poder soberano, estando organizada de forma descentralizada. Note-se que apesar de Veiga preferir o modelo da república representativa (em vigor nos E.U.A), em que o Presidente seria eleito por sufrágio directo ou indirecto, dada a imaturidade cognitiva do corpo eleitoral português, defende por este modo a república parlamentar, com o presidente e o vice-presidente da República a serem eleitos pela “Assembleia Nacional Legislativa”, tendo-se deste modo a certeza da escolha do cargo ser confiada a uma “assembleia de homens cultos”.

³⁹⁵ Alves da Veiga, *Política Nova...*, pp.89-95.

O mandato presidencial seria único, com uma duração de quatro anos. O vice-presidente entraria em funções apenas quando o presidente estivesse impossibilitado de o fazer. Caberia ao presidente a escolha do chefe do “*Conselho executivo nacional*” (o governo), e seria este que depois escolheria os seus colaboradores, de entre os cidadãos elegíveis para cargos políticos. De seguida o chefe de governo faria um programa de governo que seria apresentado à Assembleia Nacional, e só depois desta o ter aprovado e de dar àquele o seu voto de confiança seria a nomeação dos ministros tornada definitiva. Veiga pretendia assim conciliar o respeito pelos direitos parlamentares com a estabilidade governativa. Por esta mesma razão, rejeita a ideia de que o poder legislativo pudesse recorrer na Assembleia Nacional das medidas do poder executivo. Quaisquer conflitos entre as esferas legislativa e executiva seriam reguladas pelos tribunais competentes.

O poder executivo, para além de concretizar as medidas tomadas pela assembleia legislativa (matérias internacionais, por exemplo), tinha a obrigação de defender a autonomia e a integridade do território nacional, de administrar os produtos dos impostos e rendimentos nacionais, mandar proceder às obras necessárias para o país (cuja construção deveria ser adjudicada aos privados, não devendo o Estado ter qualquer papel), o garante da ordem pública, a execução das sentenças dos tribunais, intervir nos conflitos que surgissem entre Estados provinciais, promover o progresso da instrução e o desenvolvimento da riqueza pública.

As relações entre Estado federal e Estados federados deveriam ser presididas pela ideia da concórdia: por isso, as autoridades provinciais vigiariam conjuntamente com as federais o respeito pela esfera de poder dos Estados federados, de modo a não se dar nenhuma usurpação do poder destes. Em casos extremos, recorrer-se-ia à mediação do Supremo Tribunal da República.³⁹⁶

No que toca ao poder judicial, considera Veiga que, tal como os outros poderes, aquele deveria ser eleito por sufrágio popular. O povo teria o direito de escolher os seus juízes e de com isso intervir na administração da justiça. Por esta mesma razão defendia a criação de um júri – escolhido por via de exames escritos - para as matérias criminais e industriais como uma forma de intervenção directa dos cidadãos no julgamento dos pleitos judiciais, tornando-o mais transparente. Seria ainda uma forma de reduzir a morosidade da justiça e de lhe aumentar a eficácia, pois, através da divisão das tarefas

³⁹⁶ Idem, *ibidem*, pp.97-118.

judiciais com uma equipa de jurados, os juízes teriam muito menos trabalho. Ao júri seriam atribuídos os casos de facto, e ao juiz os de direito.

Seriam suprimidos os tribunais de excepção, os emolumentos e os salários judiciais, sendo os funcionários judiciais pagos com salários fixos, para viverem independentemente sem nada reclamarem dos pleiteantes. Assegurar-se-ia desta forma a gratuidade da justiça.

A estrutura judicial abrangeria paróquias, municípios e províncias. Nas primeiras, existiria um juiz eleito pelos paroquianos com competência para julgar pequenas questões e de executar outras diligências por delegação de autoridades judiciárias superiores; nos segundos existiria um promotor e um juiz de primeira instância, eleitos pela Assembleia provincial; nas terceiras estaria localizado o tribunal de Relação, formado por sete magistrados, provenientes do quadro dos juízes municipais.

Existiria, por último, um Supremo Tribunal federal, constituído por dez juízes escolhidos pela Assembleia Nacional de entre os juízes do quadro das Relações e de entre os cidadãos reconhecidos pela sua competência em matérias jurídicas. A este tribunal competiriam apenas questões de carácter geral, da vida interna e externa da nação. Não seria um tribunal de apelação, pois os processos seriam julgados em última instância pelos tribunais provinciais, sob os quais recairia o grosso do trabalho judicial.³⁹⁷

Uma última nota para a organização militar defendida por Alves da Veiga, igualmente idêntica à proposta de Henriques Nogueira.³⁹⁸ Seguindo de perto o modelo suíço, propõe a instituição do cidadão-soldado por via do serviço militar obrigatório. A aprendizagem das armas deveria ter em conta a frágil situação financeira de Portugal. Por isso, o exército assentaria numa estrutura miliciana, capaz de fazer frente a agressões estrangeiras, e sem por em perigo as liberdades públicas nem comprometer os interesses económicos do país. Deste modo, a formação militar seria realizada em campos de manobras locais, o mais próximo possível das proveniências dos recrutados. Com efeito, a grande vantagem da escolha de uma organização miliciana do exército, apesar do idealismo romântico a ela subjacente, consiste na estreita ligação existente entre o soldado miliciano e a terra que ele deve defender, o que resulta no potenciar do “sentimento de um grande dever patriótico a cumprir”, “que faz os soldados heróicos”. Uma outra vantagem das milícias seria o fim dos golpes de Estado levados a cabo com

³⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp.119-139.

³⁹⁸ José Félix Henriques Nogueira, *Estudos sobre a reforma em Portugal*, pp.53-66.

exércitos permanentes, por sua vez promotores da vida de caserna tão avessa, segundo Veiga, aos bons costumes (o problema da ociosidade, do alcoolismo, da desagregação das famílias).

Os oficiais constituiriam os únicos membros do exército que exerceriam as suas funções a título permanente, estando agrupados em redor de escolas de oficiais onde estudariam a ciência militar. Todo o exército deveria estar uniformizado, cabendo ao governo central a criação e direcção de escolas para oficiais, das leis militares, das fábricas de armamento, a divisão militar do território e a composição dos corpos de exército. Já os serviços de recrutamento e instrução dos cidadãos, a execução das leis e regulamentos militares (sob a fiscalização do governo central), o equipamento, o vestuário, a alimentação de tropas, e a promoção de oficiais estariam a cargo dos estados provinciais, de acordo com as leis gerais.

O futuro exército seria composto por oito divisões, organizadas em quatro corpos de exército: 1º - norte do Douro, com quartel-general no Porto; 2º - entre o Douro e o Mondego, com quartel em Coimbra; 3º - entre o Mondego e o Tejo, com quartel em Lisboa; 4º - entre o Tejo e o Algarve, com o quartel em Évora. As oito divisões seriam autónomas no âmbito das atribuições dos poderes locais, e dependentes da autoridade da Confederação em todas as matérias de carácter geral. Em momento de guerra, e a partir da mobilização, todas as tropas obedeceriam a um Comando Geral, de modo a que houvesse um exército nacional e não exércitos regionais. Na sintética expressão de Alves da Veiga, “autonomia em tempo de paz, centralização em tempo de guerra”.³⁹⁹

Refira-se ainda que, ao contrário do que fora aventado na fase de propaganda pelos positivistas portugueses, Veiga não faz qualquer menção ou defesa de uma federação ibérica. O que se explica pela evolução da situação política espanhola, dado que aí a república fora de curta duração, tendo a monarquia sido restaurada em 1874.

2.3.2. Organização económica e financeira

O tratamento dado pelo nosso biografado, nesta obra, às matérias de âmbito económico e financeiro não se diferencia igualmente daquilo que escreveu durante a década de oitenta do século XIX. Releve-se, contudo, uma maior atenção dada à questão operária, resultante de uma natural evolução do seu pensamento solidarista e

³⁹⁹ Idem, *ibidem*, pp.141-164.

organicista para uma defesa do sindicalismo de base socialista como uma forma de se resolver tal problema por via da associação entre patrões e trabalhadores. É ainda a procura de um meio-termo entre individualismo e colectivismo, de que resulta um Estado politicamente federal e economicamente associativo, muito próximo do corporativismo.

Fiscalmente, defende que o sistema tributário deveria ser norteado pelo “sentido da igualdade social”. Pugna assim pela criação de um imposto geral sobre o rendimento, que deveria abranger todos os rendimentos líquidos (à excepção do salário mínimo, cuja criação é defendida por Veiga), sendo declarado pelo contribuinte e tributado diferencialmente através da discriminação dos rendimentos, conforme a sua origem e natureza (impostos maiores para rendimentos permanentes do que para rendimentos temporários). Deveria contudo ser aplicado progressivamente, “para que não fira o espírito de economia nem prejudique a formação e desenvolvimento da riqueza.”⁴⁰⁰

No que toca às relações económico-financeiras entre o Estado federal e os Estados federados, defende inequivocamente a autonomia destes: tanto a província como o município deveriam ter direito à sua liberdade económica, incluindo a sua própria fazenda. As províncias poderiam pedir empréstimos destinados a melhorar as condições materiais e morais dos seus habitantes, mas, sempre sob o controlo da União, pela simples razão que do endividamento excessivo das províncias poderia resultar a violação da soberania nacional (dividas a bancos estrangeiros, penhoras de empresas estatais) e a bancarrota da economia da federação.

Dá especial atenção à liquidação da dívida externa e interna herdada da monarquia pela I República. O seu plano consistia, por um lado, em dar como base às finanças portuguesas uma descentralização económica e administrativa, e por outro, a simplificação dos serviços gerais.

Considera pois necessário um emagrecimento do Estado, alcançável mediante a diminuição dos quadros da administração central e do seu custo pela descentralização de serviços para a província: o essencial seria ter pouca gente, mas bem distribuída, academicamente habilitada e equivalentemente remunerada. Seria a vitória do mérito e do trabalho sobre as sinecuras, a acumulação de cargos e as comissões inúteis. Exprobra por conseguinte aqueles que consideravam que não se podia despedir mais funcionários públicos, considerando que o povo português era “um povo de emprego-mania, um

⁴⁰⁰ Alves da Veiga, *A Política Nova*, pp.165-193.

povo de parasitas, sem fé no esforço próprio, um povo que só procura viver do orçamento. A monarquia criou este mau hábito que custará a desenraizar.”

Por sua vez, a regularização da dívida flutuante externa e interna passaria pela venda dos valores mobiliários na posse do Estado (caso dos caminhos-de-ferro localizados na metrópole, nas colónias e no estrangeiro – caso do de Salamanca), pela emissão de títulos perpétuos, e pela criação ou reforma de impostos que incidissem sobre as transmissões de propriedades, de modo a permitirem um rápido aumento de receitas em favor do Estado.

De uma diminuição do número de funcionários públicos e de uma organização racional da sua administração, decorreria a diminuição da carga fiscal imposta pelo Estado federal sobre os cidadãos federados.

Por isso, na organização financeira da república portuguesa federal, e em respeito pela autonomia económica dos Estados provinciais, seriam especificados os impostos de carácter geral (da confederação) e os de carácter privativo (dos Estados federados). Enquanto o montante do imposto sobre o rendimento (logo, um imposto directo) seria pago pelos cidadãos aos Estados provinciais, a federação iria buscar as suas receitas por via de impostos indirectos sobre a propriedade, o comércio e a indústria: alfândegas, selos, registos, sucessões e transmissões de propriedade, correios e telégrafos, caminhos-de-ferro.

Partindo da convicção proudhoniana de que o Estado deveria ser um mero instigador de iniciativas, mas nunca um empreendedor por conta própria, Alves da Veiga desabafava que “o grande erro de muita gente, sobretudo na nossa raça latina, está em julgar que os progressos da civilização têm de resultar necessariamente da intervenção onipotente do Estado em todas as coisas e que as iniciativas particulares nada podem conseguir pelo seu exclusivo esforço. A prova de que assim não é, aí a temos no magnífico desenvolvimento industrial e económico dos anglo-americanos, que tudo fiam do trabalho e da inteligência dos cidadãos. Para estes rudes obreiros do progresso humano, a força dinâmica, reformadora, impulsiva, não é o Estado, são os indivíduos, os grupos, as federações de grupos, as associações económicas e políticas autónomas.”⁴⁰¹

Por trás desta posição, encontra-se o paradigma associativista – presente tanto em Proudhon como nos positivistas portugueses⁴⁰² - ou seja, a defesa da organização das

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, pp.197-215.

⁴⁰² Fernando Catroga, *Os inícios do positivismo em Portugal*, p.89.

estruturas produtivas “pela federação dentro dos organismo do Estado, segundo os princípios da liberdade moderna”. O associativismo seria, para Alves da Veiga, a melhor forma de se restringir a interferência do Estado central na vida económica da nação, sem que esta corresse o risco de cair nas mãos do capitalismo propugnado pelo liberalismo económico, e próprio do atomismo individualista. Trata-se, novamente, da tentativa de alcançar uma mediação entre individualismo e colectivismo.

O bacharel em Direito pugnava consequentemente pela corporação ou associação de artes e ofícios, feita sob a égide das “ideias de igualdade e solidariedade da moderna filosofia social”. E, citando Proudhon, lembra que “é pela associação económica que o povo se emancipará da tutela governativa e chegará à posse do verdadeiro regímen democrático.”

Logo, considera que os diferentes ramos do trabalho deveriam associar-se livre, mas rigorosamente, dentro da modalidade federativa, conservando-se na ordem económica os mesmos quadros, divisões e relações da ordem administrativa. As profissões estariam associadas dentro da paróquia, do município, da província e da nação, formando, “solidariamente”, “a vasta rede dos interesses nos quais ficará residindo a verdadeira função directiva, a verdadeira força social.”

Considerando que fora pela organização federativa que se proporcionara a evolução do pensamento socialista, cita Veiga a propósito os nomes de Karl Marx e Friedrich Engels para aferir que o comunismo, enquanto “sistema tão radicalmente oposto à ordem constituída, não tem condições de aplicação integral imediata, nem de viabilidade como corpo homogéneo de doutrina.”

Porém, mostra simpatia pelas ideias da propaganda comunista quanto ao bem-estar do operariado, aquilo que define por “higiene social”, e onde inclui uma “legislação protectora do trabalho (onde se encontram, entre outras medidas: limitação do dia de trabalho para oito horas, descanso de trinta e seis horas por semana, proibição do trabalho nocturno).

Rejeita por isso a linha do socialismo marxista revolucionário, considerando que o operariado deveria buscar todas as melhorias possíveis da sua situação dentro do quadro político-constitucional existente, mediante uma colaboração entre a acção política e a acção sindical.

O sindicato, dado que “toda a sua força e consistência (...) lhe vem da organização federal, prestava-se pois a ser uma peça fundamental na vida económica da Federação: seria eventualmente a forma de associação por si pretendida para a futura república

federal. Defende por isso que a organização política federal deveria ser secundada por uma organização económica sindicalista federal. Assume ainda – referindo o exemplo francês - que os sindicatos tinham mais poder que os governos, considerando-os por isso entidades não negligenciáveis no diálogo político e social: “devemos, pois, contar com a ideia sindicalista para a obra do progresso e da justiça social. Aproveitemos o que nela existe de racional e humano – a associação, a solidariedade. (...) O futuro não será da associação coactiva, será da associação livre, da cooperação.”

O direito associativo deveria estender-se a todas os trabalhadores, excepto aos funcionários públicos, possuidores de um direito de associação limitado, podendo apenas associar-se a outros funcionários do mesmo serviço público, ou que ocupassem em serviços diferentes empregos semelhantes. Pela mesma razão – a necessidade de se garantir um regular funcionamento dos serviços públicos – os funcionários do Estado federal não teriam direito à greve.⁴⁰³

Concluindo, a validade do sindicato enquanto forma associativa derivava pois de a sua criação estar subjacente à livre vontade dos associados, e não a uma imposição do poder instituído, o que acontecia, por exemplo, com as formas associativas próprias da medievalidade. Cumpria-se deste modo, o equilíbrio entre o respeito pelas liberdades demoliberais e as necessidades económicas de um corpo colectivo: a confederação.

⁴⁰³Alves da Veiga, *Política Nova ...*, pp.213-234.

Conclusão

Não sendo uma figura que se distinga pela sua peculiar individualidade, Augusto Manuel Alves da Veiga oferece-nos contudo um retrato fiel da época e das circunstâncias em que o republicanismo passou das páginas dos jornais até atingir uma existência política credível e minimamente implantada na sociedade portuguesa. Como tantos outros republicanos, cursou Direito em Coimbra, e foi aí que tomou contacto com o republicanismo e com o federalismo. Graças ao papel iniciador de alguns professores, e também a uma conjuntura política externa favorável a tal escolha política. Viviam-se então os dois agitados anos da Revolução Republicana Espanhola (1873-1874), que conheceu diversas fases: a federalista, a unitarista, para além das tentativas de secessão de natureza cantonalista.

Quiçá, a sua faceta de republicano evolucionista e conservador não terá deixado de ter sido influenciada pela forma como os republicanos espanhóis conseguiram instaurar legalmente, por via parlamentar, a República (pesem os singulares contornos de tal ocorrência); assim como os sucessos dos republicanos oportunistas franceses, já em 1879.

De forma natural, iniciou-se politicamente por meio do combate e da propaganda jornalísticas. Daí para uma actividade política mais institucionalizada foi um pequeno salto. Assumiu-se paulatinamente como uma das figuras de referência do republicanismo do Porto, quer pela sua figura de fundador do primeiro clube republicano portuense, quer pelo papel que desempenhou na fundação do Partido Republicano Português. Decorrendo da organização clubista e acéfala do republicanismo, a tácita liderança por si avocada no Porto foi contestada, frontal ou subtilmente, por alguns dos seus correligionários. Um homem bem conotado socialmente pela sua condição de advogado, dotado de uma certa fortuna pessoal, viu-se acusado de ser um promotor nato de intrigas políticas, decidido a preservar a sua chefia dos republicanos portuenses a todo o custo. Acusações de factualidade sempre discutível, mas que se relacionam igualmente com a contestação ao modelo de participação política legalista por si defendido, e que nulos resultados deu durante a década de 80 do século XIX. Por isso foi acusado múltiplas vezes de inactividade e excessivo acanhamento.

Afirmações que devem ser colocadas em perspectiva, pois o “messias da Ideia Nova” passava por ano longos dias a viajar de província em província, a discursar e a tentar

criar embriões de núcleos de centros republicanos em cada aldeia e vila. Contudo, como se viria a comprovar aquando do 31 de Janeiro, os resultados desse esforço propagandístico eram dúbios, não deixando de ter sido acerbamente criticados pelos seus contemporâneos.

Ora, à opção eleitoralista opunha-se a revolução, e não deixa de ser irónico que aquele que tanto foi criticado pelo seu conservadorismo tenha sido o líder civil da primeira revolta republicana a ocorrer em Portugal. Algo que se explica provavelmente pela sua vontade em garantir um lugar de vanguarda na futura ordem política: uma revolução republicana no Porto não se poderia fazer sem ele, logo na cidade onde exercia o seu poder político, já há cerca de dez anos. Durante a conspiração e na revolta que dela decorreu, a acção de Veiga não foi propriamente exemplar. Revelou-se um líder fraco, ultrapassado pelos acontecimentos, incapaz de domar os militares, que, de forma tão descuidada ele, Santos Cardoso e João Chagas aliciaram. Foi artífice – à revelia de parte do PRP - de uma tentativa de República que ninguém realmente sabia o que seria, a não ser que não enveredaria pelo caminho da federação ibérica, e isto apenas por revelação pós-acto revolucionário, feita no *Manifesto dos Emigrados*. Curioso foi que os republicanos e monárquicos do 5 de Outubro de 1911 tenham aprendido tão pouco com o 31 de Janeiro de 1891: uma revolução em que as chefias republicanas se distinguiram pela sua inépcia e as forças militares monárquicas por uma indecisão a resvalar a alta-traição. Este foi um aspecto presente no 31 de Janeiro, que nós não abordámos extensivamente pelas limitações do nosso objecto de estudo. Sabemos contudo que o número de oficiais apalavrados com os republicanos era certamente maior que aquele que passou à História.

E é aqui que a trajectória política e intelectual de Alves da Veiga toma pela primeira vez contornos específicos, acabando por ser bastante diferente da dos seus correligionários republicanos. Enquanto para estes 1910 foi um ano de craveira, para o bem e para o mal, para aquele foi-o antes 1891. Significou talvez a diferença entre ter passado à História como um dos primeiros mártires da República, um venerando defensor da fraternidade, liberdade e igualdade republicanas; ao invés de uma mera nota de rodapé, de mais um republicano.

E dizemo-lo porque o nosso biografado nunca foi um teorizador político, e mesmo a sua condição de publicista merece uma análise mais contextualizada. Apesar de ter participado como colaborador e redactor em vários periódicos, o número de artigos que publicou foi sempre reduzido. Ao longo de dez anos de colaboração com o diário *O*

Século – esporádica é certo – redigiu pouco mais que dez artigos. Mesmo no diário que fundou, *A Discussão*, verificámos que nunca escreveu muito. A sua escassa produção literária não deixou de ser notada pelos seus contemporâneos: criticava-se-lhe o facto de em 1886 nunca ter publicado um qualquer opúsculo fazendo a defesa das doutrinas republicanas. Foi necessário o 5 de Outubro de 1910 para que publicasse o seu primeiro livro, redigido em apenas seis meses. Mas até a originalidade de a *Política Nova* é questionável. É certo que o autor afirma logo nas primeiras páginas que não pretende introduzir quaisquer ideias novas no estudo dos factos políticos. Com efeito, aquela obra não é mais do que um relembrar ao PRP de 1910 daquilo que havia sido a sua identidade programática em 1891, e do que a maioria dos seus membros havia propugnado desde os tempos do Clube dos Lunáticos. Porém, quando falamos em falta de originalidade, não nos reportamos somente ao facto de, por exemplo, Veiga tomar como fonte para algumas das suas ideias Henriques Nogueira, mas antes à questão de na *Política Nova* repetir *ipsis verbis* artigos que havia escrito e publicado vinte anos atrás. E há que ter em conta que o federalismo, que tão veementemente advoga na *Política Nova*, não foi igualmente um tema muito corrente nos seus artigos do tempo de propaganda. Escreveu sobre ele, mas muito pouco. De uma forma geral, o ideário político-económico de Veiga distingue-se por uma menor carga positivista e uma grande ênfase na igualdade socioeconómica (dando especial atenção à questão operária), aliada ao respeito pelas liberdades individuais: fruto da aqui amplamente referida busca de conciliar o individualismo com o colectivismo, que o aproxima do organicismo que terá conhecido nas salas de aula da Universidade de Coimbra.

Aquando do 31 de Janeiro de 1891, a via propagandística já estava a ser substituída na mente dos republicanos pela via revolucionária. Por isso, aquela revolução falhada acabou, de certo modo, por salvar a vida do izedense. É que na República que saiu a 5 de Outubro do impulso da geração activa, havia pouco lugar para os republicanos históricos de guerras passadas. E Alves da Veiga foi uma figura que nunca se havia distinguido pelo seu pensamento político, pelo que de novo podia aportar intelectualmente ao PRP, mas antes por ser um homem de acção, da política no terreno, dos comícios e dos discursos. No Portugal pós-1910, o seu temperamento conservador ter-lhe-ia valido eventualmente sérios infortúnios. Lembremo-nos do trágico destino de homens como José Pereira de Sampaio e Basílio Teles, correligionários de Veiga: republicanos históricos, ambos falecidos na miséria. O primeiro, desprezado

publicamente e votado a um auto-infligido isolamento, o segundo, desaparecido por entre a indigência e o esquecimento quase totais.

Em retrospectiva, a vida de Alves da Veiga toma, perante nós, um certo aspecto de mediania. Uma figura mais respeitada pelo seu passado do que pelas suas acções no presente. Politicamente foi sempre respeitado primeiro pela sua condição de fundador do primeiro diário académico republicano de Coimbra, e mais tarde por ser considerado unanimemente como o chefe do PRP do Porto. Porém, refira-se que enquanto foi o chefe, o republicanismo nunca atingiu o sucesso político na capital do Norte: como aliás, nunca veio a atingir. Mesmo assim, até enquanto diplomata - função que desempenhou sem grandes fulgores, dada a já sua avançada idade e débil saúde - era admirado sobretudo pelo seu passado revolucionário: uma mera nota dissonante numa pauta composta sem rompantes de genialidade. Curioso foi que a um homem de personalidade “pouco activa”, tenham sucedido tantas peripécias.

Ironia da História, que nós aqui procurámos aclarar.

Fontes e bibliografia

1. Fontes manuscritas e impressas

1.1. Arquivos públicos

- Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHMNE) – Processo individual de Augusto Manuel Alves da Veiga.

1.2. Textos e obras impressas de Alves da Veiga

- *Discurso pronunciado na Assembleia Geral do Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto na Noite de 20 de Outubro de 1877 por A.M. Alves da Veiga*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1877.

- *Política Nova: ideias para a reorganização nacional*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911.

1.3. Outras fontes impressas

- *Anuário da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1864-1875.

- *Estudos de Filosofia política feitos em 1871-1872 por uma das comissões do 3 ano (da Faculdade de Direito) sobre os quesitos propostos pelo Lente de Direito Administrativo Manuel Emídio Garcia: 1 Como se poderá conciliar o princípio, da soberania popular com o sistema da representação nacional, adoptada nos diferentes Estados da Europa e do Novo-Mundo? e 2 exame critico das objecções levantadas contra a verdade teórica e execução efectiva do governo democrático propriamente dito*, Coimbra, 1882.

- FORJAZ, Jorge (org.), *Correspondência para o Dr. Eduardo Abreu – Do Ultimatum à Assembleia Nacional Constituintes (1890-1911)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2002.

- MATOS, Sérgio Campos e FREITAS, Joana Gaspar de (orgs.), *Correspondência política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

- *Memoria Descritiva da Trasladação das Ossadas dos Doze Mártires da Pátria do Pátio da Igreja da Misericórdia para o seu cemitério privativo no prado do repouso em*

18 de Junho de 1878 – Auto de Encerramento e Discurso Recitado nessa ocasião pelo excelentíssimo senhor. Dr. Alves da Veiga, Porto, 18 de Junho de 1878.

- *Revolta militar no Porto em 31 de Janeiro de 1891. Os Conselhos de guerra e respectivas sentenças. Relatórios publicados pelo Comércio do Porto, Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1891*

- SAMPAIO, José Pereira de; e VEIGA, Augusto Manuel Alves da, *Manifesto dos Emigrados da Revolução Portuguesa do 31 de Janeiro de 1891*, Paris, Imprimerie Schiller, 1891.

- SAMPAIO, José Pereira de; e VEIGA, Augusto Manuel Alves da, *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana do 31 de Janeiro*, Porto, Governo Civil, 1991.

1.4. Publicações Periódicas

- *A Actualidade*, Porto (visto de 1875 a 1876).
- *Arquivo Democrático*, Lisboa (visto o ano de 1909).
- *A Aurora da Liberdade*, Vila Real (visto de 1896 a 1897).
- *A Democracia*, Porto (visto de 1889 a 1890).
- *A Democracia Comercial*, Porto (visto de 1890 a 1891).
- *A Discussão*, Porto (visto de 1883 a 1887).
- *A Folha Nova*, Porto (visto de 1884 a 1888).
- *Galeria Republicana*, Lisboa (visto o ano de 1882).
- *Ilustração portuguesa*, Lisboa (visto o ano de 1911).
- *A Locomotiva*, Aveiro (visto o ano de 1883).
- *O Liceu*, Coimbra (visto o ano de 1867).
- *A Luz*, Lamego (visto o ano de 1894).
- *O Norte Republicano*, Porto (visto o ano de 1880).
- *Partido do Povo*, Lisboa (visto o ano de 1880).
- *O Radical*, Porto (visto de 1888 a 1889).
- *República Portuguesa*, Coimbra (visto o ano de 1873).
- *República*, Porto (visto o ano de 1890).
- *A República Portuguesa*, Porto (visto de 1890 a 1891).
- *O Republicano*, Porto (visto o ano de 1880).
- *O Sargento*, Coimbra (visto o ano de 1888).
- *Seara Nova*, Lisboa (visto o ano de 1973).

- *O Século*, Lisboa (vistos os anos de 1880 a 1891, 1910, 1924 a 1925).
- *O Tripeiro*, Porto (visto entre 1910 e 1919).
- *A Vedeta*, Lisboa (visto o ano de 1890).

1.5. Documentação digitalizada

- Constituição Federal da Confederação Suíça de 29 de Maio de 1874, disponível em: http://www.servat.unibe.ch/law/icl/sz01000_.html, acesso em 23 de Setembro de 2009.
- *Diário da Assembleia Nacional Constituinte* (1911), disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=r1.c1911>, acesso em 1 de Julho de 2009.
- *Diário do Senado*, disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=r1.cs>, acesso em 15 de Julho de 2009.

2. Bibliografia

2.1. Obras de referência

- ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança: Os Notáveis*, vol. VII, Bragança, Tipografia Académica, 1982.
- AUGÉ, Paul (dir.), *Larousse du XX^e Siècle en six volumes*, 6 tomos, Paris, Librarie Larousse, 1928.
- *Logos – Enciclopédia luso-brasileira de Filosofia*, Lisboa - São Paulo, 4 vols, 1989-1992.
- MARQUES, A.H. Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, 2 vols., Editorial Delta, Lisboa, 1986.
- MARQUES, A.H. de Oliveira Marques e SOUSA, Fernando de (coord.), *Nova História de Portugal. Vol.X: Portugal e a Regeneração*, Lisboa, Presença, 2004.
- MARQUES, A.H. Oliveira, *Parlamentares e Ministros da 1^a República (1910-1926)*, Col. Parlamento, Edições Afrontamento/Assembleia da República, Lisboa, 2000.
- MEDINA, João (org.), *História de Portugal dos tempos pré-históricos até aos nossos dias*, vols. VIII- X, Alfragide, Ediclube, 1998.
- MONTALVOR, Luís de (dir.), *Historia do Regimen Republicano em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1930.

- *Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, 5 vols., Lisboa, Verbo, 1983-1997.
- RAMOS, Rui, *A segunda fundação (1890-1926)*, vol. VI de *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

2.2. Obras sobre Portugal e/ou o republicanismo no tempo de Alves da Veiga

- *31 de Janeiro de 1891: Exposição comemorativa do 86º aniversário da Revolução do Porto* (catálogo), Portugal, Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1977.
- *31 de Janeiro de 1891*, Figueira da Foz, Câmara Municipal de Figueira da Foz, 1985.
- ABREU, Jorge de, *A Revolução Portuguesa. O 31 de Janeiro*, Lisboa, Quipu, 2003.
- ALMEIDA, António José de, *Desafronta: história de uma perseguição*, Coimbra, Livraria Moderna, 1895.
- ALVES, Jorge Fernandes (coord.), *Rodrigues de Freitas – A obra e os contextos*, Porto, CLC-FLUP, 1996.
- ALVES, Jorge Fernandes, «Rodrigues de Freitas: entre a “Janeirinha” e o “31 de Janeiro”», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- ALVES, Jorge Fernandes (org.), *Rodrigues de Freitas: Intervenções populares (1870-1893)*, Porto, Afrontamento, 1999.
- BARROSA, João, «Breve resumo da História do 31 de Janeiro de 1891», Porto, Separata do *Boletim Cultural Amigos do Porto*, 1960.
- BRAGA, Teófilo, *História das ideias republicanas em Portugal*, Lisboa, Veja, 1983.
- BRANDÃO, Mário Cal, *A Maçonaria e o 31 de Janeiro*, Porto, Associação Cívica 31 de Janeiro, 2002.
- CARVALHO, Cristiano de, *Revelações*, Barcelos, Portucalense Editora, 1932.
- CATROGA, Fernando, “A República una e indivisível (no princípio era a província)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, 2006.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Notícias Editorial, 2000.
- CATROGA, Fernando, «Os inícios do Positivismo em Portugal», *Revista de História das Ideias*, vol.I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977.

- CHAGAS, João, *Diário de um condenado político: 1892-1893*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardon, 1894.
- CHAGAS, João e COELHO, Manuel Maria, *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (Depoimento de dois cúmplices)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1978.
- CHAGAS, João, *Trabalhos Forçados*, 2 vols., Lisboa, Administração da *Folha do Povo*, 1900.
- CLARO, António, *Memórias de um vencido... que são a pintura fiel, quanto possível, das minhas recordações desde 1882 a 1921*, Porto, Livraria e Imprensa Civilização, 1924.
- CRISTO, Francisco Homem, *Monárquicos e Republicanos: apontamentos para a histórica contemporânea*, Porto, Livraria Escolar Progrédior, 1928.
- CRISTO, Francisco Homem, *Os acontecimentos do 31 de Janeiro e a minha prisão*, Lisboa, Empresa J.J. Nunes, 1891.
- CRISTO, Francisco Homem, *Notas da minha vida e do meu tempo*, 7 vols, Lisboa, Livraria Guimarães, 1936-1939.
- CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999.
- CRUZ, Maria Antonieta da Conceição, «Repercussões eleitorais da revolta de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto», *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, Porto, vol.VIII, Faculdade de Letras, 1991.
- COUTO, José Alberto de Sousa, *Revolução do Porto: 31 de Janeiro de 1891 / Discurso de defesa pelo advogado José Alberto de Sousa Couto perante o segundo Conselho de Guerra*, Porto, Tipografia de Artur José de Sousa & Irmão, 1891.
- DÓRIA, António Álvaro, *Movimentos Políticos do Porto no Século XIX*, Porto, 1963.
- FERREIRA, António Matos, «Repercussões do Ultimatum no Meio Católico», *Lusitania Sacra - Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, Tomo VI, Lisboa, UCP, 1994.
- FREITAS, Joana Gaspar de, *Manuel de Arriaga: percurso intelectual e político de um republicano histórico (1840-1917)*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, Policopiada, 2005.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de, *Novas Páginas Avulsas*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1996.
- GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

- GONÇALVES, João, *Izeda – Centro de Recordações e de Saudade*, Izeda, Tipografia da Escola Profissional de Santo António, 1978.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2005.
- LEAL, Ernesto Castro, “A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, 2006, pp. 251-291.
- LEAL, Ernesto Castro (coord.), *Memória da Imprensa Estudantil Universitária*, 2 vols., Lisboa, Os Fazedores de Letras, 2007-2008.
- LEAL, Ernesto Castro, «Nacionalismo e Federalismo: tópicos de pensamento político português e europeu (1901-1925)», *Philosophica*, n.º 22, Lisboa, 2003, pp.33-63.
- LEAL, Ernesto Castro (coord.), *O Federalismo Europeu – História, Política e Utopia*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- LIMA, Sebastião de Magalhães, *Episódios da minha vida*, 2. vols, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1990.
- MARQUES, A.H de Oliveira (coord.), *A Revolução de 31 de Janeiro de 1891*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1991.
- MARTINS, Hermínio, «O federalismo no pensamento político português», *Penélope*, n.º 18, Lisboa, 1998.
- MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- MATOS, Sérgio Campos, «História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc.XIX», *Penélope*, n.º8, Lisboa, 1992
- MEDINA, João, *Caricatura em Portugal. Rafael Bordalo Pinheiro, Pai do Zé Povinho*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- MORAIS, Raúl dos Santos, *Augusto Manuel Alves da Veiga – Chefe civil da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Izeda, Junta de Freguesia de Izeda, 2007.
- MORAIS, Raúl dos Santos, *Izeda – Pedacos da sua História*, Izeda, Junta de Freguesia de Izeda, 1996.

- MOUTINHO, Joaquim Augusto, *As privações dum condenado político do 31 de Janeiro de 1891*, Santo Tirso, Editorial Ibis, 1991.
- NUNES, José Jacinto, *Reivindicações Democráticas*, Lisboa, Tipografia Nacional, 1886.
- *O monumento dos vencidos: numero comemorando a data gloriosa de 31 de Janeiro de 1891*, Porto, Centro Literário, 1897.
- RAMOS, Rui, *D. Carlos: 1863-1908*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- RELVAS, José, *Memórias Políticas*, 2 vols., Lisboa, Terra Livre, 1977.
- *Revoltas republicanas no Porto: 31 de Janeiro de 1891 - 3 de Fevereiro de 1927*, Porto, Imagolucis, 1997.
- SACRAMENTO, Mário, *31 de Janeiro (1891-1969)*, Aveiro, 1969.
- SALGADO, Heliodoro, *A insurreição de Janeiro – História, Filiação, Causas e Justificação do Movimento Revolucionário do Porto*, Porto, Tipografia da Empresa Literária e Tipográfica, 1894.
- SAMPAIO, José Pereira de, *31 de Janeiro de 1891 - 31 de Janeiro de 1911: o facto e os homens*, Lisboa, Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978.
- SAMPAIO, José de Pereira, *Os modernos publicistas portugueses*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1987.
- SAMUEL, Paulo, *31 de Janeiro de 1891: Do Idealismo Republicano ao Manifesto dos Emigrados*, Porto, Governo Civil, 1991.
- SEABRA, José Augusto, *O Porto e o Republicanismo: a geração do 31 de Janeiro*, Porto, Associação Cívica e Cultural "31 de Janeiro", Centro de Estudos Republicanos "Sampaio Bruno", 2004.
- SOUSA, Fernando de, «A maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, 1991.
- SOUSA, Fernando de, *O Jornal de Notícias e a Revolta de 31 de Janeiro de 1891*, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. VII, Porto, 1990.
- SOUSA, Fernando de, *O Porto e a Revolta do 31 de Janeiro*, Porto, Athena, 1977.
- SOUZA, Magda Pinheiro de, *Chemins de Fer, structure financière de l'État et dependance extérieure au Portugal (1850-1890)*, vol.I, Paris, Tese de Doutoramento em História, Universidade de Paris I – Pantheon-Sorborne, Policopiada, 1986.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês», *Análise Social*, vol. XXIII, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987.

- TELES, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço de história política*, Lisboa, Portugália, 1968.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo: a revolução de 1910*, Lisboa, Gradiva, 1999.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Os militares e a política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.
- VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- VENTURA, António, «Uma obediência maçónica peninsular: O Soberano Gran Consejo General Ibérico e Portugal», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº16-17, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

2.3. Obras e estudos de filosofia política

- AHRENS, Heinrich, *Cours de Droit Naturel ou de Philosophie du Droit, fait d'apres L'État actuel de cette science en Allemagne, 5^e Édition – Revue et considérablement augmenté*, Bruxelles, Bruylant-Christophe et C^{ie} Éditeurs, 1860.
- AHRENS, Heinrich, *Curso de Direito Natural ou de Filosofia do Direito segundo o Estado actual da ciência na Alemanha*, Lisboa, Tipografia da Viúva Rodrigues, 1844.
- BERLIN, Isaiah, *Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade*, Lisboa, Gradiva, 2005.
- BERTRAM, Christopher, *Rousseau and The Social Contract*, London-New York, Routledge, 2004.
- CATROGA, Fernando, «Individualismo e solidarismo jurídico: De Ferrer ao Solidarismo Jurídico», *Studia Juridica: Boletim da Faculdade de Direito*, nº45, Coimbra, Coimbra Editora, 1999.
- CATROGA, Fernando, «O Sociologismo jurídico em Portugal e as suas incidências curriculares (1837-1911)», *Actas do Congresso “História da Universidade”*, vol. I, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991.
- DÍAZ, Elías, *La Filosofía Social del Krausismo Español*, Madrid, Ed. Cuadernos para el Dialogo, 1973.
- FERNANDES, António José, *Introdução à Ciência Política – Teorias, Métodos e Temáticas*, Porto, Porto Editora, 1995.

- HAMILTON, Alexander, MADISON, James e JAY, John, *O Federalista* (com tradução, introdução e notas de V. Soromenho-Marques e João C.S. Duarte), Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- KANT, Immanuel, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1990.
- *Les Constitutions de la France depuis 1789*, Paris, Garnier-Flammarion, 1979.
- LEITE, Maria do Rosário Santos de Barros Santos, «Alves da Veiga e a obra *Política Nova* – incursão histórica no Imposto Municipal sobre Imóveis», *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº105, s.l., 2008.
- LOCKE, John, *Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do governo civil*, Lisboa, Edições 70, 1999.
- MAYOS, Gonçal, G.W.F. Hegel – *Vida, pensamento e obra*, Lisboa, Público, 2008.
- MERÊA, Paulo, «Esboço de uma História da Faculdade de Direito», Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXX, Coimbra, Coimbra Editora, 1956.
- MILL, John Stuart, *Sobre a Liberdade*, Lisboa, Edições 70, 2006.
- MONCADA, Luís Cabral de, *O idealismo alemão e a filosofia do direito em Portugal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938.
- MONCADA, Luís Cabral de, «Subsídios para a História da Filosofia do Direito em Portugal: 1772-1911», Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XIII, Coimbra, Imprensa Académica, 1938.
- NETO, Vítor, «Iberismo e Municipalismo em José Félix Henriques Nogueira», Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Faculdade de Letras, Coimbra, 1988.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Lisboa, Tipografia Social, 1851.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Município no Século XIX*, Lisboa, Tipografia do Progresso, 1856.
- OAKESHOTT, Michael, *Moralidade e Política na Europa Moderna*, Edições Século XXI, 1999.
- PAIVA, Vicente Ferrer Neto, *Filosofia do Direito*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1883.
- PROUDHON, Pierre-Joseph, *Do princípio federativo e da necessidade de reconstituir o partido da revolução*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, *Do Contrato Social*, Lisboa, Europa-América, 1974.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato, *A Revolução Federal - Filosofia política e debate constitucional na fundação dos E.U.A.*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.